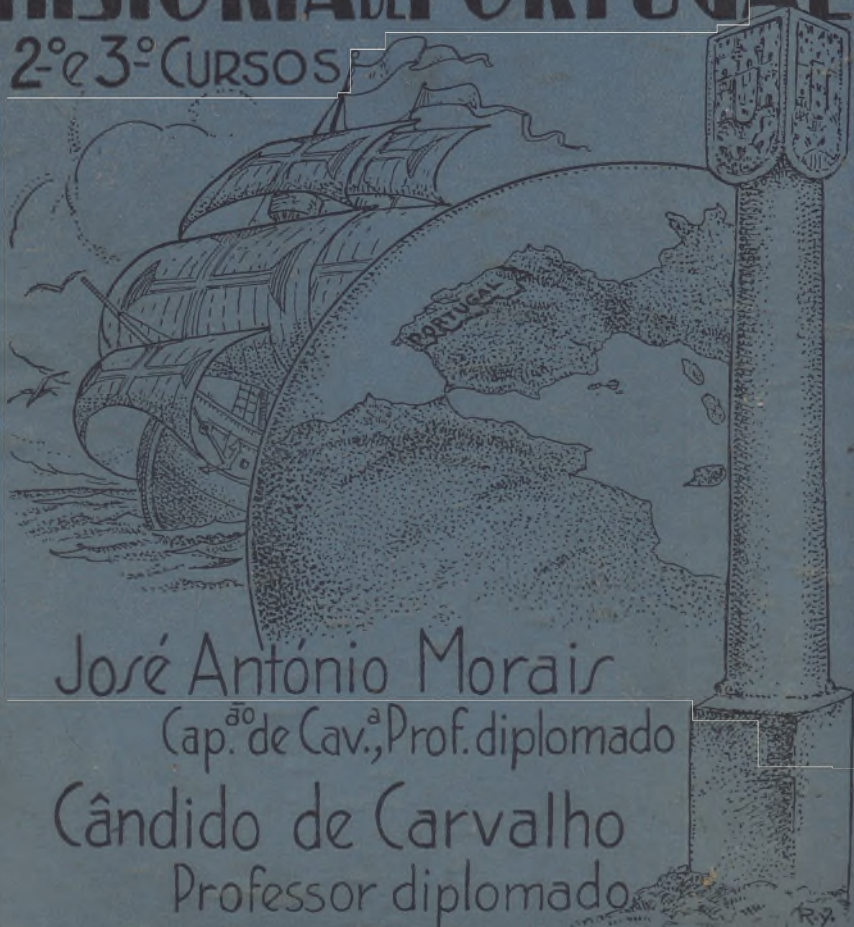
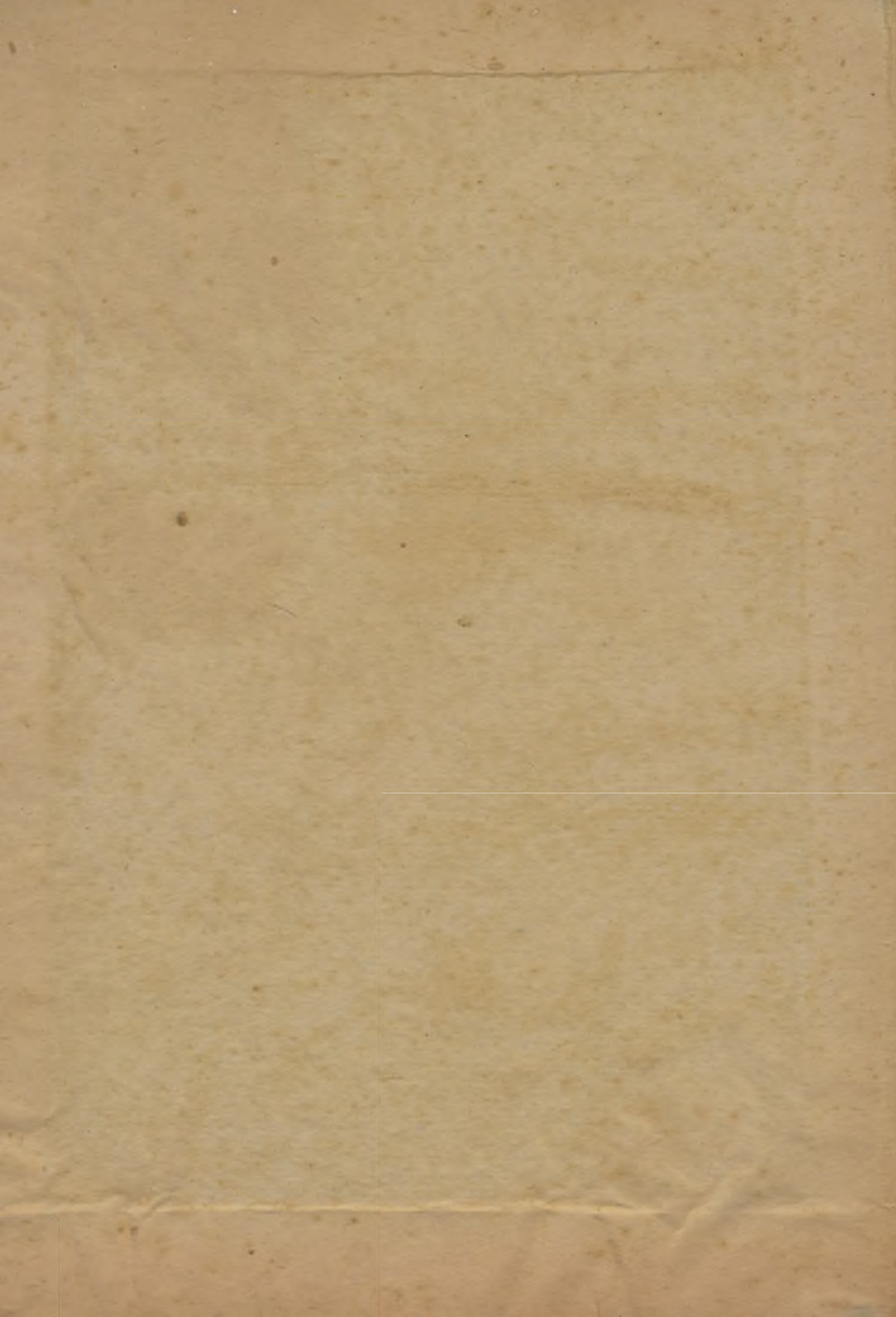


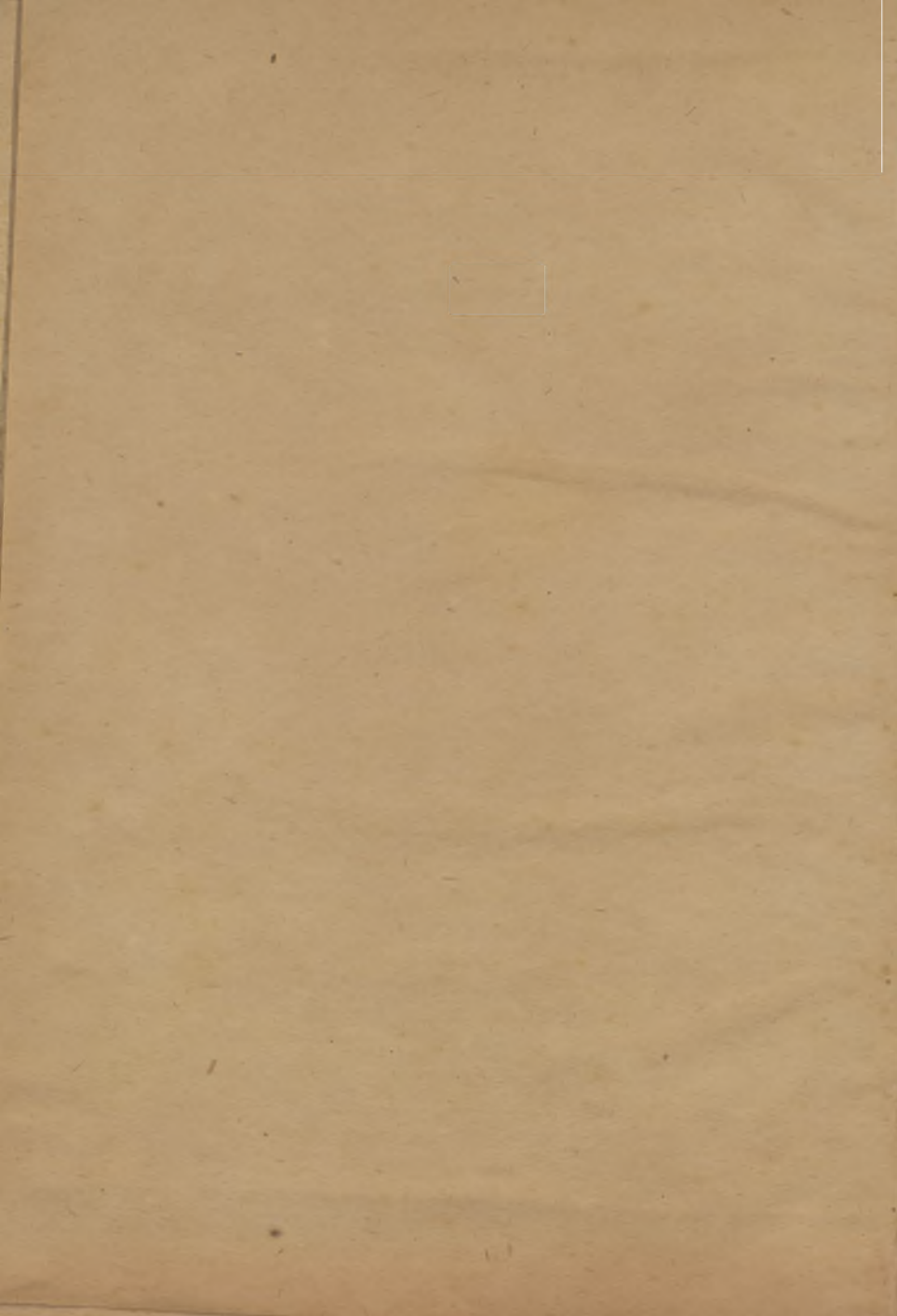
ESCOLAS REGIMENTAIS
COMPÊNDIO PARA O ESTUDO DA
HISTÓRIA DE PORTUGAL
2.º e 3.º CURSOS



José António Morais
Cap.º de Cav.ª, Prof. diplomado
Cândido de Carvalho
Professor diplomado

APROVADO PELO MINISTÉRIO DA GUERRA





ESCOLAS REGIMENTAIS

COMPÊNDIO

PARA O ESTUDO DA

HISTÓRIA DE PORTUGAL

2.º e 3.º CURSOS

POR

JOSÉ ANTÓNIO MORAIS

CAPITÃO DE CAVALARIA E PROFESSOR DIPLOMADO

REGIMENTO DE INFANTARIA
BIBLIOTECA
E

CÂNDIDO DE CARVALHO

PROFESSOR DIPLOMADO



APROVADO PELO MINISTÉRIO DA GUERRA



RC
MNCI

94

MOR

1933

Comp. e Imp. na Soc. Nac. de Tipografia

— RUA DO SÉCULO, 59 —

LISBOA

DOS MESMOS AUTORES:

Compêndio de Geografia para os 2.º e 3.º Cursos das Escolas Regimentais

(1.ª EDIÇÃO), APROVADO PELO MINISTÉRIO DA GUERRA.



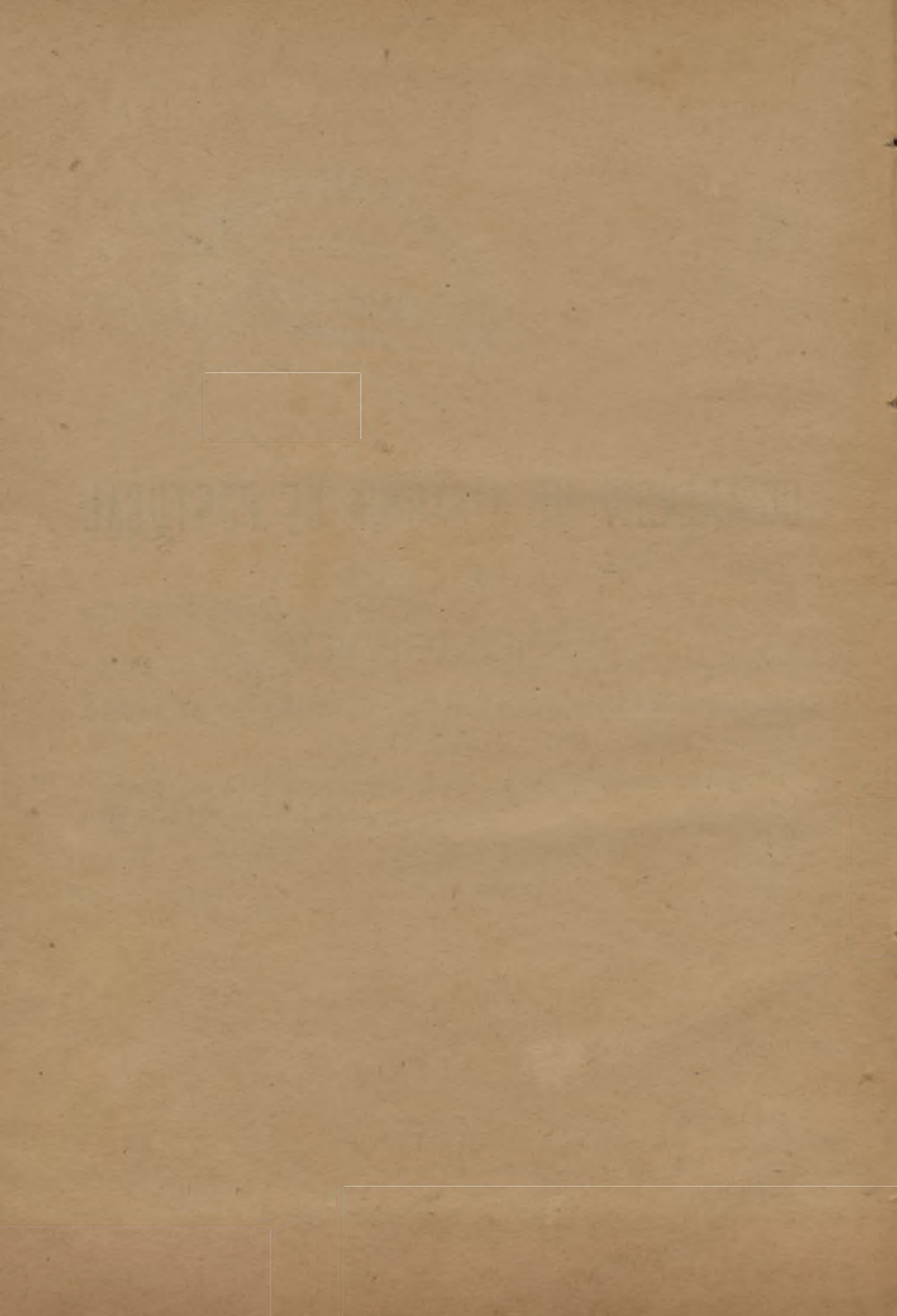
COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL

2.º e 3.º CURSOS

PRIMEIRA PARTE

(CONTÉM A MATÉRIA REFERENTE AO PROGRAMA DO 2.º CURSO)

Programa do 2.º curso: Conhecimento muito geral dos factos
mais notáveis da História de Portugal





CAPITULO I

PRELIMINARES

1 — A Ibéria ou Península Hispânica

Portugal está situado no extremo ocidental da península denominada *Ibéria*, *Península Ibérica* ou *Península Hispânica*. Compreende actualmente dois Estados independentes — a *República de Portugal* e a *República de Espanha*.

A península foi primitivamente habitada pelos *iberos* e, depois, pelos *celtas*, de cujo cruzamento resultaram os *celtiberos*. Estes povos formavam tribus independentes, de costumes perfeitamente selvagens, e espalharam-se por várias regiões, não havendo dados suficientes para se fazer um quadro exacto dos diferentes agrupamentos, nem da maneira como estavam organizados.

A situação geográfica e as riquezas do território atraíram a cobiça de diversos povos estranhos, que nele vieram estabelecer colónias, *fenícios*, *gregos*, *cartagineses* e *romanos*.

Estes últimos, depois de vencerem por completo os cartagineses, com os quais andavam em luta, começaram a conquista da península, cujos habitantes lhes opuseram uma resistência desesperada.

Segundo os escritos dos historiadores romanos, o território occupado hoje por Portugal era habitado por três povos: *brácaros* (Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho); *lusitanos*

(parte do Alentejo, Estremadura e Beira); *cuncenses* (1) (Algarve e parte do Alentejo).

Foi a tribo dos lusitanos que mais se distinguiu na luta que os povos da península sustentaram contra os romanos. Eram povos simples e de uma extrema sobriedade na comida e na bebida, vivendo quasi exclusivamente da caça. Usavam uma especie de túnica comprida e o cabelo comprido como o das mulheres. Manejavam destramente as armas que se compunham dum cutelo ou punhal, dardos, lanças de cobre e dum escudo côncavo. Sacrificavam vítimas, em cujas entranhas procuravam lêr o futuro. Expunham os doentes à beira dos caminhos, para que os viandantes lhes dessem remédio. Executavam os criminosos, apedrejando-os.

Os romanos acabaram por os subjugar por completo, não obstante a heróica resistência que lhes opuseram os chefes lusitanos, Apimano, Cesarião, Cantero, Viriato e, depois destes, um romano, Sertório, que andava em luta com os seus compatriotas.

Feita a conquista da península, foi esta dividida em várias províncias, sendo uma delas a *Lusitânia*, onde ficaram contidos os territórios que correspondem hoje a Portugal.

No século V da era cristã foi a península invadida pelos *alanos*, *suevos* e *vândalos*, povos bárbaros (2) vindos das regiões da Germânia. Os alanos estabeleceram-se na Lusitânia; os suevos ocuparam a Galiza; os vândalos estabeleceram-se na Bética (Andaluzia), seguindo depois para a África.

Cinco anos depois, foi a península invadida pelos *visigodos*, que acabaram por conquistar toda a península e formaram uma importante monarquia, cujos membros se converteram ao cristianismo.

As dissensões do império visigótico trouxeram, no século VIII, os muçulmanos à península. Travou-se a batalha de *Guadalete* (no ano 71), em que os cristãos foram completamente vencidos, ficando os moiros (3) senhores de toda a península, com excepção da região das Astúrias, onde se refugiaram os visigodos. Essa região tornou-se o centro de resistência

(1) — De Cuneum, nome dado pelos romanos ao cabo de St.^a Maria.

(2) — Os romanos davam o nome de bárbaros a todos os povos situados fora dos limites do seu império.

(3) — Dá-se o nome de *muçulmanos*, *moiros*, *sarracenos* e *árabes* aos povos oriundos do norte de Africa, que, no século VIII, invadiram o sul da Europa.

contra os moiros, aos quais foram sendo sucessivamente conquistados vários territórios. Numa das batalhas contra os infieis, a batalha de *Cangas* ou *Covadonga*, o chefe visigodo, *Pelágio*, foi aclamado rei das Astúrias, reino que mais tarde se denominou de *Oviedo* e de *Leão*. Com o decorrer dos tempos, fundaram-se novos reinos: *Leão*, *Navarra*, *Aragão* e *Castela*. As dissensões entre os príncipes destes reinos foram, porém, contínuas, dando o facto ocasião a que os moiros recuperassem muitas das terras conquistadas.

No ano de 1065, subiu ao trono *Afonso VI*, rei de *Leão*, que reuniu ao seu reino os territórios de *Castela*, da *Galiza* e da *Lusitânia* e fixou a capital em *Toledo*.

No ano de 1086, houve uma nova invasão dos moiros, que *Afonso VI* soube conter conquistando *Santarém*, *Lisboa* e *Sintra*.

2 — O Condado Portucalense

O perigo que corriam os cristãos da península, as façanhas de *Afonso VI* e as do valente capitão, *D. Rodrigo de Bivar*, apelidado o *Cid*, atraíram ao reino de *Leão* grande número de fidalgos estrangeiros, desejosos de tomar parte nas lutas contra os moiros. Entre êsses guerreiros, destacam-se *D. Raimundo de Borgonha* e seu primo, *D. Henrique*, filho do Duque *Henrique de Borgonha* e bisneto de *Roberto II*, rei de *França*.

Em recompensa dos serviços prestados a *D. Afonso VI*, *D. Raimundo* recebeu em casamento a *Infanta D. Urraca* e o govêrno do condado da *Galiza*, e *D. Henrique* casou com a *Infanta D. Teresa* (*Tareja*), sendo encarregado do govêrno do *Condado Portucalense* (1), que estava subordinado à autoridade superior do condado da *Galiza*.

O Conde *D. Henrique* estabeleceu a capital do condado

(1) — O condado Portucalense abrangia os territórios compreendidos entre o rio *Minho* e o rio *Douro*, a que mais tarde se juntaram os condados de *Coimbra* e *Santarém*. Todos estes territórios constituíram o estado que *D. Henrique* governava debaixo da denominação comum de *Portugal*.

A palavra *Portugal* deriva, ao que parece, da palavra *Portus Cale*, que depois se mudou em *Portucale*. Era o nome duma pequena povoação situada na margem esquerda do *Douro*, apróximadamente no lugar em que hoje está *Vila Nova de Gaia*. Do nome *Portucale* se derivou o de *Portugal* que se generalizou a todo o país.

em *Guimarães*, conseguindo, por volta do ano 1097, tornar-se independente do seu primo e ficar apenas sujeito à vassalagem directa do rei de Leão.

O governo de D. Henrique foi bastante hábil, procurando alargar os seus domínios pelas conquistas aos moiros, concedendo forais (1) a diversas terras, fundando mosteiros e templos, entre estes a Sé de Lamego, e procurando por todos os modos conseguir a independência de Portugal (2).

Em 1103 tomou parte numa expedição à Palestina (3), donde voltou em 1105, ignorando-se a acção que nela teve.

Morreu em Astorga (4), em 1114, com cerca de 60 anos

3 — Governo de D. Teresa

O conde D. Henrique tivera de D. Teresa duas filhas e um filho, de nome Afonso. Como este tivesse apenas três anos.

(1) — Dava-se o nome de forais às leis particulares, que regiam cada um dos pequenos distritos ou concelhos do reino, dados não só pelos reis, mas também, algumas vezes, pelos outros senhores nas terras de que eram donatários. As leis de governação municipal, as militares, as criminaes, as civis e tôdas as outras se encontram confundidas nestes numerosos e pequenos códigos, escritos pela maior parte em latim bárbaro.

(2) — Por morte de D. Afonso VI sucedeu-lhe a filha D. Urraca, já então viúva, a qual, por imposição da nobreza, se casou com Afonso I, rei de Aragão.

Mas Afonso I, ameaçando pela sua conduta a independência de Leão, em breve foi alvo do ódio dos nobres leoneses e da própria rainha.

Ao mesmo tempo, em virtude daquele casamento e conforme determinara Afonso VI, os nobres galegos proclamaram rei da Galiza o filho de D. Urraca, Afonso Raimundes.

De tais sucessos derivou uma série infundável de lutas civis, que o conde D. Henrique habilmente aproveitou para fazer de Portugal um estado independente, à semelhança do que sucedera com Navarra e Castela.

Auxiliaram poderosamente os propósitos de independência do conde D. Henrique elementos de natureza geográfica e étnica — hoje conhecidos — que faziam da terra por elle governada uma verdadeira nacionalidade.

(*Noções de História de Portugal por Damião Peres e F. J. Cardoso Junior*).

(3) — A Palestina é uma região situada na Ásia, junto do mar do Levante. É também conhecida, entre os cristãos por Terra Santa, pela circunstância de nela ter nascido Jesus Cristo. Essa região estava no século XI em poder dos turcos que maltratavam os peregrinos cristãos que a visitavam. Por esse motivo organizaram-se na Europa várias expedições de carácter religioso e militar com o fim de a conquistar. A essas expedições deu-se o nome de *Cruzadas*, nome que proveio de os membros que nelas tomaram parte, usarem, como distintivo, uma cruz de pano vermelho, colocada na bandeira, no ombro direito e nos braços. As cruzadas foram oito e não conseguiram o seu objectivo, apoderar-se da Palestina. As armadas de cruzados aportaram por diversas vezes a Portugal e prestaram valioso auxilio aos portugueses nas suas lutas contra os moiros.

(4) — Cidade espanhola, na provincia de Leão.

de idade, ficou o govêrno do condado entregue a D. Teresa. Ambiciosa, como o marido, a regente auxiliou por tôdas as formas as revoltas promovidas contra a irmã, D. Urraca, favorecendo assim a aspiração de independência mantida pelos nobres portugueses.

Foram cêrca de oito anos de lutas internas nos dois condados, lutas que teriam sido funestas para Portugal, se não fôsse as discórdias havidas entre os muçulmanos e as revoltas dos vassallos de D. Urraca.

Enquanto D. Teresa lutou para se tornar independente da irmã, os fidalgos acompanharam-na com entusiasmo. Quando, porém, viram que ela se deixava guiar pelos conselhos do fidalgo galego, Fernão Peres, conde de Trava, contrariando o ideal de independência dos portugueses, conseguiram que D. Afonso Henriques (1), que já então contava 17 anos de idade, se revoltasse contra a mãe. No ano de 1128, travou-se nos campos de S. Mamede uma batalha, em que foram por completo derrotados os partidários de D. Teresa, sendo esta, bem como o seu valido, expulsos de Portugal. D. Teresa veio a falecer em 1130.

O seu cadáver foi trasladado para a Sé de Braga, onde já repousavam as cinzas do marido.

4 — Independência de Portugal

Em consequência da vitória de S. Mamede, Afonso Henriques assumiu o govêrno do condado de Portugal. Dois objectivos se apresentavam aos portugueses: tornar o território de Portugal independente da soberania do reino de Leão, e alargá-lo para o sul, por meio de conquistas aos moiros. Foi assim que os primeiros nove anos do govêrno de Afonso Henriques foram quasi por completo de lutas mais ou menos felizes contra os cavaleiros da Galiza. Como os moiros tivessem conquistado o Castelo de Leiria e ameaçassem recuperar os territórios já conquistados, Afonso Henriques voltou para eles as suas atenções. Assinando pazes com Afonso VII, entrou rapidamente nos territórios dos moiros e derrotou-os em Ourique (1139). Logo depois rompeu as pazes com o rei de Leão e

(1) — Henriques significava nessa época filho de Henrique, como Alvares, Fernandes, Gonçalves, significavam, filho de Alvaró, de Fernando, de Gonçalo.

invadiu de novo a Galiza. Recomeçaram, assim, as lutas entre portugueses e leoneses, lutas que só terminaram em 1143, por um tratado de paz, assinado em Zamora (1), e pelo qual foi reconhecido a D. Afonso Henriques o título de rei.

Para melhor assegurar a independência do novo reino, Afonso Henriques declarou-se vassallo do Papa, que nessa época era Lúcio II, obrigando-se a pagar-lhe o tributo de quatro onças (2) de oiro. Ficou dêste modo o reino de Portugal vas-



Cavaleiros da Idade Média

salo da Santa Sé, embora o título de rei só viesse a ser reconhecido pelo papa Alexandre III, no ano de 1179.

Pode, portanto, considerar-se de facto reconhecida a independência de Portugal no ano de 1143.

Começa nessa data verdadeiramente a história do nosso país, cabendo a D. Afonso Henriques a glória de o ter tornado independente.

(1) — Cidade espanhola da provincia de Leão.

(2) — Pêso antigo equivalente à décima, sexta parte de um arrátel, isto é, a 28,6875 gramas.

Leituras: O Governo de D. Henrique

Nos primeiros tempos, Henrique ocupou-se em prover às maiores necessidades da província que recebera para governar, assolada por contínuas guerras, mas a sua permanência não foi muito duradoira, porque no inverno de 1097 e 1098 fez uma viagem à Galiza para visitar o templo de S. Tiago de Compostela, e nos anos de 1100 a 1101 encontramo-lo na corte de D. Afonso VI. Mais ainda. A febre das Cruzadas depois da conquista de Jerusalém por Godofredo continuou; foi tomado dessa febre o conde D. Henrique, e por isso em 1103 partiu para a romagem da Palestina. Bernardo, arcebispo de Toledo, partiu no ano seguinte, mas chegando a Roma, foi forçado por Urbano II a voltar à Espanha, porque, sendo Tolêdo últimamente resgatada pelos cristãos, tinha necessidade de quem olhasse por ela e a governasse. O seu successor na cadeira de S. Pedro, Pascal II, também proibiu essa peregrinação aos espanhóis, porque tinham diante de si, frente a frente, os inimigos de Cristo a combater. ¿Para que ir procura-los à Palestina?

Como quer que seja, em 1105 tinha o conde D. Henrique voltado à Península, e vivia, na corte de Afonso VI.

Nos anos seguintes, ora aparece junto d'este príncipe, ora em Coimbra, onde se ocupava da administração do país, e de restaurar as povoações destruídas pelas algaras e invasões dos muçulmanos. Mas o conde D. Henrique era ambicioso; o seu pensamento era engrandecer-se, fugindo à sujeição real, procurando não só tornar-se independente, mas senhor dum domínio maior do que aquêle de que estava de posse. Dividirem entre si, êle e o conde Raimundo, os vastos estados de D. Afonso VI, depois da morte d'este, era o sonho constante de ambos. Entretanto o conde D. Henrique trabalhava para ser êle só o herdeiro dos estados de Castela e Leão.

Em Junho de 1108 cai Afonso VI gravemente enfêrmo e sem esperança de vida. Poucos dias antes de expirar, o conde de Portugal foi junto do seu leito de morte expôr não se sabe que pretensões; mas sabe-se que saiu do quarto, e seguidamente de Toledo, furioso contra o sógro.

Este, havendo perdido no cerco de Uclés o filho, que estremecia, e que destinava para seu herdeiro, declarou antes de morrer única herdeira da corôa sua filha Urraca, já então viúva do conde Raimundo. Que importava? Um ambicioso não conhece obstáculos que não possa vencer. Sorri-lhe dentro da alma a esperança. O conde D. Henrique viu que o condado de Portugal não lhe podia dar tanta gente para os seus empreendimentos como êle precisava, e nestas circunstâncias deixa o govêrno á espôsa D. Teresa, atravessa a Espanha, passa os Pirinéus, e vai á França alistar gente de guerra. Isto deu-se de Agôsto de 1110 aos fins de Abril de 1111, em que voltou a Portugal.

Para realizar o seu pensamento, ora se liga com o rei de Aragão, que se achava casado com D. Urraca mas em grande desinteligência com ela, ora se reúne com os barões de Leão e Castela, juntando as suas forças para levar a rainha a repartir fraternalmente uma parte dos Estados de Afonso VI.

E' no meio d'estes planos e destas desinteligências, que umas vezes quási o desalentam e que outras o enchem de esperança, que a morte o surpreende em Astorga, no 1.º de Maio de 1114. Teria 60 anos de idade.

O seu cadáver foi transportado de Astorga para Braga, em cuja catedral jazem hoje os seus restos.

(A. X. Rodrigues Cordeiro).

Leituras: O Governo de D. Teresa

Os escritores modernos, empenhados em salvar a reputação moral de D. Teresa como mulher, esqueceram-se de lhe fazer justiça como rainha ou regente de Portugal. Tem-se dissertado largamente sobre o seu consórcio com o conde Fernando Peres, que nada nos autoriza a admitir, enquanto o valor histórico do seu governo é perfeitamente desprezado.

Todavia, durante catorze anos os actos da viuva do conde Henrique mostram bem a tenacidade e destreza com que buscou desenvolver e realizar o pensamento da independência, que elle lhe legára.

Cedendo à força das circunstâncias, não duvidava reconhecer a supremacia da corte de Leão, para obter a paz quando dela carecia, salvo o recusar a obediência quando cria possível o resistir. Associando-se habilmente aos bandos civis que despedaçavam a monarquia leonesa, ia criando no meio dela para si e para os seus uma pátria. Apesar-da/s) invasões de cristãos e sarracenos, e das devastações e males causados por uns ou por outros nos territórios dos seus estados, estes cresceram em população, em riquezas e em força militar. Pelas armias e pela politica aumentou a extensão dos próprios domínios ao oriente e ao norte, conservando ao meio-dia a linha das fronteiras, que seu marido já lhe deixára encurtadas. O castigo de um erro, que medido pelos costumes do tempo, estava longe de ser imperdoável, parece-nos demasiado severo, e o procedimento dos barões portugueses para com ela merecerá dos prevenidos a imputação de ingrato. D. Teresa foi vitima de um sentimento, nobre entre si, mas ás vezes excessivo e cego, que ella tinha feito crescer, radicar-se, definir-se, e que serviu de grito de revolta à ambição de Afonso Henriques, ou antes à daqueles que, por meio do inexperienced príncipe, esperavam melhor satisfazê-la. Este sentimento era o da nacionalidade.

(A. Herculano-História de Portugal)

CAPITULO II

A 1.^a DINASTIA

1.^o Periodo (1143 a 1279)

Com o reconhecimento da independência de Portugal, no ano de 1143, começa a 1.^a dinastia, a que se deu o nome de *dinastia afonsina* ou de Borgonha, porque o seu fundador se chamou Afonso e era descendente da casa de Borgonha.

A 1.^a dinastia abrange os reinados de *D. Afonso I, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Deniz, D. Afonso IV, D. Pedro I* e *D. Fernando*.

Pode dividir-se em dois períodos: *o da conquista do território aos moiros e o da organização interna do reino*.

O primeiro período, que compreende os reinados de D. Afonso I a D. Afonso III, é um período de lutas dos portugueses contra os leoneses e castelhanos para firmarem a sua independência, contra os mouros, para alargar as fronteiras de Portugal, e dos reis contra o clero e contra a nobreza, para manterem a supremacia de poder real.

Factos mais importantes dêste período:

Reinado de D. Afonso I, o Conquistador (1143 a 1185):

Conquista aos moiros de Santarém, Lisboa, Palmela, Sintra, Alcácer do Sal, Évora, Beja, Moura, Serpa e outras terras.

Nova luta contra o rei de Leão. — D. Afonso Henriques cerca Badajoz, sendo feito prisioneiro, mas é generosamente liberto pelo seu adversário, Fernando II.

Invasão dos moiros em 1771. — Chegam até Santarém, mas retiram-se, ao saberem que os dois reis cristãos tinham feito as pazes e marchavam contra eles.

Incursão de D. Sancho, filho de D. Afonso I, no território dos moiros, na Andaluzia (Espanha).

Nova invasão dos moiros. — Põem cerco a Santarém, mas são obrigados a retirar-se, em virtude da enérgica resistência que lhe opôs D. Sancho, dando tempo a que o pai viesse em seu auxílio.

Criação das ordens militares de S. Bento de Aviz e da Ala e admissão das ordens dos Templários, de S. João de Jerusalém e de S. Tiago da Espada.

Fundação de vários mosteiros, entre êles os de S. João Baptista de Tarouca, o de S. Vicente de Fora de Lisboa e o de Santa Cruz de Coimbra, onde D. Afonso está sepultado.

Reinado de D. Sancho I, o Povoador (1185 a 1211):

Tomada de Silves aos moiros.

Reconquistas dos moiros, que nos tomam Silves, Alcácer do Sal e todo o território ao sul do Tejo, com excepção de Évora.

Defesa da sociedade civil contra as pretensões dominadoras do Papa e do clero. — O bispo do Porto, Martinho Rodrigues, e o bispo de Coímbra recusavam-se a reconhecer a supremacia do rei, que, apoiado pelo povo, lhes impôs violentamente as leis civis. Sustentou igualmente uma viva contenda com o Papa Inocência III, a quem recusara o pagamento do tributo anual prometido por D. Afonso Henriques à Santa Sé. Ao fim da vida, porém, reconciliou-se com os inimigos e foi duma grande liberalidade para com a Igreja.

Protecção aos concelhos e às ordens militares: o que teve como resultado a povoação das terras e o levantamento de castelos para defesa das mesmas.

D. Sancho I está sepultado na igreja de Santa Cruz de Coimbra.

Reinado de D. Afonso II, o Gordo (1211 a 1225):

Convocação das primeiras côrtes que se realizaram em

Portugal. Nestas cõrtes, ou *cúria*, como então se chamavam, apenas tomaram parte os representantes do clero e da nobreza; nelas se tomaram várias medidas sensatas e úteis para a administração do país;

Discórdias com os irmãos motivadas na recusa de D. Afonso em lhes entregar as terras que o pai lhes legara. Os infantes D. Pedro e D. Fernando tiveram de fugir do reino; as infantas D. Teresa e D. Sancha, apoiadas por D. Afonso IX, rei de Leão, resistiram corajosamente. A pendência foi resolvida pelo Papa Inocência III, que sustentou o direito do rei



Um castelo feudal (Leiria)

às terras, concedendo às infantas apenas o usufruto das mesmas.

O cuidado que teve em manter a supremacia do poder real. Para o conseguir estabeleceu as confirmações gerais, que obrigavam os donos das terras a sujeitar as doações recebidas dos monarcas anteriores à confirmação do novo imperante. Ordenou ainda que se fizessem *inquirições*, para se averiguar por todo o reino do estado dos coutos e honras (1), devassando-se todos aqueles que se considerassem abusivamente esta-

(1) — Deu-se o nome de colutos, honras, feudos, às concessões territoriais que um vassallo nobre recebia de um senhor igualmente nobre, com a condição de cumprir determinadas obrigações.

belecidos. Estas medidas impediram que o feudalismo (1) se estabelecesse em Portugal.

Auxílio prestado ao rei de Castela contra os moiros que haviam invadido a Espanha. As tropas portuguesas contribuíram valentemente para a vitória de *Navas de Tolosa*, em que os moiros foram por completo derrotados.

Tomada de Alcácer do Sal. Para a rendição desta praça teve parte importante uma armada de cruzados que se dirigia à Palestina.

Discórdias com o arcebispo de Braga e com o bispo de Lisboa. Foi o Papa Honório III quem restabeleceu a paz entre os contendores.

D. Afonso II, que se distinguiu pela tenacidade com que manteve a soberania real, está sepultado em Alcobaça.

Reinado de D. Sancho II, o Capelo (1225 a 1248):

Reconciliação com as infantas, tias de D. Sancho, e com o clero—As infantas foram empossadas das vilas e castelos que D. Afonso II lhes confiscara. O arcebispo de Braga foi indenizado dos danos sofridos.

Conquista aos moiros de Elvas, Jerumenha, Serpa, Aljustrel, Mértola, Cacela e outras terras.

Deposição do rei D. Sancho.—O rei, que tanto se distinguira pela energia com que combateu os moiros, foi um monarca de ânimo irrequieto no governo interno do país. Os ministros estavam dispostos a afrontar o clero e a nobreza, continuando a política do reinado anterior. Deu-se uma reacção tremenda contra o rei, que não teve coragem para se lhe opôr. Após uma longa série de discórdias intestinas, o clero e a nobreza promoveram uma conspiração contra o próprio monarca. Perante as queixas e reclamações feitas ao papa Inocência IV, este depôs D. Sancho, fazendo-o substituir pelo irmão, D. Afonso. D. Sancho, abandonado por todos, inclusivamente pela própria esposa, D. Mécia Lopes de Haro, retirou-se para Toledo, onde veio a morrer sem deixar descendência.

(1) — O *feudalismo* foi um sistema social e político de governo, que vigorou na Europa, durante a idade média, especialmente durante os séculos X a XIII. Deriva o seu nome da palavra feudo.

Reinado de D. Afonso III, o Bolonhês (1248 a 1279):

Conquista completa do Algarve. A posse do Algarve foi-nos disputada pelo rei de Castela, o que deu ocasião a uma grave contenda entre os dois países. A razão da disputa estava em os moiros, a-pesar-de vencidos, terem oferecido o Algarve ao rei de Castela, com o fim de provocar uma luta entre os dois príncipes cristãos. Estas contendas só terminaram no reinado seguinte, pelo convénio de Badajoz (cidade espanhola da província do mesmo nome). Por êsse convénio, Portugal cedia os castelos para além do Guadiana, e o nosso país ficava com a posse do Algarve.

Depois da conquista do Algarve, o rei passou a adoptar o título de rei de Portugal e dos Algarves.

Discórdias com o clero. Estas contendas tiveram origem nas medidas adoptadas por D. Afonso contra os privilégios e prerrogativas do clero. O rei foi excomungado pelo papa João XXI e posto o reino em interdito (1), não tendo o facto produzido grande efeito, em virtude de se haver dado na Europa uma reacção contra a intervenção do pontífice nos negócios temporais dos Estados.

Convocação de várias côrtes. Das côrtes convocadas merecem menção especial as realizadas em 1254, em Leiria, por nelas terem entrado, pela primeira vez, os procuradores do povo.

O reinado de D. Afonso III foi sobremaneira notável, não só pelas conquistas efectuadas, como pelas acertadas medidas a favor da administração do reino, da agricultura e do comércio, e ainda pela energia com que o rei afrontou o clero e a nobreza em proveito das regalias do povo.

D. Afonso III é apelidado o Bolonhês, por ter sido casado com a condessa de Bolonha, que depois repudiou para casar com D. Beatriz, filha de D. Afonso X, rei de Castela. Jaz em Alcobaça.

(1) — Pela pena de excominhão o individuo por ela atingido ficava separado da Igreja; não podia, portanto, ter com ela nenhuma espécie de relações.

Pela pena da interdição o país interdito era considerado como não fazendo parte da Igreja; as cerimónias religiosas cessavam nêle por completo, os povos ficavam inibidos de receber dela qualquer beneficio.

Leituras: A tomada de Lisboa

A tomada de Lisboa lavra a acta do nascimento da nação portuguesa, até aí envolvida nos limbos de geração. O cerco afigura-se-nos como o concílio internacional, uma espécie de congresso guerreiro, em que a Europa baptiza o recém-vindo à luz da história. Criado pelos actos geradores da vontade de um homem, abrigado pela égide da Igreja, Portugal tem a existência confirmada pela sanção dos exércitos cruzados da Europa. O carácter da sua vida futura, da sua ulterior fisionomia política, parece ter-lhe sido desde logo imposto, como um baptismo, quando, em frente dessa piscina do Tejo, onde fundeiam duzentas naus coroadas pelos pavilhões de tantas nações da Europa, se estende o coração do exército de flamengos, lotaringios, alemães e ingleses.

As colunas dos cavaleiros cruzados combatem aos lados das mesnadas dos barões portugueses, estendendo-se em meia lua, a investir o morro de Lisboa; e com as pontas apoiadas contra o rio, formam metade do cinto que a armada, fundeada no Tejo, encerra.

Com os francos e ingleses, colossais de estatura, rubros de sangue, hercúleos de músculos, vêm italianos sagazes, mestres consumados na arte das minas ou sapas. Sobre os navios e do lado da terra a arte ocorre em auxilio da força. Os ingleses montavam as suas manganelas de catapultas, os francos as suas tórris; e Afonso Henriques pasmava desses maravilhosos instrumentos diante dos quais a escada e o punhal do saltador nocturno pareciam miseráveis. Acaso a comparação ofendia a sua opinião, bem fundada, de atrevido; acaso achava mais rápido e simples confiar o resultado aos seus expedientes favoritos de condor. O facto é que decidiu começar por um assalto.

Foi no dia 3 de Agosto que pela primeira vez rebentou a trovoadas dos golpes de moganons o estridente sibilante das setas despedidas do alto das tórris, e das pedras sôltas das fundas, o clamor apocalíptico dos combates, erguendo um côro de imprecações ferozes proferidas nas mais desvairadas línguas. A tormenta dos sons respondiam relâmpagos do pez, do azeite, da estôpa incendiada, que os mouros de Lisboa vomitavam sobre os assaltantes, ajudando o sol que, iluminando a cena, congestionava as cabeças dos filhos da álgida Germânia, da Britânia ou da Francónia.

As ondas de lume, ao lume do sol, veio juntar-se um novo clarão de chamas e de grossas voltas de fumo negro que subia cravejado de centelhas a perder-se no ar: as tórris ardiam! O assalto era repellido; a tentativa falhava.

Começou o cerco. Em poucos dias a voracidade feroz dos homens louros do norte destruiu quanto havia em tórno de Lisboa; hortas e pomares, vilas, casais e granjas. Dentro da cidade escasseavam os mantimentos, e bandos de soldados fugiam com fome; do alto dos muros, os que ficavam perseguiram-nos com surriadas e pedras.

Os gastadores minavam, atulhando a sapa com lenha cortada nos arredores: no dia decisivo, o fogo, consumindo esses transitórios esteios, roubaria a base das muralhas. Os italianos construam uma grande tórre que ficou terminada em meado de Outubro quando a resistência de Lisboa tocava o extremo. Queimaram-se os robles da sapa, assentaram-se os tiros, prepararam-se as colunas de soldados, e deu-se o assalto,

logo que se ouviu o estrondo de um pano inteiro de muralhas que derrocava do lado do oriente.

Lisboa capitulou.

(Oliveira Martins-Historia de Portugal)

Leitura: Tomada de Silves

D. Sancho ansiava pela conquista de Silves, a capital da provincia do Algarve e uma das mais importantes povoações da Península.

Comparada com Lisboa, Silves era muito mais forte, e, em opulência e sumptuosidade de edificios, dez vezes mais notável.

A abundância dos seus mercados e a elegância das suas habitações condiziam com o esmero da cultura dos arredores, povoados de hortas e de jardins deliciosos.

O seu comércio consistia principalmente na exportação de madeiras, cortadas nas magnificas florestas que cobriam as montanhas vizinhas, e dos figos do Algarve, que se procuravam por todo o mundo como incomparáveis em doçura e bondade.

A praça era cercada de muros de tal arte, que, nem uma só choupana se achava fora, e dentro delas havia quatro ordens de fortificações, a primeira das quais era como que uma vasta cidade estendida pelo vale—o arrabalde.

No cimo do monte ficava a *almedina*, coroada pelo Castelo. Pela encosta descia a couraça, munida das quatro torres, e por onde da parte alta vinham buscar água a um pço situado na extremidade da fortificação.

Por convite de D. Sancho, uma armada de cruzados que tinha entrado no Tejo em 1189, juntou-se às forças de Lisboa e dirigiu-se para Silves, enquanto El-Rei marchava por terra com um exército numeroso através de terras ainda ocupadas pelos mouros.

Ao primeiro ataque dos sitiantes os muçulmanos abandonaram a cidade inferior, refugiando-se na almedina.

Com a chegada de D. Sancho, o cerco tornou-se mais apertado. Os cristãos não tinham um instante de fôlego: ora preparavam instrumentos para o assalto — catapultas, ouriços, etc., ora acometiam.

O ataque dirigiu-se principalmente contra uma das torres que defendiam a couraça. Sob o muro, meio derrocado pelo ouriço, abriram uma mina que iam escorando com espeques a que depois lançavam fogo. Consumidas as escoras sobrepostas aos alicerces, um laço de muro desabou, e abriu-se uma brecha por onde os cristãos se lançaram ao assalto.

Os sarracenos, tomados de pavor, fugiram, atirando fora as armas, enquanto os vencedores entupiam o pço. Ficaram os sitiados reduzidos à última extremidade, porque a água existente nas cisternas da almedina era pouca e salobra. As provisões que existiam na praça não podiam ser cozinhadas; os cativos cristãos, para receberem uma pequena quantidade de água, viam-se obrigados a combater contra os sitiantes, e dormiam à noite sobre o pavimento de pedra, a fim de gozarem algum frescor; as mulheres e crianças mastigavam barro, humedecendo assim as bocas sequiosas.

Contudo a almedina defendia-se heróicamente: às minas dos sitiantes correspondiam as contraminas dos sitiados e nas galerias subterrâneas combatia-se, por vezes ferozmente.

Chegou a lavar o desânimo entre os cristãos, e D. Sancho, levado talvez pela falta de viveres e de forragens, pensou em levantar o cerco. Mas os foragidos da cidade, narrando os tormentos dos cercados, incutiram novos alentos aos sitiantes.

Durava o cerco havia mais de seis semanas, quando os mouros entraram a bradar do muro pelos portugueses, propondo a entrega da cidade desde que os deixassem sair com os bens que lhes pertencessem.

Quis o Rei de Portugal aceder, resgatando o saque prometido aos cruzados, mas estes recusaram. Por fim combinou-se que os mouros saíssem com o que tivessem vestido; alguns cruzados, porém, faltando aos ajustes e sem respeito pelo aspecto miserável dos vencidos, começaram a maltratá-los, o que muito encolerizou D. Sancho. Os portugueses estiveram a ponto de vir às mãos com os seus aliados.

A população ficára reduzida a metade, e dos prisioneiros cristãos, que subiram a 450 ao principiar o cerco, só duzentos sobreviviam.

A queda de Silves trouxe a D. Sancho toda a porção do moderno Algarve a oeste das cordilheiras que correm do norte a sul, desde as serras de Monchique até ao sul, perto de Albufeira.

Dois anos depois, Jacob, imperador de Marrocos, vingando a morte do pai e a perda de Silves, numa marcha rápida, assola primeiro o sul de Portugal, e reconquista depois Silves e muitas outras praças do Alentejo e Algarve. Mas a antiga capital do Chenechir nunca mais recuperou a grandeza antiga.

Leituras: Batalha das Navas de Tolosa

Tropas numerosas vindas de Portugal figuraram naquela célebre batalha, e o modo como elas aí se houveram é um indicio do progresso que tinham feito as forças internas do país.

Bate mais rápido o coração verdadeiramente português quando vê, no meio da narrativa de um acontecimento em que os guerreiros cristãos praticaram todo o género de gentilezas, não se esquecerem escritores contemporâneos e estranhos a nós de mencionar, não as façanhas dos ilustres cavaleiros de Portugal, dessa nobreza activa, cuja ocupação única era a guerra, mas dos vilões, condenados pelo seu humilde destino à obscuridade.

Lá, entre a inumerável multidão de homens de armas, cobertos de ferro, montados em possantes cavalos, entre o confuso esvoaçar dos pendões e estandartes, ao lado dos maciços de lanças polidas, a numerosa, mas pobre e grosseira infantaria portuguesa soube distinguir-se por extremos de sofrimento e de actividade no mais duro e pesado serviço do exército e no valor impetuoso com que se arrojava ao combate, *como se o dar e receber a morte fôsse o deleite de um banquete.*

¿E de que gente se compunha esta infantaria enérgica e valente?

Dos homens dêsses concelhos começados a organizar no berço da Monarquia, e que os nossos dois primeiros reis espalharam com mão profusa por todos os ângulos do Reino. Era o povo que surgia forte e altivo, porque a vida municipal despertara nele o sentimento da liberdade e a ideia da Pátria.

(*História de Portugal — Alexandre Herculano*)

Leituras: As Córtes

E' nos concílios da monarquia visigótica, em que predominava o clero, que se encontra a origem das assembleias políticas conhecidas na história pelo nome de Córtes. Nesses concílios deliberava o Clero indistintamente sobre matérias religiosas e civis; os leigos, quando assistiam, deliberavam apenas sobre as últimas, eram portanto assembleias mixtas, em que se tratava dos negócios religiosos e da administração civil.

Mais tarde afrouxou o predomínio do Clero e em alguns concílios dos séculos XI e XII figuram já os Nobres. A gerência dessas assembleias nos negócios políticos tornou-se cada vez mais activa e eficaz. Assim se operou a transição dos antigos concílios para as assembleias nacionais chamadas Córtes.

Assim como o povo não intervinha nos concílios da monarquia visigótica, também por muito tempo não foram admitidos representantes seus nas novas monarquias cristãs. Em Portugal, as primeiras Córtes em que, de notícia certa, intervieram os procuradores dos concelhos, foram as que se celebraram em Leiria em 1254.

(História das Instituições em Portugal, por Fortunato de Almeida, pág. 31).

Leituras: As Ordens Militares

Nascidas em Palestina, estas instituições prontamente se radicaram e desenvolveram na Península Hispânica, onde a necessidade delas se fazia sentir mais.

A primeira destas ordens foi a dos Hospitalários, assim chamada porque os seus membros se destinavam ao serviço do Hospital de S. João em Jerusalém.

Em 1123, oito cavaleiros franceses, membros desta Ordem, fundavam uma nova congregação, cujos membros, por terem a sua casa-mãe, no lugar onde fôra o antigo templo de Salomão, adoptaram o título de «Irmãos Pobres do Templo de Jerusalém» ou templários. Foi esta Ordem que deu depois origem à de Cristo.

A Ordem de Santiago da Espada era espanhola de origem e foi introduzida em Portugal no tempo de Afonso Henriques. Os cavaleiros de Santiago ou Espatários foram dos que mais ampliaram o território português.

Além destas, havia a Ordem de Évora, fundada por D. Afonso Henriques, a qual teve primeiro a sua sede nesta cidade, donde passou para Aviz, sendo então conhecida pelo nome de Ordem de Aviz.

Os deveres impostos aos filiados nas ordens de cavalaria eram: serem fieis ao rei, defenderem sempre a religião e mostrarem-se no combate dum valor sobrehumano, ordenando a regra solenemente que um cavaleiro isolado não poderia fugir enquanto os inimigos não excedessem o número de três. Contra o uso das ordens do Templo e do Hospital, os cavaleiros de Aviz podiam ser casados.

Sempre na vanguarda, sempre nas fronteiras, para todos estes cavaleiros não havia paz nem tréguas, e, quando os reis se lembravam de empreender uma expedição contra os inimigos da Pátria, eles lá os es-

peravam, montados nos seus briosos corcéis, com a lança em punho e com o manto flutuante ao sôpro da batalha.

Mas os serviços que prestaram ao país não fôram simplesmente militares: não se limitaram a dilatar o território de Portugal pela conquista, ampliaram-no, também, pela fundação de vilas e auxiliaram-lhe o desenvolvimento secundando os monarcas nas suas tentativas de desbravação do território inculto e de povoação de ermos.

Assim se iam fundando aldeias e vilas, que, aumentando a importância dessa milícia religiosa, aumentavam, também, a prosperidade do país.

(História de Portugal, por Pinheiro Chagas).

Leituras: As Cruzadas

Depois da morte de Cristo não deixaram de afluir a Jerusalém povos de todas as regiões. A igreja construída no próprio sítio do Santo Sepulcro tornara-se o lugar de peregrinação mais freqüentado do mundo. Os cristãos, porém, eram aí, cruelmente maltratados.

Desde 999, Silvestre II implorava o auxílio da Igreja.

Já Gregório VII, tendo conhecimento dos vexames infligidos aos peregrinos, via-se mentalmente «à frente dum exército, libertando o Santo Sepulcro». No concílio de Placência ouviram-se as queixas e as súplicas de Aleixo, imperador grego.

Pedro o Eremita, cheio de maior eloquência, maior confiança e maior entusiasmo que nenhum outro, vem por sua vez contar as angústias dos cristãos do Oriente e proclamar, em nome de Cristo, a ordem de salvá-los.

Pedro e Urbano II encontram-se no concílio de Clermont, onde então o Papa, muito comovido, fala assim ao povo: «A terra onde surgiu o Sol da Verdade, aprouve ao Filho de Deus residir, onde ensinou e padeceu, onde morreu e ressuscitou, depois de ter levado a cabo a obra da redenção, essa terra sagrada caiu em poder dos Gentios.

O templo de Deus foi profanado, os santos foram mortos e seus corpos foram presa das feras; o sangue dos cristãos correu como água em Jerusalém e em torno dos seus muros, e ninguém vai sepultá-los. Cheio de confiança na misericórdia divina e em virtude da autoridade de S. Pedro e S. Paulo, de que sou depositário, concedo indulgência plenária e inteira a todos os cristãos que, animados de sincera devoção, pegarem em armas contra os infieis. Todo aquele que morrer, durante esta santa peregrinação, nos sentimentos de verdadeira penitência, há de alcançar a remissão dos seus pecados na vida eterna».

E' Deus que assim o quer — exclamou o povo por uma só voz.

Uma cruz na espádua direita torna-se o símbolo da obra, recebida com geral entusiasmo, e multidões cheias de fé arremessam-se, assim, à conquista da Terra Santa!

Tal foi o grande pensamento das Cruzadas, que durante duzentos anos agitou as nações da Europa.

(História Universal da Igreja, por José António de Freitas).

2.º Período (1279 a 1383)

Este período abrange os reinados de D. Deniz a D. Fernando I e caracteriza-se pelo desenvolvimento dado à instrução, à indústria, à agricultura, ao comércio e à marinha. A conquista completa do território aos mouros permitiu aos governos uma maior atenção para a administração interna; as regalias do povo foram aumentadas, as atribuições da nobreza restringidas, a autoridade e prestígio do monarca mantidos com firmeza, a justiça melhor praticada. Foi, portanto, uma época de verdadeira prosperidade e nela se afirmou por completo a independência de Portugal, completando-se a sua organização interna.

Factos mais notáveis dêste período :

Reinado de D. Deniz, o Lavrador (1279 a 1325):

Luta de D. Deniz com o irmão D. Afonso Sanches. Esta luta foi motivada por D. Afonso pretender a coroa de Portugal, alegando não ser D. Deniz filho legítimo. Terminou pela intervenção da rainha, D. Isabel, mulher de D. Deniz e filha do rei de Aragão.

Guerra com Castela. Disputando o Infante D. João de Castela a coroa a seu sobrinho D. Fernando IV, D. Deniz tomou o partido do primeiro. Depois de várias peripécias, ajustou-se a paz, pela qual os castelhanos reconheciam as conquistas feitas por Portugal, entregando-nos Olivença, Moura e Serpa e estipulando-se os casamentos de Fernando IV com a infanta portuguesa, D. Constança, e de D. Afonso, herdeiro do trono, com a infanta espanhola D. Beatriz.

Protecção às letras. D. Deniz recebera uma instrução superior à dos seus antecessores, vindo a ser um dos principais poetas do seu tempo.

Promoveu o desenvolvimento da instrução, fazendo fixar a língua portuguesa, mandando traduzir a Bíblia e fundando a primeira universidade (1) que existiu no nosso país.

Protecção dada à agricultura, à instrução, à indústria, ao comércio e à marinha.

(1) — A universidade chamou-se, a principio, a Escola Geral, e nela se aprendiam tôdas as ciências que ao tempo se conheciam. Foi fundada em Lisboa, no ano de 1290, e transferida para Coimbra em 1308.

Entre as medidas tomadas destacam-se a plantação do pinhal de Leiria, a exploração de minas, o auxilio para a fundação da Bôlsa do Comércio, no Pôrto, o desenvolvimento dado à marinha, mandando vir de Génova officiaes experimentados a quem deu o comando de vários navios, fazendo almirante a Manuel Pezagno.

Publicação da lei das inqüirições e das desamortizações. Pela primeira lei restringiu os privilégios da nobreza, obrigando-a a restituir as terras cuja posse lhes não pertencia; pela segunda protegeu o clero contra os abusos da nobreza, reprimindo-lhe, ao mesmo tempo, as ambições e impedindo que abusivamente adquirissem mais bens territoriaes.

Substituição da ordem dos Templários pela ordem de Cristo. Como o papa Clemente V tivesse abolido a ordem dos Templários e pretendesse apossar-se dos seus bens, D. Deniz opôs-se-lhe com firmeza, vindo a conseguir que o successor, João XXII, autorizasse a fundação da ordem de Cristo, para a qual foram transferidos os bens dos Templários. A ordem de Cristo teve a sua sede, primeiro no castelo de Castro Marim, e mais tarde em Tomar.

Luta com D. Afonso, herdeiro do trono. D. Deniz tinha vários filhos ilegítimos. Como mostrasse especial predilecção por alguns dêles, D. Afonso, herdeiro da corôa, revoltou-se contra o pai. A luta foi prolongada e só veio a terminar com a intervenção por duas vezes da rainha D. Isabel (1).

D. Deniz está sepultado em Odivelas.

Reinado de D. Afonso IV, o Bravo (1325 a 1357):

Luta com o irmão Afonso Sanches. Assim que subiu ao trono, D. Afonso IV reuniu as côrtes que determinaram que os bens de D. Afonso Sanches fôsseem confiscados. D. Afonso, que estava em Castela, invadiu Portugal.

Interveio mais uma vez a rainha Santa Isabel, que apaziguou os dois irmãos e conseguiu que fôsseem restituídos os bens a D. Afonso Sanches.

(1) — D. Isabel era filha de D. Pedro III, rei de Aragão. Casou em 1288 com D. Deniz. A sua vida foi um modelo de virtudes, inteiramente dedicada à pobreza e à manutenção da paz entre os povos. Fundou vários hospitais e o convento de Santa Clara, em Coimbra. A imaginação popular attribuiu-lhe diferentes milagres, dos quais o mais conhecido é o das rosas. D. Isabel foi canonizada em 1625. Jaz no convento de St.^a Clara.

Guerra com Castela. D. Afonso XI, rei de Castela, era casado com a Infanta D. Maria, filha de D. Afonso IV. Como o rei de Castela maltratasse a espôsa e se opusesse ao casamento de D. Pedro, filho do rei português, com a princesa D. Constança, filha do poderoso fidalgo castelhano D. João Manuel, a guerra entre os dois monarcas rebentou com grande violência. Ainda uma vez a rainha D. Isabel, que se recolhera ao convento de Santa Clara, em Coimbra, tentou intervir na contenda. Saiu do convento e pôs-se a caminho, com o fim de reconciliar os contendores. Sucumbiu, porém, ao chegar a Estremoz. Perante a ameaça de uma nova invasão dos moiros, estabeleceu-se a paz; D. Constança veio para Portugal e a rainha D. Maria, que fugira para o nosso país, voltou para junto do marido.

Batalha do Salado. Tendo os moiros derrotado a esquadra castelhana e penetrado nos territórios do rei de Castela, êste pediu auxílio a D. Afonso IV, que partiu logo com as suas tropas para Espanha. Os dois exércitos marcharam para a cidade de Tarifa, que os moiros haviam cercado. Foi junto das margens do rio Salado, que passa perto daquela cidade, que se deu a renhida batalha em que os moiros foram completamente derrotados. A batalha do Salado (1340) teve uma excepcional importância, porque salvou a península de cair novamente sob o jugo muçulmano.

Assassinio de D. Inês de Castro. A afeição do infante D. Pedro por uma das damas de D. Constança, de nome Inês de Castro, da qual tivera vários filhos, levou os cortesãos, ciosos da influência que no futuro reinado viria a ter a família espanhola dos Castros, a fazer com que D. Afonso IV autorizasse a morte daquela infeliz senhora. Perante a insistência dos seus conselheiros, que teimavam em que corria perigo a independência do reino, D. Afonso cedeu. D. Inês foi barbaramente assassinada por Álvaro Gonçalves, Pedro Coelho e Diogo Lopes Pacheco. Ao ter conhecimento dêste assassinio, D. Pedro declarou guerra ao pai, guerra que só terminou pela intervenção da rainha D. Beatriz e do arcebispo de Braga.

Não obstante as lutas que ensombraram o seu reinado, é de justiça destacar a administração interna, que foi prudente e acertada, tendo-se desenvolvido ainda mais a agricultura, o comércio e a marinha.

D. Afonso IV jaz na Sé de Lisboa.

Reinado de D. Pedro I, o Justiceiro (1357 a 1367):

Castigo dos assassínios de D. Inês de Castro. — Logo que tomou conta do governo, D. Pedro procurou obter do rei de Castela a entrega dos assassínios de D. Inês, que se haviam refugiado naquele país, dando-lhe em troca três fidalgos castelhanos homiziados no nosso país. Cumprido o pacto, Pedro Coelho e Álvaro Gonçalves foram mortos em Santarém com a mais cruel barbaridade. Diogo Pacheco, avisado por um mendigo, conseguiu evadir-se.

Satisfeito o seu desejo de vingança, D. Pedro tentou rehabilitar a memória de D. Inês, demonstrando que fôra sua legítima mulher, e mandando trasladar-lhe o cadáver de Coimbra para Alcobaça, onde lhe fizera erguer um sumptuoso mausoléu.

Instituição do beneplácito régio. — Em Março de 1361 foram convocadas as Côrtes em Elvas. Nessas Côrtes foram tomadas importantes medidas a favor dos municípios e determinado que os documentos pontifícios não pudessem ser publicados sem assinatura do rei (beneplácito régio).

O reinado de D. Pedro caracterizou-se pelo interêsse que o rei manifestou pelos negócios do Estado, pela justiça implacável que a todos fazia e pela severa economia com que administrou a fazenda pública.

D. Pedro está sepultado em Alcobaça.

Reinado de D. Fernando, o Formoso (1367 a 1383):

Guerras com Castela. — Foram três as guerras que D. Fernando sustentou com Castela, tôdas elas desastrosas para Portugal.

Casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles. — Enamorado de D. Leonor Teles, esposa do fidalgo D. João Lourenço da Cunha, promoveu a anulação do casamento, e casou secretamente com ela. O escândalo indignou a côrte e, em especial, o povo de Lisboa, que, guiado pelo alfaiate Fernão Vasques, correu ao paço real protestando contra um casamento que envergonhava o trono português e constituía um perigo para o sossêgo e independência de Portugal. Sufocada a revolta e rigorosamente castigados os principais chefes, D. Fernando declarou abertamente ter realizado já o casamento.

Não obstante estes factos que bastante deslustram o carácter de D. Fernando, a sua administração foi bastante acertada. Lisboa foi cercada de novas muralhas. O serviço militar foi

reorganizado. Publicou-se a lei das sesmarias, pela qual se obrigava os proprietários das terras aráveis a cultivá-las ou entregá-las a cultivadores. A lei regulava ainda a quantidade e preço do gado necessário para a cultura e determinava que os filhos dos lavradores fôsem obrigados a dedicar-se à lavoura, quando não exercessem algum officio útil ou quando não tivessem de seu 500 libras. Reprimiu a mendicidade e a vadiagem, e deu enorme impulso ao comércio e à navegação.

D. Fernando está sepultado no convento de S. Francisco, em Santarém.

Interregno da 1.^a para a 2.^a dinastia

Por morte de D. Fernando, em 1383, não havia sucessor à corôa, visto que da rainha D. Leonor apenas tivera uma filha, D. Beatriz, a qual casara com o rei de Castela. Eram cinco os pretendentes ao trono: D. João, rei de Castela, por parte de sua mulher; D. João e D. Deniz, filhos de D. Inês de Castro, e D. João, Mestre de Aviz, filho bastardo de D. Pedro I.

D. Leonor tomou conta da regência do reino e fez aclamar rainha D. Beatriz.

Por êste facto e ainda pelas relações escandalosas que D. Leonor mantinha com um fidalgo castelhano, de nome João Fernandes Andeiro, o povo de Lisboa revoltou-se. O Mestre de Aviz, que era muito estimado pelo povo, tomou o partido dêste e dirigiu-se com alguns dos seus partidários ao palácio em que residia D. Leonor com o seu valido. Após uma breve explicação com a rainha, chamou o conde Andeiro e matou-o. D. Leonor fugiu para Alenquer e, depois, para Santarém, donde instou com o genro para que viesse tomar conta de Portugal. O Mestre de Aviz fôra, entretanto, aclamado pelo povo regente e defensor do reino.

O rei de Castela mandou invadir Portugal. Saiu-lhe ao encontro D. Nuno Álvares Pereira, que derrotou os castelhanos na batalha dos Atoleiros (Alentejo). O exército castelhano, que viera pôr cêrco a Lisboa, foi constringido a levantar o cêrco e a retirar-se para Espanha. (1384).

Finalmente reuniram-se Côrtes em Coímbra, em 1385, e nelas, em virtude das provas apresentadas em seu favor pelo notável juriconsulto João das Regras, foi o Mestre de Aviz aclamado rei de Portugal.

Leituras: D. Deniz e o desenvolvimento da agricultura

Um dos títulos mais gloriosos de el-rei D. Deniz foi de certo esse cognome de Lavrador que os seus povos lhe dêram e a história confirmou. A província do Alentejo era a predilecta de D. Deniz; devia agrada-lo, pela sua fertilidade, a um soberano apaixonado pela agricultura, ao passo que devia despertar a sua solicitude ver que os opulentos recrusos desta província estavam tão pouco aproveitados, por ser de tal forma diminuta a sua população. Esse facto já dera cuidado aos reis seus antecessores, mas como, até ao reinado de D. Afonso III, o Alentejo era a fronteira onde combatiam rijamente as duas raças inimigas que entre si disputavam a península, o campo da batalha sempre enopado de sangue e sempre atulhado de ruínas, a povoação da província era difficil, por mais vantagens que os reis oferecessem aos colonos. No tempo de D. Deniz a tranquillidade era completa, nada impedia o desenvolvimento normal da população, logo que a propriedade da província aumentasse.

O arroteamento das terras foi, por conseguinte, a grande preocupação do intelligente rei. As terras que a Coroa possuía no Alentejo foram cultivadas com esmero e D. Deniz fez tudo quanto pôde para aumentar as suas possessões nessa província. Com o mesmo pensamento de proteger a agricultura, dividiu pelos habitantes de Leiria os pântanos de Ulmar. Confiava bastante na energia e no trabalho dos vizinhos de Leiria, para lhes entregar esses terrenos incultos, donde elles haviam de desentranhar as messes opulentas.

(Pinheiro Chagas — História de Portugal)

Leituras: A Sociedade Portuguesa no seculo XIII — O Povo

Tôdos os habitantes do país que não pertenciam ao clero ou à nobreza formavam o povo ou plebe. Este dividia-se em duas classes: os *cavalheiros vilãos* e os *peões*.

Os indivíduos que possuíam propriedades por herança, eram *herdadeiros*; estes eram obrigados ao serviço militar a cavalo e por isso eram denominados *cavalheiros vilãos*. Esse serviço tinha o nome de *fossado*; as suas terras eram *fosseiradas* ou *herdades fossadeiras*. Quando o cavaleiro vilão, por enfermidade ou idade avançada, não podia mais cumprir as suas obrigações, recebia uma carta de *cavaleiro pousado*, que o desobrigava do serviço militar, conservando-lhe os privilégios da sua classe.

Os peões que não tinham meios para manter um cavalo, também deviam servir, mas essa obrigação variava segundo as cartas de foral. Alguns peões, mais abastados, foram obrigados como compensação de não servirem a cavalo, a pagar a *jugada*, tributo que recaía sobre os produtos da terra. Era um tanto por cada *juço* ou junta de bois que empregavam na sua lavoura.

A população inferior que habitava em casa estranha, ou trabalhava por conta de outrem, tinha uma denominação especial: eram os *malados*, e o seu estado social a *maladia*. Os malados podiam alcançar os foros de *vizinhos*, isto é, os direitos e os deveres próprios do concelho. Eram *arraigados*, quando inscritos num registo geral, e se não estivessem recensea-

dos nêsse registo eram os *não-arreigados*. Consideravam-se como simples moradores que não podiam satisfazer aos deveres do município, e por conseguinte, não gozavam das suas imunidades e privilégios. Alguns viviam em condições quasi servis.

Leituras: Organização e autoridades municipais

Uma das causas mais poderosas do desenvolvimento dos municípios era a libertação das classes servas. A medida que uma população adquiria uma certa importância, o rei concedia, por *carta de foral*, certas liberdades e garantias aos habitantes e criava a comunidade que também muitas vezes se constituia por meio de revolução.

No século XIII os municípios estavam longe de abranger toda a população portuguesa, pois que se havia regiões onde esses municípios se achavam organizados, outras havia onde o povo vivia à vontade e ao capricho das classes privilegiadas.

Os concelhos ou municípios dos séculos XII e XIII podem dividir-se em três categorias: os *rudimentares*, os *imperfeitos* e os *perfeitos* ou *completos*.

A existência duma administração local e já com uma certa unidade caracterizava os concelhos rudimentares.

Os concelhos imperfeitos distinguiam-se dos precedentes, por ser a jurisdição local exercida por um juiz particular, numas partes de nomeação popular, e noutras de nomeação do senhor.

O que caracterizava os concelhos perfeitos era a existência da magistratura jurisdiccional, exercida por dois Juizes ou *alvases*, e a divisão dos burgueses em duas classes: os *cavaleiros vilãos* e os *peões ou tributários*.

O mais elevado cargo nestes municípios era o de *Alcaide*. Este funcionário tinha o comando da fortaleza que defendia o município e exercia uma delegação do rei. Civilmente equivaleria aos nossos administradores de concelho, mas como acumulavam atribuições militares com os actos jurisdiccionais, a sua importância era maior.

Em geral, o rei concedia a um fidalgo o cargo de Alcaide; mas esse fidalgo, que nem sempre podia residir no concelho, delegava a sua autoridade num *alcaide-menor*, que era escolhido no grémio municipal. Esse sistema tornava-se vantajoso para o concelho, que era assim governado por um dos seus habitantes, em lugar de um fidalgo violento ou orgulhoso.

O país estava dividido em grandes distritos governados por um *Rico-homem*, e como as cidades mais populosas eram, em geral, cabeças desses distritos, é possível que nelas o cargo de Rico-homem se confundisse com o de Alcaide-mór, mas isso nem sempre sucedia.

A organização dos municípios perfeitos não era a mesma em todos os concelhos, e os magistrados municipais não tinham em todos o mesmo nome. Havia quatro fórmulas de foral: na 1.^a fórmula, o *Alvasil*, era o magistrado municipal; na 2.^a o *Alcalde* e o *Juiz* eram os nomes desses magistrados; na 3.^a era o *Juiz* e na 4.^a o *Alvasil*, o *Alcalde* ou o *Juiz*.

Nas terras das ordens militares o *Alcalde* era substituído pelo *Comendador*; os *Alvases*, *Alcaldes* ou *Juizes* eram de eleição popular e escolhidos entre os *homens-bons*.

Havia também funcionários subalternos: o *porteiro*, que executava as ordens do alcaide; o *andador*, que era o equivalente do porteiro, em certos concelhos; o *escrivão*, que reduzia a escrito, em registo especial, as

leis e posturas; o *pregoeiro*, que proclamava o nome dos novos magistrados e as resoluções administrativas ou judiciais; e o *vozeiro*, que era o advogado dos interesses municipais.

Em alguns concelhos existia um funcionário que tinha os padrões das medidas, o que correspondia aos aferidores actuais.

(A. Louro — *História de Portugal*)

CAPITULO III

A SEGUNDA DINASTIA

1.º Período (1385 a 1520)

A 2.ª dinastia compreende os seguintes reinados: D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique.

Os reinados de D. João I a D. Manuel abrangem o período de maior grandeza de tôda a nossa história. Foi nele que os portugueses realizaram os seus grandes descobrimentos e conquistas de além-mar. O nome de Portugal ecoou por todo o mundo e os seus feitos chamaram a atenção de todos os povos da terra. Lisboa tornou-se o centro de todo o comércio europeu, criou-se um dos maiores impérios marítimos e coloniais que têm existido no mundo.

Factos mais notáveis do 1.º período:

Reinado de D. João I, o de Boa Memória (1385 a 1437)

Guerra da independência. — O rei de Castela, não obstante a derrota dos Atolheiros e o malôgro do cerco de Lisboa, persistiu em apoderar-se de Portugal. Nêsse intuito, dois pontos da fronteira foram escolhidos para a invasão: a Beira e o Alentejo.

Pela primeira dessas províncias penetrou um exército



composto de 2 mil besteiros e peões e cerca de 400 lanças e 200 ginetes. Comandava-o João Rodrigues de Castenheda, que talou, incendiou e saqueou as povoações até Viséu. Desta cidade retrocedeu até Trancoso, onde as tropas portuguesas lhe infligiram uma grande derrota, apoderando-se de toda a presa que os castelhanos levavam.

O exército, que entrara pelo Alentejo, era dirigido pelo



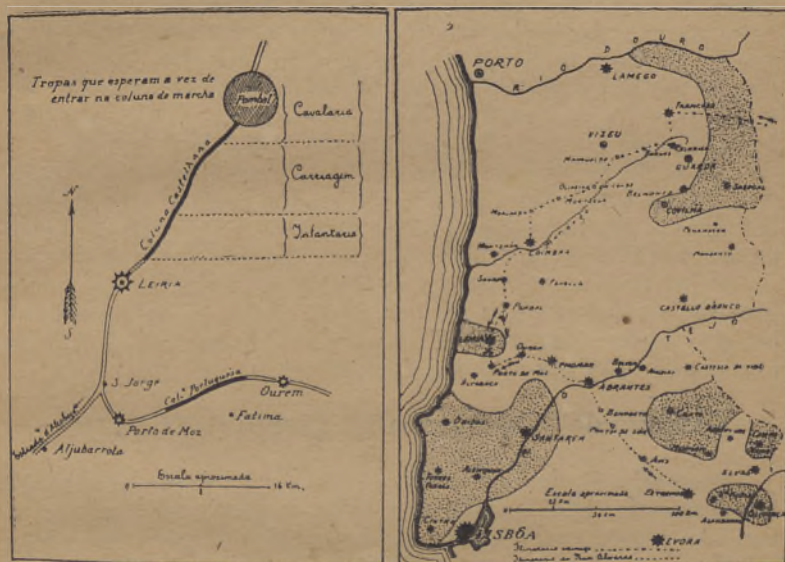
Um archelro e um homem de armas
(Século XIV e XVI)

próprio monarca castelhano e compunha-se de 20 mil cavaleiros e mais de 10 mil peões e fazia-se acompanhar de artelharia. A hoste portuguesa contava umas 2 mil lanças, 800 besteiros e 4 mil peões e não dispunha de artelharia.

O rei castelhano, ao saber da derrota de Trancoso, retrocedeu, entrando depois pela Beira, em direcção a Leiria, devastando as povoações e cometendo as maiores atrocidades. No dia 14 de Agosto de 1385 os dois exércitos encontraram-se em

Aljubarrota, pequena povoação a sueste de Leiria, entre Alcobça e Porto de Mós. Foi renhido o combate e nele praticaram os soldados portugueses actos da maior bravura e heróicidade, conseguindo pôr em completa debandada o exército castelhano, que deixou no campo, morta, a mais fina flôr da nobreza, sendo riquíssimos os despojos colhidos pelos nossos, e tendo o rei de Castela de fugir a todo o galope para Santarém.

A vitória de Aljubarrota seguiu-se, em Outubro de 1385, a de Valverde, no Alentejo. A guerra prosseguiu durante mais



A batalha de Aljubarrota — Disposição das tropas antes de começar a batalha — Itinerário seguido pelos castelhanos e pelos portugueses

alguns anos, não se tendo dado, porém, feitos de maior importância, até que, em 31 de Outubro de 1411, foi assinado um tratado de paz, que punha termo à guerra entre os dois países.

Na guerra da independência teve lugar de especial destaque, D. Nuno Álvares Pereira, nomeado condestável do reino. Foi ao seu génio militar, ao seu valor e patriotismo que os portugueses deveram a brilhante série de vitórias que para sempre mantiveram a nossa autonomia. A vida de Nuno Álvares Pereira foi um modelo de valentia, de pundonor, de patriotismo,

de dedicação e de virtude. E tão grande foi a lição que êle nos legou, que a Pátria fez dele o seu grande paladino e a Igreja um dos seus santos. D. Nuno recolheu-se, em 1415, ao convento do Carmo, que êle mandara edificar em Lisboa, e onde veio a morrer.

Conquista de Ceuta. — Instado por seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Fernando, D. João I resolveu atacar Ceuta, apoderando-se desta praça em 21 de Agôsto de 1415.

Descobrimientos marítimos. — Devido aos esforços do infante D. Henrique, que estabeleceu em Sagres uma escola de navegação, os portuguezes resolveram-se a penetrar nos mares que as lendas povoavam de terror e de mistério. Em 1418, Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira chegaram à *ilha de Pôrto Santo*, e, em 1419, à *ilha da Madeira*; em 1432, Gonçalo Velho Cabral aportara à *ilha de Santa Maria*, nos Açores.

Adopção da era de Cristo. — A era adoptada até ao ano de 1422 foi a de Cesar, grande imperador romano. Dessa data em diante determinou-se que se contassem as datas a partir da era de Cristo, que é 38 anos mais moderna que a de César.

Construção do Convento da Batalha. — É um dos mais grandiosos monumentos da península. Foi edificado no local em que se deu a memorável batalha de Aljubarrota. Foi delineado pelo architecto Afonso Domingues.

Reinado de D. Duarte, o Eloquentemente (1433 a 1438):

Promulgação da lei mental. — Era uma lei que só admitia à sucessão dos bens doados pela corôa os filhos primogénitos e legítimos, com exclusão das mulheres, dos ascendentes e dos colaterais, excepto se o rei o dispensasse. Foi chamada mental, por ter sido lembrada por João das Regras a D. João I, que a applicou algumas vezes, sem que a promulgasse. Esta lei teve a vantagem de diminuir a riqueza dos nobres em proveito do Estado.

Expedição a Tanger. — Foi realizada a rogos dos infantes D. Henrique e D. Fernando. A esquadra, que levava apenas uns 6 mil homens, aportou a Ceuta, o que deu tempo a que os moiros organisassem a defesa. Pôsto o cêrco a Tanger, ao fim de 37 dias de combate, os portuguezes capitularam e só obtiveram a permissão de embarcar para Portugal, sob a promessa de entregarem a cidade de Ceuta. Como penhor e garantia de cumprimento dessa cláusula, ficou cativo o infante D. Fernando. O tratado nunca se cumpriu e D. Fernando veio a

morrer em Fez, ao fim de dez anos de cativo, que elle suportou com uma resignação de santo.

Continuação dos descobrimentos marítimos. — Gil Eanes dobrou o *cabo Bojador*, em 1434, e Afonso Gonçalves Baldaia descobriu o *rio do Oiro*, em 1436.

D. Duarte morreu com 47 anos, tendo governado sempre com intelligência e bondade. Foi um excelente cultor das letras, tendo escrito dois livros de muito valor, o *Leal Conselheiro* e o *Livro de ensenança de bem cavalgar tôda a sela*.

Está sepultado no convento da Batalha.

Reinado de D. Afonso V, o Africano (1438 a 1481):

Regência de D. Leonor e de D. Pedro. — Foi motivada pelo facto de D. Afonso V contar sete anos, quando elle morreu o pai. A regência do infante D. Pedro, que durou até ao ano de 1446, foi de veras notável. Foi durante ella que se publicou o mais antigo código ou collecção de leis do nosso país, sob o título de *Ordenações Afonsinas*.

Batalha de Alfarrobeira. — Deu-se entre as tropas de D. Afonso V e as de D. Pedro, que nella foi morto, bem como o seu dedicado amigo e valente cavaleiro, o conde de Avranches, D. Álvaro Vaz de Almada, que fôra o primeiro governador de Ceuta. Esta discórdia entre o monarca e o tio foi devida a intrigas do duque de Bragança e de alguns cortesãos, inimigos do infante, que o declararam rebelde. D. Pedro, que estava em Coimbra, ao saber do facto, resolveu vir a Lisboa com os seus partidários pedir justiça ao joven rei. Este, irado, mandou sair contra elle as tropas reais, dando-se o encontro fatal nas margens do ribeiro de Alfarrobeira, junto de Alverca, no distrito de Lisboa.

Continuação dos descobrimentos marítimos. — Nuno Tristão descobriu o *cabo Branco*, em 1441, e visitou a costa de Sáara, em 1433, e a Senegâmbia, em 1445; Deniz Dias chegou ao cabo Verde, em 1444; Diogo Gomes e António de Nola aportaram, em 1640, a *S. Tiago de Cabo Verde*; Fernão e Gomes chegou à costa da Mina, em 1469; João de Santarém e Pedro de Escobar descobriram as ilhas de *S. Tomé e Príncipe*, em 1470.

Conquistas em África. — Foram três as expedições e nelas se conquistaram Alcácer-Ceguer (1458), Arzila e Tânger (1471). Em virtude destas conquistas, o rei juntou ao título de

rei de Portugal e dos Algarves, mais o de «daquém e dalém-mar em África».

Batalha de Toro. — D. Afonso V casara com sua sobrinha, D. Joana, filha única de Henrique IV, rei de Castela. Quando este monarca faleceu, D. Afonso V pretendeu ser rei de Castela. Os castelhanos, porém, deram a corôa à infanta D. Isabel, irmã do rei falecido e casada com o rei de Aragão. Travou-se uma batalha em Toro (Espanha), em que D. Afonso foi vencido. Desejoso de se vingar, D. Afonso foi a França pedir auxilio a Luís XI. Como este lho não desse, D. Afonso resolveu abdicar em seu filho e partir para a Terra Santa. Arrependeu-se, porém, e voltou para Portugal.

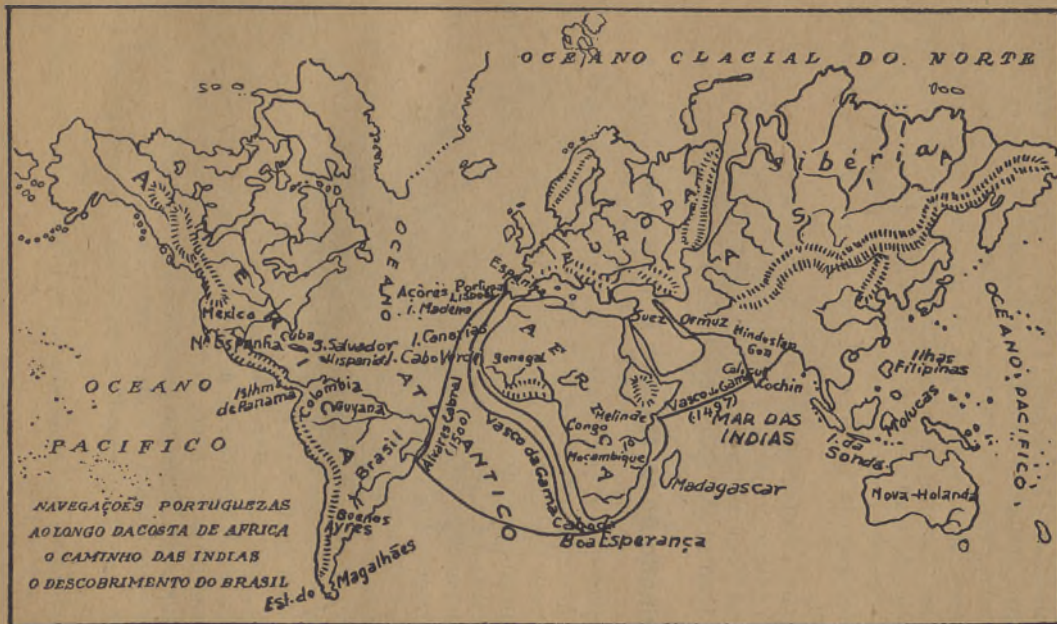
No reinado de D. Afonso V, que foi um bravo soldado, mas um politico inhábil, a nobreza aumentou extraordinariamente o seu poderio e influéncia.

D. Afonso V está sepultado na Batalha.

Reinado de D. João II, o Príncipe Perfeito (1481 a 1495):

Luta contra a nobreza. — Como a nobreza tivesse adquirido no reinado anterior uma excepcional importância e pretendesse cechar o poder de rei, este convocou as Côrtes em Évora. Nestas Côrtes tomaram-se enérgicas providências contra a nobreza, o que deu em resultado que a mesma promovesse duas conspirações contra D. João II. A primeira tinha como chefe o duque de Bragança, D. Fernando, o qual foi degolado em Évora, em 1483; a segunda era dirigida pelo duque de Viseu, primo e cunhado do rei, que o apunhalou por suas próprias mãos, no paço de Setubal, em 1481. Dos outros conspiradores, uns foram presos, outros condenados à morte, alguns assassinados misteriosamente. A energia com que o rei procedeu contra a nobreza firmaram por completo a supremacia do poder real, que se tornou desde então verdadeiramente absoluto.

Continuação dos descobrimentos marítimos. — Diogo de Azambuja fundou o Castelo de S. Jorge da Mina, na costa da Guiné (1481-1482), Diogo Cão descobriu o rio Zaire e o reino do Congo (1484-1485); João Afonso de Aveiro visitou o reino de Benin (1486); Bartolomeu Dias dobrou o cabo das Tormentas (1486), mudado depois para o nome de cabo da Boa Esperança; Afonso de Paiva e Pedro da Covilhã foram ao Egipto e a Áden, onde se separaram, partindo o primeiro para



NAVEGAÇÕES PORTUGUEZAS
AO LONGO DA COSTA DE AFRICA
O CAMINHO DAS INDIAS
O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Est. de Magalhães

a Índia, e o segundo para a Abissínia. D. João II chegou a ter preparada uma armada com o fim de se descobrir o caminho marítimo para a Índia.

Tratado de Tordesillas (1494). — Tendo-se suscitado dúvidas entre Portugal e Espanha por causa das descobertas feitas na América pelos espanhóis, foi determinado pelo tratado feito em Tordesillas (Espanha), e em que serviu de árbitro o papa Alexandre VI, que se estabelecesse um meridiano passando a 370 léguas de Cabo Verde, como linha divisória; para oriente podiam descobrir os portugueses, para ocidente os espanhóis.

O reinado de D. João II foi da maior importância para Portugal.

O país prosperou, o poder real afirmou-se decisivamente sobre as outras classes e o caminho da nossa expansão marítima e colonial ficou perfeitamente traçado.

D. João II jaz no convento da Batalha.

Reinado de D. Manuel, o Venturoso (1495 a 1521):

Expulsão dos judeus. — Foi uma determinação ordenada por D. Manuel, pela qual deveriam sair de Portugal todos os judeus nele residentes e que se recusassem a converter-se ao cristianismo. Foi uma medida que trouxe enormes prejuízos à agricultura, à indústria e ao comércio.

Continuação dos descobrimentos marítimos. — Vasco da Gama descobriu o *caminho marítimo da Índia*, em 1497; Pedro Alvares Cabral descobriu o *Brasil*, em 1500; Gaspar Córte Real descobriu a *Terra Nova* e o *Labrador*; João da Nova descobriu a ilha da *Ascensão*, em 1501, e a de *Santa Helena*, em 1502; Tristão da Cunha descobriu a *ilha de Tristão da Cunha*. Em 1519, Fernão de Magalhães, embora ao serviço da Espanha, partiu de San Lúcar com rumo à América, descobriu o *estreito de Magalhães* e a *Terra de Fogo*, entrou no oceano, que denominou *Pacífico*, e veio a morrer nas ilhas Filipinas. Continuou esta viagem o seu imediato, Sebastião del Cano, que atravessou o Índico e voltou, pelo sul de África, a Espanha, tendo-se, assim, realizado a primeira viagem de circunnavegação.

Conquistas. — Tomaram-se as praças africanas de *Çafim*, *Azamor* e *Mazagão*.

D. Francisco de Almeida, primeiro governador da Índia, levantou fortalezas em *Cochim* e *Cananor* e fez tributário de Portugal o rei de *Ceilão*; Afonso de Albuquerque fundou o

império português da Índia, conquistando *Gôa*, *Ormuz* e *Malaca*.

Em resultado destas descobertas e conquistas, D. Manuel tomou o título de rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém-mar em África, senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.

Publicação das ordenações manuelinas.— Foram publicadas em 1514 e eram a reforma das ordenações afonsinas com o acréscimo das leis promulgadas posteriormente.



Afonso de Albuquerque

Foi no reinado de D. Manuel que Portugal atingiu o período da sua maior grandeza, tendo o rei tido a ventura de contar a seu lado uma série de grandes homens que, pelo seu talento, pela sua valentia, pelo seu patriotismo e pelas suas virtudes, deram à Pátria um renome sem igual na história dos povos.

D. Manuel está sepultado no mosteiro dos Jerónimos, que êle mandou erguer em memória do descobrimento do caminho marítimo para a Índia.

2.^a época (1520 a 1580)

A grandeza do nosso império colonial, que exigia um enorme esforço de homens e de dinheiro, a má administração política e financeira do país, a incapacidade dos governadores do ultramar, o fanatismo religioso que se desenvolveu durante este período, a influência nefasta da Companhia de Jesus e do Tribunal da Inquisição, a centralização dos poderes nas mãos do rei, a ausência de Côrtes, as intrigas dos cortesãos, a quebra das antigas virtudes portuguesas pelo desenvolvimento do luxo e pela abundância das riquezas e o desenvolvimento da escravatura foram os grandes factores da nossa decadência política, económica e social durante a época que decorreu do reinado de D. João III até ao de D. João IV.

Abrange este período os governos que vão de D. João III ao Cardeal D. Henrique. Fecha com a perda da nossa independência e o dominio dos espanhóis, que termina com a revolução de 1640.

Factos mais notáveis d'este periodo :

Reinado de D. João III, o Piedoso (1521 a 1557):

Desenvolvimento das letras e das ciências. — O desenvolvimento das letras e das ciências, que se iniciara nos reinados anteriores, teve durante este reinado um notável impulso. A Universidade foi transferida para Coimbra, sendo chamados a reger algumas das suas cadeiras professores estrangeiros dos mais notáveis. A história, a poesia, as ciências encontraram um excelente grupo de cultores, que muito as honraram.

Admissão da Companhia de Jesus e estabelecimento do Tribunal do Santo-Ofício. — A Companhia de Jesus fôra fundada em Espanha por Santo Inácio de Loiola. Destinava-se a propagar a fé cristã. A sua influência em Portugal contribuiu para fanatizar a sociedade, aniquilar todo o espírito de independência intelectual e abastardar os caracteres. A sua interferência nos negócios políticos, a sua desmedida ambição de mando e de poderio tornaram ainda mais perniciosa a sua acção na vida portuguesa e foram uma das causas predominantes da nossa decadência.

O Tribunal do Santo Ofício ou Inquisição foi estabelecido em Portugal em 1547. Fundado com o fim de impedir a propa-

ganda das doutrinas protestantes e castigar os erros e crimes contra a fé católica, tornou-se verdadeiramente odioso pelo rigor, crueldade, estupidez e vileza com que procedeu, especialmente para com os judeus e crisatãos novos. As suas sentenças, os seus autos de fé, os tormentos a que sujeitava as suas vítimas ficaram tristemente célebres na nossa história.



Os tormentos da Inquisição

Colonização do Brasil. — O Brasil, descoberto no reinado de D. Manuel, fôra abandonado, não dando assim nenhum proveito a Portugal. Neste reinado foi iniciada a colonização, para o que se dividiu o território em capitânicas, que se distribuíram por colonos portugueses, com a imposição de formarem nelas estabelecimentos permanentes.

Perda de algumas praças em Africa. — Abandonaram-se Alcácer-Ceguer, Azamor, Çafim e Arzila.

Feitos heróicos dos portugueses no Oriente. — Nuno da Cunha, Martim Afonso de Sousa, Heitor da Silveira, António da Silveira sustentaram, em 1538, o primeiro cerco de Diu;

D. João de Mascarenhas e D. João de Castro o segundo cêrco da mesma praça.

Estabelecimento da colônia de Macau. — Em recompensa dos portugueses terem liberto as costas da China das devastações dos piratas, foi-nos concedido edificar numa ilha que fica à entrada do rio de Cantão a cidade de Macau.

Não obstante ter sido o reinado de João III um período brilhante para as letras, deve considerar-se o seu govêrno como o prenúncio da decadência que se lhe seguiu. Nele definharam a indústria e a agricultura, e se arruinou o tesouro e se estiolaram as antigas energias portuguesas.

D. João III está sepultado no convento de Belém.

Reinado de D. Sebastião, o Desejado (1557 a 1578):

Regência de D. Catarina e depois do Cardial D. Henrique. — D. Sebastião tinha pouco mais de três anos de idade quando morreu D. João III, seu avô (1). Foi por isso confiada a regência do reino a sua avó, a rainha D. Catarina, tendo como auxiliar o Cardial D. Henrique. O govêrno da regente foi muito hábil, mas, por intrigas dos jesuítas, viu-se obrigada a ceder o govêrno ao cardeal, que nada fez de notável. Em 1568, D. Sebastião, que contava 14 anos de idade, assumiu o Poder.

Batalha de Alcácer-Quibir. — D. Sebastião, que fôra educado pelo jesuíta Luís Gonçalves da Câmara, ambicionava imitar os gloriosos feitos de seus avós e espalhar a fé cristã em África. Nêsse intuito resolveu empreender uma expedição que lhe trouxesse fama. Como se desse o caso de lhe ser solicitado o seu auxilio contra o sultão de Marrocos (2), D. Sebastião resolveu passar à África numa forte expedição. Contra o

(1) — D. João III casou com D. Catarina, filha de Filipe I, rei de Castela, da qual teve os seguintes filhos: D. Afonso, D. Manuel, D. Filipe, D. Deniz, D. António. D. Isabel e D. Beatriz, os quais faleceram crianças, e D. João que casou com a princesa D. Joana de Áustria, filha do imperador Carlos V. Foi dêste consórcio que nasceu D. Sebastião, que a história chama o desejado, porque, tendo nascido dezoito dias depois de lhe ter telecido o pai, tinha sido muito desejado como o único sustentáculo da dinastia e verdadeira garantia da independência da pátria.

(2) — Muley-Moluco ou Abd-el-Melek havia-se apossado violentamente do trono de Marrocos cntra seu sobrinho Muley-Hamet. Este, que não conseguira pôr a seu lado o rei de Castela, veio solicitar o auxilio de D. Sebastião, o qual achando propício o momento para a realização do seu sonho jubilosamente lho prestou.

parecer dos seus mais experientes conselheiros, organizou um exército de 24 mil homens, com o qual partiu para Marrocos no dia 25 de Junho de 1578. Chegado à África, não obstante a sua nenhuma experiência da arte da guerra, assumiu o comando das tropas sem atender aos conselhos dos experimentados capitães que o acompanhavam. A batalha deu-se em Alcácer-Quibir, no dia 4 de Agosto de 1578 e nela foi completamente derrotado o exército português (1).

O reinado de D. Sebastião foi funestíssimo para Portugal. Sem sucessor, sem exército que o defendesse, com o melhor da nossa nobreza morto ou cativo, o nosso país estava à mercê de quem o quisesse atacar.

Entrava-se na crise mais aguda da nossa nacionalidade.

Reinado do Cardial D. Henrique, o Casto (1578 a 1580):

Côrtes em Lisboa e Almeirim. — As Côrtes reunidas em Lisboa, 1579, deram ao Cardial D. Henrique o direito de escolher êle próprio o sucessor.

Como D. Henrique se mostrasse inclinado a escolher D. Filipe II, runiram-se novamente as Côrtes em Almeirim; em 1580. Nelas os procuradores do povo, entre os quais se destacou Febo Moniz, protestaram contra tal escolha, evitando assim que se satisfizessem os desejos do Cardial.

O reinado de D. Henrique só contribuiu para facilitar as ambições de Filipe II de Espanha, que pretendia conquistar o nosso país. Tanto o rei como a nobreza e o clero se mostraram verdadeiramente aviltados e falhos de patriotismo. O oiro e as promessas do rei castelhano haviam conseguido que todos esquecessem os seus bríos de portugueses e de homens de carácter. D. Henrique deixava, ao falecer, em 1580, a porta aberta aos inimigos de Portugal.

(1) — Na batalha de Alcácer Quibir morreram D. Sebastião, Muley Moluco, Muley Hamet, o primeiro crivado de feridas, o segundo envenenado e o terceiro afogado. Ficaram também mortos grande número de fidalgos e presos muitos outros.

Interregno da 2.^a para a 3.^a dinastia

Por morte do Cardial D. Henrique ficou o govêrno entregue a cinco governadores, partidários todos do rei de Castela (1).

Como sucessores à corôa apresentavam-se Filipe II, de Espanha, D. Manuel Felisberto, Duque de Parma, D. António, prior do Crato, D. Catarina, duquesa de Bragança, netos de D. Manuel, Rainúncio, duque de Parma, bisneto de D. Manuel (2).

D. Filipe mandou invadir Portugal por um exército de 30 mil homens comandados pelo duque de Alba, que atravessou o Alentejo e tomou várias praças.

Ao saber-se desta noticia em Santarém, onde estavam reunidos os procuradores do povo, foi aclamado rei o prior do Crato. Este deu provas então do mais acrisolado patriotismo, partindo para a capital, onde tratou de reunir tropas para repelir a invasão dos castelhanos.

Entretanto, o duque de Alba, que tomara Setúbal, onde embarcou com as suas tropas, aportava em Cascais e daí marchava sôbre Lisboa.

Travou-se batalha junto das portas de Alcântara e nela foi derrotado o prior do Crato. Era o dia 25 de Agôsto de 1580.

Entrando em Lisboa, o duque de Alba fez aclamar rei de Portugal Filipe II de Espanha.

Assim perdeu Portugal a sua independência.

Leituras: Conquista de Ceuta

Com a primeira luz da manhã, a gente da armada, metendo-se nas frotas, dirigiu-se para a cidade de Ceuta, e os infantes D. Henrique e D. Duarte, saltando em terra com cento e cincoenta soldados, começaram a pejeja com os Mouros, que fóra das portas os desafiavam. No entanto foram desembarcando mais soldados portugueses, e, havendo já na praia trezentos homens escolhidos, apertaram estes com os mou-

(1) — Os governadores haviam sido nomeados pelo cardial rei e eram D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa, D. Francisco de Sá e Menezes, D. João de Mascarenhas, Diogo Lopes de Sousa e D. João Telo de Menezes.

Com excepção do último, estavam todos vendidos a Castela. Ao saberem do entusiasmo com que o povo de Lisboa acolhera o prior do Crato, abandonaram a cidade de Setúbal, onde se encontravam e proclamaram a rebelião de D. António e a legitimidade do rei castelhano.

(2) — Alegavam também direitos à corôa, D. Catarina de Medicis, que se dizia descendente da condessa de Bolonha, mulhêr de D. Aronso III, e o Papa.

ros, que, levados mais pelo temor que pelo perigo, voltaram as costas, retirando para a cidade.

Decidiram, então, os Infantes entrar na cidade com os que fugiam e, lançando mão do ensejo que o caso oferecia, perseguiram rijamente os mouros, arrancando-os de todas as posições e fazendo-os apinhar sôbre as portas. Aí foi terrível o encontro e disputada tenazmente a vitória; mas, não obstante o muito que os defensores trabalharam, não puderam cerrar as portas nem tolher entrarem os nossos de volta com êles.

Os portugueses dividiram-se então em dois bandos: D. Duarte, capitaneando um dêles, foi subindo aos lugares altos e fazendo-se senhor de todos, até chegar á maior iminência da cidade; D. Henrique tomou por outras ruas, e ambos encontraram porfiada resistência.

Afinal, porém, essa mesma resistência acabou: os vãos esforços da população muçulmana para salvar Ceuta foram os clarões derra-deiros da lâmpada que se extinguiu.

El-Rei, logo que soube estar a cidade de todo ganha, deliberou começar a combater o castelo. Depois, impellido pelo entusiasmo religioso, entrou numa mesquita e aí de joelhos agradeceu a Deus esse feliz resultado de uma tentativa que a muitos parecera loucura. Recebendo então a notícia de que o castelo estava sem defesa e despejando, mandou arvorar na mais alta tórre o estandarte real.

Assim, por meio de uma vitória alcançada em poucas horas, dilatou D. João I as fronteiras da monarquia pelos territórios africanos, principiando a realizar o grande pensamento dos reis chamados da primeira raça e abrindo caminho aos vastos projectos, às atrevidas empresas, aos descobrimentos e conquistas, que deram a esta boa terra portuguesa uma época de glória e predomínio, das maiores que o mundo tem visto.

Quadros da História Portuguesa—J. F. Silveira da Mota.

Leituras: Batalha de Aljubarrota

XXVIII

Deu sinal a trombeta castelhana
Horrendo, fero, ingente, e temeroso:
Ouviu-o o monte Artabro; o Guadiana
Atrás tornou as ondas de medroso.
Ouviu-o o Douro, e a terra Transtagana;
Correu ao mar o Tejo duvidoso,
E as mãs, que o som terrível escutaram,
Aos peitos os filhinhos apertaram.

XXIX

Quantos rostos ali se vêem sem côr,
Que ao coração acode ao sangue amigo;
Que nos perigos grandes, o temôr
E' maior muitas vezes que o perigo:
E se o não é, parece-o; que o furor
De ofender, ou vencer o duro inimigo,
Faz não sentir que é perda grande e rara,
Dos membros corporais, da vida cara.

Começa-se a travar a incerta guerra;
 De ambas partes se move a primeira ala;
 Uns levam a defensão da própria terra,
 Outros a esperança de ganhá-la;
 Logo o grande Pereira em quem se encerra
 Todo o valôr, primeiro se assinala;
 Derriba, e a terra enfim semeia
 Dos que a tanto desejam, sendo alheia.

Já pelo espesso ar os estridentes
 Farpões, setas e vários tiros voam;
 Débaixo dos pés duros dos ardentes
 Cavalos, treme a terra, os vales soam;
 Espedaçam-se as lanças, e as frequentes
 Quedas, co'as duras armas tudo atroam;
 Recrescem os inimigos sobre a pouca
 Gênte do fero Nuno, que os apouca.

(Luis de Camões — «Lusiadas»)

Leituras: Resposta de Afonso de Albuquerque aos embaixadores do schah da Persia em Ormuz

Afonso de Albuquerque, sem se aterrar com a desproporção incrível das suas forças, intimou Khodja-Atar, regente do reino de Ormuz, para que se reconhecesse vassalo do rei de Portugal, e a consentir que se construísse uma fortaleza, que imediatamente se começou a erigir.

Por essa ocasião apareceram ali os embaixadores do schah da Persia, que vinham reclamar o tributo anual que Ormuz lhe pagava. Khodja-Atar achou um maligno prazer em os enviar a Afonso de Albuquerque, supondo que embarçaria muito o grande capitão este conflito, que assim pretendia criar-lhe com um império tão poderoso como a Persia. Albuquerque recebeu perfeitamente os embaixadores na tolda do seu navio, e disse-lhes que já lhes apresentava o tributo devido.

Mandou vir balas, espadas e lanças, e desempenando a sua estatura com uma ironia sublime, respondeu-lhes: «*Esta é a moeda com que o rei de Portugal paga aos soberanos estrangeiros os tributos dos seus vassallos*».

Esta resposta fez profunda impressão no espirito dos embaixadores, que saíram aterrados e não falaram mais em tributos.

(Brás de Albuquerque—História de Afonso de Albuquerque)

CAPITULO IV

3.^a DINASTIA

Dominação espanhola (1580 a 1640)

No período que decorre de 1580 a 1640, em que Portugal esteve sob o domínio da Espanha, acentua-se ainda mais a nossa decadência política, social e económica. Filipe II de Espanha fôra recebido solenemente ao entrar no nosso país, em Dezembro de 1580. Convocadas as côrtes em Tomar, no ano de 1581, foi aclamado rei de Portugal, devendo succeder-lhe seu filho Diogo. Nessas côrtes prometeu o rei castelhano conservar os foros; isenções e regalias dos portugueses, não nomear para os cargos de governadores senão membros da família real ou portugueses, reunir dentro do nosso país as côrtes, sempre que as tivesse de consultar sôbre assuntos que nos dissessem respeito, confiar a portugueses os cargos públicos e os benefícios eclesiásticos, manter na guarnição das praças e presídios soldados portugueses, estabelecer uma completa separação em todos os assuntos administrativos do país. Estas promessas foram, porém, postas quasi de parte, não só por Filipe II, como pelos seus sucessores.

Factos mais notáveis da dominação castelhana:

Reinado de D. Filipe I, (1) o Prudente (1580 a 1589):

Criação da Relação Judicial do Pôrto. — Foi uma medida útil, por isso que evitava aos povos do norte, que tivessem

(1) — Filipe I era filho de Carlos V e de D. Isabel, filha de D. Manuel I. Casou quatro vezes; a primeira com D. Maria, filha de D. João II; a segunda

de sustentar questões judiciais, o incómodo de vir a Lisboa.

Destruição da Armada Invencível. — No intento de conquistar a Inglaterra, Filipe I organizou uma numerosa esquadra, composta de navios portugueses e espanhóis, sob o comando do duque de Medina Sidónia e que denominou a Armada Invencível. Ao chegar às costas da Inglaterra, foi a esquadra apanhada por um forte temporal, que a dispersou em grande parte, sendo a restante aniquilada pelo almirante inglês Drake (Junho de 1588).

Perda das nossas possessões. — Com a perda da nossa independência, as nações que andavam em luta com a Espanha, em especial a Holanda e Inglaterra, voltaram-se contra nós, penetrando nas nossas possessões e saqueando-as. Em Angola, Paulo Dias Novais conseguiu manter o prestígio português, conquistando aquela nossa antiga colónia.

Reinado de Filipe II, o Pio (1598 a 1628):

Publicação das ordenações filipinas. — Eram a codificação das leis, e havia sido confiada a alguns juristas portugueses pelo monarca antecedente.

Violação dos foros, isenções e regalias dos portugueses. — Desprezando por completo as promessas do pai, Filipe II começou um regime de violência e má administração, desrespeitando por completo as liberdades e privilégios dos portugueses e contribuindo para apressar a nossa ruína económica.

Expulsão dos mouros e judeus. — Foi uma das medidas mais desacertadas do reinado de Filipe II. Por ela saíram de Espanha e Portugal perto de um milhão de habitantes, com prejuízo para a agricultura, para a indústria e para o comércio.

Ataques às nossas colónias. — Os ingleses e holandeses continuaram a saquear as nossas possessões, a-pesar-do heroísmo com que muitos destemidos portugueses se lhes opuseram.

Na Indo-China bateu-se arrojadamente o português Salvador Ribeiro de Sousa, que chegou a ser aclamado rei de Pegu.

Neste reinado, por volta de 1601, aportou pela primeira vez à Austrália, o navegador português Manuel Godinho Herédia.

com D. Maria Tódor, rainha de Inglaterra; a terceira com D. Isabel, filha de Henrique II, rei de França; a quarta com D. Joana de Austria, filha do imperador Maximiliano II. Desta última teve dois filhos, Diogo e Filipe. O primeiro, que fôra aclamado seu sucessor, pelas côrtes de Tomar, morreu, pelo que lhe sucedeu o segundo.

Reinado de Filipe III, o Grande (1621 a 1640):

Violências para com os portugueses. — Tornou-se ainda mais violenta a opressão neste reinado, agravando-se os impostos e aumentando-se os confiscos da Inquisição, afastando-se do país as tropas portuguesas e procurando-se extinguir por completo a pouca autonomia que Portugal ainda mantinha.

Primeiras revoltas contra a opressão espanhola. — Em 1634 começaram no Pôrto as primeiras resistências contra o aumento dos impostos e, em 1637, amotinaram-se, pelo mesmo motivo, Évora e outras cidades. As revoltas foram prontamente sufocadas e o país sobrecarregado com uma contribuição ainda maior, mas fizeram despertar mais vivo nos portugueses o sentimento de independência e de liberdade.

Usurpação das nossas colônias. — Foram-nos arrebatadas pelos holandeses a Baía, em 1624; Olinda, em 1625; Pernambuco e as Malucas, em 1630; S. Jorge da Mina, 1637; pelos persas, auxiliados pelos ingleses, Ormuz, em 1622; pelos árabes, Mombaça, em 1631.

Revolução de 1640 — Restauração da independência de Portugal.

O descontentamento dos portugueses tinha atingido o máximo de intensidade. Esse descontentamento e o desejo de acabar por uma vez com a tirania de Espanha, levou um grupo de fidalgos a preparar secretamente um movimento que libertasse Portugal do jugo castelhano.

Governava então Portugal, como representante de Filipe III, a duquesa de Mântua, (1) tendo como secretário Miguel de Vasconcelos, um português, traidor e odiento, que perseguia e vexava os seus compatriotas.

Por essa ocasião, a Catalunha revoltava-se e lutava pela sua independência. O governo espanhol determinou a saída das tropas portuguesas e a nobreza a incorporar-se no séquito com que Filipe III deveria apresentar-se nas côrtes de Aragão.

(2) — Os governadores de Portugal durante o domínio castelhano foram: o espanhol Cristóvão de Moura por duas vezes, D. Alonso de Castelo Branco, Bispo de Coimbra, D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria, por duas vezes, D. Aleixo de Menezes, arcebispo de Braga, D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa, e Marquês de Alenquer e a duquesa de Mantua, D. Margarida de Áustria.

Era, portanto, favorável o momento para a eclosão da revolta. No dia 1 de Dezembro de 1640, os conspiradores (1), acompanhados do povo, dirigiram-se ao Terreiro do Paço, entraram nos aposentos da duquesa de Mântua e intimaram-na a fazer entrega do govêrno; mataram, em seguida, Miguel de Vasconcelos e aclamaram rei de Portugal o oitavo duque de Bragança, D. João.

O movimento generalizou-se por todo o país e não tardou a ser seguido pelas colónias portuguesas (2).

Leituras: O Prior do Crato

D. António é diversamente apreciado na sua conduta. Batendo-se valorosamente em Alcácer-Quivir, é acusado, depois, de pretender vender-se também a Filipe II, mas justificam-se as suas negociações com Cristóvão de Moura, por obedecerem a um propósito de embaraçar o astuto agente do usurpador, preparando melhor, assim, o triunfo da causa portugueza.

Derrotado em Alcântara, o Prior do Crato reuniu dez mil homens e resistiu por alguns meses ás tropas comandadas por Sancho de Ávila e sendo acolhido entusiásticamente em Coimbra, Aveiro, Pôrto, Braga e Viana do Castelo.

Nêste trajecto, se D. António foi vítima de actos traiçoeiros, encontrou, também, dedicações sem conta.

Filipe II fez largas promessas de dinheiro e de honras a quem o prendesse ou facilitasse a captura do Prior do Crato, a quem o apresentasse vivo ou morto.

O povo humilde desprezou as promessas, deu-lhe guarida nos casais aldeãos. Alguns partidários de D. António foram vítimas da sua dedicação pela causa que defendiam, sofrendo penas injustas.

O alto clero, a nobreza e a burguesia seguiam o partido de Filipe II.

O duque de Bragança podia e devia organizar a resistência, mas não quis comprometer a sua enorme fortuna e preferiu manter-se numa atitude de neutralidade. Filipe II recompensou-o largamente.

Finalmente, em Janeiro de 1581, o Prior do Crato embarcou clandestinamente para a França.

A-pesar dos reveses sofridos pelo Prior do Crato, a ilha Terceira proclamou-o rei e organizou a resistência ao poder de Filipe.

(1) — Entre os conspiradores merecem especial menção pela parte activa que nela tomaram: D. João Pinto Ribeiro, Sanches de Baena, D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, D. Antão de Almada, Telo de Menezes, D. António de Saldanha, D. Miguel de Almeida, Estevam da Cunha, Pedro de Mendonça, D. Carlos de Noronha e o padre Nicolau da Maia.

Devem ser apontados pelo seu denodo e patriotismo: D. Filippa de Vilhena e D. Mariana de Lencastre, que na manhã do 1.º de Dezembro, armaram cavaleiros os filhos, exortando-os a combater em defesa da pátria.

(2) — Ceuta, Tânger e a ilha Terceira, não quiseram reconhecer como rei D. João IV. As duas últimas voltaram, porém para a posse de Portugal.

No exílio obteve D. António socorro da França para os seus partidários em luta; mas a esquadra francesa que o acompanhou aos Açores, foi vencida pela esquadra espanhola e os revoltosos tiveram de submeter-se.

D. António conseguiu, ainda, o auxilio da rainha Isabel de Inglaterra.

Algumas forças inglesas desembarcam em Peniche, enquanto uma esquadra tentava entrar no Tejo, sem o conseguir. Também esta tentativa foi frustada. A população de Lisboa, amedrontada com a chegada das forças fiéis aos espanhóis, entre as quais as do duque de Bragança, não secundou a acção das tropas inglesas e estas regressaram ao seu país.

D. António, desiludido, retirou-se novamente para a França, onde morreu, em Agosto de 1595.

(Noções de História de Portugal, por Damião Peres e F. Cardoso Junior)

CAPITULO V

4.^a DINASTIA

1.^o periodo

(1640 a 1750) Restauração da Independência de Portugal

Recebeu dos historiadores o nome de Brigantina ou Bragantina, em virtude do seu primeiro rei, D. João IV, ser duque de Bragança (1).

Pode dividir-se em quatro períodos: 1.^o, o da restauração da independência de Portugal; 2.^o, o das reformas de Pombal; 3.^o, o do progresso das ideias liberais; 4.^o, o do estabelecimento do constitucionalismo.

Dum modo geral, pode afirmar-se que foi uma época de lutas, tanto internas como externas, com períodos de esplendor e períodos de completa decadência em todos os ramos da administração pública.

Factos mais notáveis do 1.^o periodo :

Reinado de D. João IV, o Restaurador (1640 a 1656):

Côrtes de 1641. — Reconheceram e sustentaram os direitos de D. João IV ao trono de Portugal, tomaram medidas acertadas para a defesa do país e consagraram o principio de

(1) — Origem da casa de Bragança: Antes de ser rei, D. João I, tivera de Inês Pires, um filho bastardo, de nome Afonso, que veio a casar com D. Brites Pereira, condessa de Barcelos e filha única do condestável D. Nuno Alvares Pereira. A esse filho de D. João I, deu D. Afonso V, o titulo de duque de Bragança.

direito público, pelo qual o poder dos reis ficava dependente da vontade da nação.

Conspirações contra o rei. — A nossa independência fôra reconhecida por quasi tôdas as nações estrangeiras, o que não foi bem visto pela Espanha, que não desistiu da posse de Portugal. Para o conseguir, provocou várias conspirações. O govêrno português procedeu com a maior energia. O conde de Armamar, o marquês de Vila Real, o duque de Caminha, foram decapitados, o arcebispo de Braga foi prêso em cárcere, onde veio a morrer. Em 1642, por leves suspeitas, foi decapitado o secretário de Estado, Francisco de Lucena. Em 1646, um tal Domingos Leite tentou assassinar o rei. Foi prêso e supliciado.

Guerra da restauração. — Até 1664, a guerra foi pouco intensa. Neste ano, porém, deu-se a importante batalha de Montijo, ganha por Matias de Albuquerque.

Nas possessões recuperámos Tânger, Angola, Maranhão, Pernambuco e Baía, e, por fim, todo o Brasil, mas perdemos Ceuta e Ceilão.

D. João IV está sepultado no convento de S. Vicente de Fora, de Lisboa.

Reinado de D. Afonso VI, o Vitorioso (1656 a 1666):

Regência de D. Luísa de Gusmão. — Como o filho primogênito de D. João IV, o príncipe Teodósio, tivesse falecido, devia suceder-lhe o outro filho, D. Afonso. Este, porém, tinha apenas 13 anos e, por isso, assumiu a gerência a rainha viuva, D. Luísa de Gusmão.

Hábil govêrno do Conde de Castelo Melhor. — Quando D. Afonso VI assumiu o govêrno, tomou conta dos negócios de Estado o conde de Castelo Melhor, que governou com extrema habilidade e soube assegurar a defesa da independência nacional.

Guerra da restauração. — Ganharam-se as batalhas das Linhas de Elvas, do Ameixial, de Castelo Rodrigo e de Montes Claros.

Perda de várias possessões. — Os holandeses continuaram a saquear as nossas possessões. Tânger e Bombaim foram cedidas aos ingleses, em dote da infanta D. Catarina, filha de D. João IV, e casada com Carlos II de Inglaterra.

Deposição de D. Afonso VI. — Foi devida a uma conspiração promovida pelo infante D. Pedro, irmão do rei, e pela

rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia. A rainha recolheu-se ao convento da Esperança, vindo a obter a anulação do casamento. D. Pedro, apoiado por um numeroso partido, depôs o irmão, que foi enviado, em 1669, para o castelo de Angra, na ilha Terceira, donde foi, depois, transferido para o palácio de Sintra, onde veio a morrer.

D. Afonso VI sofrera, em criança, dum acidente de paralisia, que o debilitara de corpo e de espirito, impedindo que recebesse a instrução que deviam ter os reis. Levou, depois, uma vida libertina e imprópria do seu alto cargo, o que explica o desinterêsse que a nação tomou por êle.

D. Afonso VI está sepultado em Belém.

Reinado de D. Pedro II, o Pacifico (1683 a 1706):

Regência do reino, pela deposição de D. Afonso VI. — Foi durante a sua regência de 1667 a 1683 que terminou a guerra de Portugal com a Espanha, sendo por esta nação reconhecida a nossa independência.

Guerra da sucessão. — D. Pedro, que grangeara o título de Pacifico, pela maneira hábil como manteve a paz do reino, arrastou, depois, Portugal a uma guerra infeliz, conhecida pelo nome de Guerra da Sucessão. Esta guerra foi motivada pela morte de Carlos II, rei de Espanha. Disputaram a posse da corôa, Filipe, duque de Anjou, protegido por seu avô Luís XIV, rei de França, e o arquiduque Carlos, filho do imperador Leopoldo, que se aliou com a Inglaterra, Holanda e Saboia. Portugal, que se mostrara, a princípio, partidário do duque de Anjou, foi, depois, contra êle. O exército português, comandado pelo marquês das Minas, chegou a entrar triunfante em Madrid, no dia 17 de Junho de 1706. Teve, porém, de retroceder, em consequência de ter sido atacado por forças mais numerosas.

Tratado de Metwen. — Foi um tratado de comércio celebrado em 1703, entre Portugal e Inglaterra, e apresentado em Lisboa pelo embaixador inglês Metwen.

Por êsse tratado, Portugal concedia a importação exclusiva do nosso país das manufacturas de lãs inglesas, em troca do abatimento de um têrço aos direitos de importação dos vinhos portugueses em Inglaterra, em relação aos vinhos franceses.

D. Pedro II jaz em S. Vicente de Fóra, em Lisboa.

Reinado de D. João V, o Magnânimo (1706 a 1750):

Termo da Guerra da Sucessão. — A guerra da Sucessão continuara com absoluto insucesso para Portugal. Em 1713, as nações beligerantes assinavam em Utrecht (Holanda) um tratado de paz, que punha termo à guerra, colocando no trono de Espanha Filipe de Anjou. Por êsse tratado eram reconhecidos a Portugal os direitos de comércio e de navegação no Amazonas e a colônia do Sacramento.

Batalha de Matapan. — Como os turcos se tivessem apoderado da Moreia e ameaçassem a Itália, o papa Clemente XI pediu auxilio a Portugal. Foi aprontada uma esquadra, que, juntamente com a de Veneza e de outras nações, derrotaram os turcos numa grande batalha travada junto do cabo Matapan (1717).

Concessões religiosas. — A pedido de D. João V, o papa Clemente XI elevou Lisboa a Patriarcal e concedeu ao monarca e aos seus sucessores o título de Fidelíssimo. Erigiram-se, também a seu pedido, no Brasil, as dioceses de Grão-Pará, S. Paulo e Mariana.

Construção de monumentos. — O ouro vindo continuamente das minas do Brasil permitiu a D. João V que mandasse levantar vários monumentos. Entre eles figuram o grandioso convento de Mafra, a riquíssima capela de S. João Baptista, na igreja de S. Roque, em Lisboa, o aqueduto das Águas Livres, êste último de grande utilidade para a capital, a igreja das Necessidades e o hospício em Lisboa, e a reedificação do hospital das Caldas da Rainha.

Protecção à instrução. — Foi fundada neste reinado a Academia Real da História e construída a grande sala da livraria da Universidade de Coímbra.

D. João V jaz no convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa.

2.º Período (1750-1777) Reformas de Pombal

Reinado de D. José I, o Reformador (1750 a 1777):

Terramoto de 1755. — Deu-se em Lisboa, no dia 1 de Novembro de 1755, e destruiu uma grande parte da cidade.

Foi nesta ocasião que se começou a revelar a grande energia e actividade do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, depois conde de Oeiras e marquês de Pombal, fazendo com que se acudisse prontamente aos sobreviventes e evitando que os malfeitores se aproveitassem da confusão e desespero

geral para atacar as vidas e haveres dos habitantes. Passado o pânico, cuidou logo em reconstruir a parte da cidade que havia aluído.

Atentado contra a vida de D. José. — O desprezo com que o marquês de Pombal tratava a nobreza, os plenos poderes que o rei lhe conferia, levaram alguns fidalgos a conspirar contra D. José. Entre os conspiradores figurava o duque de Aveiro, o marquês e marquesa de Távora, os seus dois filhos Luís e José, o seu genro, conde de Atouguia.

Na noite de 3 de Setembro de 1755, o duque de Aveiro, um seu criado José Miguel, Braz José Romeiro, António Álvares Ferreira, Manuel Álvares Ferreira e José Policarpo de Azevedo, fizeram uma espeda a D. José, quando êste regressava, numa sege, para o palácio, e desfecharam sôbre êle alguns tiros de bacamarte, ferindo-o num braço.

Descoberta a conspiração e conhecidos os autores do atentado, foram todos presos, com excepção de Policarpo de Azevedo, que conseguiu fugir, e justicados com a mais requintada crueldade, em Belém, no dia 13 de Janeiro de 1759.

Expulsão dos jesuítas. — A pretexto de que tinham sido os jesuítas os inspiradores do atentado contra D. José, o marquês de Pombal decretou a sua expulsão de Portugal e a confiscação de todos os seus bens. E não descansou enquanto não obteve do papa Clemente XIV a extinção da Ordem (21 de Julho de 1773).

Rompimento com a Santa Sé. — Por ocasião do casamento de D. Maria, filha de D. José, com seu tio D. Pedro, foi a comunicação da cerimónia feita a todos os embaixadores, estrangeiros, residentes em Lisboa, com excepção do Nuncio da Santa Sé, o cardial Acciajuoli. Como se determinasse que todos os palácios pusessem luminárias, associando-se, assim, às festas de consórcio realizadas em 7, 8 e 9, o nuncio entendeu não dever prestar o seu concurso a essa manifestação. Foi por êsse facto intimado a sair imediatamente de Portugal, decretando meses depois a proibição de serem enviados dinheiros para Roma pelos súbditos portuguezês, ou que pelos mesmos fôsse impetrada qualquer graça, sem licença do govêrno. Estes factos, causaram o rompimento de relações de Portugal com a Santa Sé, as quais só se reataram em 1779.

Conflitos externos. — Como o almirante inglêz Boscawen mandasse queimar uns navios franceses, nas águas de Portugal, o marquês de Pombal obteve de Inglaterra uma pronta e honrosa satisfação. Como Portugal não quisesse aliar-se à

França e à Espanha, contra a Inglaterra, foi o nosso país invadido por um exército espanhol. O nosso exército, que fôra reorganizado pelo general alemão conde de Lippe, conseguiu expulsar do país os invasores. Entretanto, fazia-se a paz entre as nações beligerantes, assinando-se em Paris o tratado que punha termo à guerra conhecida na história pelo nome de guerra dos sete anos.

Reformas sôbre todos os ramos da administração. — Foram muitas, e da maior importância para o progresso da instrução, da agricultura, da indústria e do comércio. Fundaram-se várias fábricas, instituíram-se muitas companhias comerciais, criou-se o erário régio, aboliu-se a escravatura, reorganizou-se o exército e a marinha, fortificaram-se muitas praças de guerra, reorganizou-se a Universidade de Coimbra, fundou-se o Colégio dos Nobres, a Aula de Comércio e escolas de primeiras letras em várias terras do país.

Por todos os factos apontados se vê a excepcional importância do reinado de D. José e o papel importantíssimo que nele desempenhou o marquês de Pombal.

D. José está sepultado no convento de S. Vicente de Fora, de Lisboa.

3.º Período (1777-1834) — Progresso das ideias liberais

Reinado de D. Maria, a Piedosa (1777 a 1779):

Demissão do marquês de Pombal. — Morto o rei D. José, os inimigos e as vítimas de Pombal levaram a rainha a demiti-lo de todos os seus cargos, desterrando-o para vinte léguas da côrte e mandando-lhe instaurar um processo. O marquês de Pombal faleceu em Pombal, em 1762, no meio dos horrores duma cruel doença.

Protecção à instrução. — Criaram-se neste reinado os seguintes estabelecimentos de instrução: Academia Real das Ciências, Academia da Marinha, Academia Militar de Fortificação, Escola de desenho, Biblioteca Pública, Casa Pia de Lisboa.

Também se construiu neste período a sumptuosa basílica da Estrêla.

Regência do príncipe D. João. — Em consequência da morte do marido e do filho primogénito, D. Maria sofreu um tão forte abalo que enlouqueceu. Por êsse motivo, tomou conta da regência do reino o príncipe D. João.

Campanha do Roussillon. — Como consequência do tratado feito entre Portugal e a Espanha para combater a França,

em 15 de Junho de 1790, partiu de Lisboa uma divisão portuguesa, num total de 5.400 homens. As tropas portuguesas, aliadas às espanholas, bateram-se valentemente no Roussillon (França). Em 25 de Julho de 1795, a Espanha e a França fizeram as pazes sem que dessem qualquer satisfação a Portugal.

Guerra com a Espanha. — Por um tratado secreto entre a França e a Espanha o nosso país devia perder a independência. Servia de pretexto a nossa aliança com a Inglaterra, velha inimiga da França. Em 1801 foi-nos declarada a guerra e o nosso país foi invadido por diversos pontos sem que a Inglaterra nos prestasse o menor auxílio. A regência viu-se obrigada, após vários revezes sofridos pelas nossas tropas a negociar a paz, que se obteve pelo pagamento duma enorme indemnização e pela perdã de Olivença.

Invasões francesas. — Napoleão I, imperador dos franceses, no intento de isolar a Inglaterra e obrigá-la a render-se ao seu poder, intimou-nos a fechar os portos aos navios daquele país, prender os ingleses residentes nos nossos domínios e confiscar-lhes os bens. Como o regente apenas se mostrasse disposto a anuir à primeira imposição, a França e a Espanha assinaram em 1807 o tratado de Fontainebleau, pelo qual o nosso país era dividido em três territórios, um para a Espanha, outro para a rainha da Etrúria e o resto para a França.

Um exército de perto de trinta mil homens, comandado pelo general Junot atravessou a Beira sem encontrar resistência e entra em Lisboa, no dia 30 de Novembro de 1807. O regente havia embarcado na véspera com a família real e a côrte em direcção ao Brasil, deixando o govêrno entregue a uma regência.

Para enfraquecer a resistência portuguesa, Junot determinou que parte do nosso exército formasse a legião portuguesa e seguisse para França. As atrocidades praticadas pelos officiaes e soldados de Junot fizeram rebentar uma revolução no Pôrto, em 16 de Junho de 1808, e que se estendeu por todo o norte de Portugal. A Inglaterra enviou-nos um corpo de tropas comandadas por Artur Wellesley. Deram-se as batalhas de Roliça e de Vimeiro em que os franceses foram batidos. Junot vê-se obrigado a pedir paz que é determinada por uma convenção assinada em Sintra, em 31 de Agôsto do mesmo ano e abandona Portugal.

Já entretanto a Espanha se sublevara contra o domínio de Napoleão.

Em 1809, dá-se a segunda invasão, sob o comando do marechal Soult, que entra pelo norte de Portugal, toma Chaves e o Pôrto, cujos habitantes fogem, aterrorizados.

O exército português, já então regularmente organizado pelo general Beresford, e sob o comando de Wellesley, cerca a cidade do Pôrto, obrigando Soult a bater em retirada.

Em 1810, dá-se a terceira invasão. Um exército de 85 mil homens, comandado pelo marechal Massena, entrando pela Beira e tomando a praça de Almeida. O exército anglo-português deixa o rio Côa, junto do qual estaciona, e estabelece-se na serra de Buçaco. Os franceses são batidos em 27 de Setembro. O nosso exército abriga-se depois nas linhas de Tórres Vedras. Massena, que pretendia atingir Lisboa, vendo a impossibilidade de transpor essas fortificações, retrocede. As tropas aliadas vão em sua perseguição e obrigam-no a sair de Portugal. A Espanha, já então completamente adversa aos franceses, acompanha o exército anglo-português, que invade a França, e arvoram a bandeira nacional, em Bordéus e Tolosa (1814).

A guerra contra os franceses é, também conhecida pelo nome de guerra peninsular, em razão de se ter alargado por toda a península ibérica.

Em 1815, dava-se a queda de Napoleão e reünia-se o Congresso de Viena, pelo qual ficaram regulados os interesses das nações que tinham sido lesadas pelas conquistas da França.

O príncipe regente e a côrte continuavam a residir no Brasil, que foi elevado à categoria de reino, depois da morte de D. Maria I, em 20 de Março de 1816.

D. Maria I jaz no templo da Estrêla.

Reinado de D. João VI, o Clemente (1816 a 1826):

O Brasil aclama rei D. João. — Em 1818, o príncipe D. João, que tomara o título de rei do reino de Portugal, Brasil e Algarves, é aclamado solenemente rei.

Por essa ocasião Buenos Aires e Montevideu, que haviam proclamado a sua independência, estavam em guerra. A regência de Portugal envia um corpo de tropas que toma a cidade de Montevideu.

Revolução de 1820. — A circunstância da família real e a côrte continuarem, sem motivo permanecendo no Brasil, os abusos e exigências de Beresford, a conservação de muitos officiaes inglêses no exército português, os erros e tiranias da

regência determinaram o descontentamento geral dos portugueses.

Organizou-se em 1817 uma conspiração com o fim de libertar o exército português do domínio de Inglaterra e de operar uma mudança na forma do governo.

A conspiração foi, porém, descoberta. O General Gomes Freire, tido como chefe duma conspiração, foi enforcado em S. Julião da Barra, e doze dos principais conspiradores enforcados no Campo de Santana.

O sentimento de liberdade permanecia, porém, no coração de todos os portugueses. Em 24 de Agosto de 1820 rebenta no Pôrto uma revolução com o fim de substituir o regime absoluto pelo regime constitucional. Criou-se uma junta provisória que deveria governar o reino até que D. João VI regressasse do Brasil. As províncias do norte aderiram ao movimento liberal, juntando-se as tropas no Pôrto e marchando sobre Lisboa. Ainda antes de chegarem à capital, já esta se tinha sublevado, proclamando o regime constitucional e nomearam igualmente uma junta provisória. Tinham sido os principais dirigentes do movimento constitucional Manuel Fernandes Tomás, José da Silva Carvalho e José Ferreira Borges.

Convocaram-se côrtes gerais constituintes, que se abriram em 26 de Janeiro de 1821, e nomearam uma regência e trataram de organizar uma constituição, a qual foi decretada em 23 de Setembro de 1822.

D. João VI, que continuava no Brasil, declarou que aceitava a nova ordem de coisas e, entregando o governo do Brasil a seu filho D. Pedro com o título de regente, e seu lugar-tenente, embarcou para Lisboa, onde chegou no dia 3 de Julho.

No dia 1.º de Outubro D. João VI jurava solenemente a constituição de 1822, tendo a rainha D. Carlota Joaquina recusado fazê-lo.

Independência do Brasil. — Entretanto o Brasil desejava de se separar de Portugal e irritado com as medidas tomadas a seu respeito pela metrópole, proclamava a sua independência e aclamava D. Pedro seu imperador, e defensor, em 12 de Outubro de 1822. A independência só lhe foi, porém, reconhecida por Portugal em 1825.

Restabelecimento do absolutismo. — Na noite de 26 para 27 de Maio de 1823, o infante D. Miguel, filho de D. João VI, saiu de Lisboa, acompanhado dum esquadrão de cavalaria e entrou em Vila Franca, onde então se encontrava um regi-



Vilafrancada — D. Miguel é aclamado pelo exército e pelo povo

mento de infantaria que devia partir para Almeida. Oficiais e soldados aclamaram o infante e proclamaram entusiasticamente o regime absoluto. Alguns outros regimentos mostraram-se também partidários do infante e marcharam para Vila Franca.

E' a êste movimento que os historiadores dão o nome de Vila Francada.

Conhecedor dos factos, D. João VI quis resistir, mas, por fim, foi ter com o filho, nomeou-o comandante em chefe do exército, organizou novo ministério e prometeu, numa proclamação, dar uma nova constituição fundada sôbre as antigas leis do reino.

Em 30 de Abril D. Miguel à frente dos regimentos de Lisboa cerca o paço real da Bemposta e manda fazer um grande número de prisões.

Os ministros estrangeiros, sabedores do que se passava, foram ao paço e libertaram o rei da violência que o infante queria exercer obrigando-o a aceitar o regime absoluto.

O infante foi nessa ocasião repreendido apenas diante de diplomatas mas no dia 9 de Maio o pai chamou-o a bordo

de um navio inglês, demitiu-o do lugar de comandante em chefe do exército e expulsou-o do reino.

A rainha considerada a inspiradora dos actos de D. Miguel, teve de recolher ao convento da Estrêla.

Pouco depois, D. João VI, que adoeceu gravemente, nomeou uma regência presidida pela infanta D. Isabel Maria, para governar o reino durante a sua doença e depois da sua morte, se esta se desse.

Efectivamente D. João VI falecia no dia 10 do mesmo mês. Está sepultado em S. Vicente de Fora de Lisboa.

Regência de D. Isabel Maria. (1826 a 1828):

Ao saber da morte do pai, D. Pedro que fôra reconhecido como legítimo sucessor de D. João VI, resolveu abdicar a corôa de Portugal em favor de sua filha D. Maria da Glória, abdição que só devia efectuar-se, quando a princesa que então contava apenas 7 anos, atingisse a maioridade, devendo então casar com o infante D. Miguel.

Outorgou então os portuguezes a carta constitucional, que foi assinada no de Janeiro, em 29 de Abril de 1826.

Essa constituição foi jurada no reino em 31 de Julho do mesmo ano.

Provocou várias revoltas, que o ministério, presidido pelo general Saldanha, prontamente sufocou.

Govêrno de D. Miguel. (1828 a 1834):

Como D. Miguel aceitasse as condições impostas por D. Pedro de aceitar a carta constitucional e casar com sua sobrinha D. Maria da Glória, foi-lhe confiada a regência do reino.

O infante partiu de Viena, e desembarcou em Belém no dia 22 de Fevereiro de 1828.

Assumindo o poder, demitiu imediatamente o ministério substituindo-o por um outro, em que entravam absolutistas de confiança. A 13 do mês seguinte dissolveu a câmara dos deputados e, em 13 de Maio, convocou as côrtes, segundo o sistema absoluto e fez-se reconhecer por êles rei absoluto.

A traição de D. Miguel provocou um movimento de revolta que começou pela cidade do Pôrto e se propagou por várias terras do país, formando-se uma junta provisória, em nome de D. Pedro IV.

Os revoltosos foram, porém, vencidos pelo general Póvoas

e viram-se obrigados a emigrar para Espanha, donde grande número dêles emigraram para Inglaterra.

Todo o país ficou submetido ao regime absolutista. A Ilha Terceira sob o comando de Vila Flor, manteve-se, porém, fiel à carta constitucional, sendo baldadas as tentativas que os miguelistas fizeram para a submeter.

Guerra entre os liberais e absolutistas. — 1832 a 1834.

D. Pedro abdicou então a corôa do Brasil e embarcou para a Europa. Esteve em Londres e Paris, organizou uma expedi-



D. Miguel

ção formada por emigrados portugueses e oficiais estrangeiros, em Belle-Isle e dirigiu-se para a Ilha Terceira, onde chegou no dia 3 de Março de 1832.

Organizado o ministério, em que entrava o marquês de Palmela, Mousinho da Silveira e Agostinho José Freire, e com um corpo expedicionário de 7:500 homens, comandados pelo conde de Vila Flor e uma esquadra dirigida pelo comandante inglês Sertorius, partiu para Portugal, vindo a desem-

barcar na praia do Mindelo, no dia 8 de Julho, marchando dali imediatamente para a cidade do Pôrto.

Seguiu-se uma longa luta entre liberais e absolutistas, luta que terminou pela vitória completa dos primeiros, sendo os miguelistas forçados a assinar o tratado de paz de Évora-Monte, em 1834. •



Um soldado de caçadores
do exército liberal

Por efeito dessa convenção, D. Miguel era expulso do país e restabelecia-se o regime constitucional e D. Pedro assumia a regência do reino, em virtude da filha, D. Maria, ser ainda menor,

Regência de D. Pedro.

A regência de D. Pedro foi bastante curta, por isso que faleceu em 24 de Setembro de 1834, o esforçado paladino da liberdade.

O governo de D. Pedro, de 1832 a 1834, ficou assinalado pela série de leis e decretos da autoria de Mousinho da Silveira



D. Pedro IV

sobre a organização da fazenda, da administração e da justiça, e ainda pelos decretos que extinguíram as dízimas e aboliram os forais. Foi durante a regência que se promulgou o decreto de Joaquim Antonio de Aguiar, extinguindo as ordens religiosas e anexando à Fazenda Nacional os bens dos conventos.

4.º PERIODO

O CONSTITUCIONALISMO

(1834 a 1910)

Factos mais notáveis:

Reinado de D. Maria II, a Educadora (1834 a 1853):

Revolução de 1836. — Foi uma revolta popular que rebentou em Lisboa, em Setembro de 1836. Aboliu a Carta Constitucional e promulgou uma constituição semelhante à de 1822, e que vigorou até 1838 a 1842, ano em que foi novamente restaurada a Carta, modificada em alguns artigos.

Revolução de Maria da Fonte. — Foi uma revolução popular, que se iniciou no Minho e se generalizou por outras províncias. Foi devida às violências exercidas pelo ministério Costa Cabral e sobretudo ao excesso de medidas tributárias. Costa Cabral foi demitido e chamado ao Poder o duque de Palmela. Cinco meses depois, este ministério era demitido e formado um novo gabinete presidido pelo duque de Saldanha. O Pôrto sublevou-se e formou uma junta provisória. A guerra civil começou de novo entre os partidários do governo e os da junta, e só terminou pela intervenção da Espanha e da Inglaterra, às quais o governo pediu auxílio. (1).

Revolta do Marechal Saldanha. — Passados dois anos

(1) — A revolução terminou pela convenção de **Gramido**. Aos revoltosos restava a submissão, em vista da presença de um exército espanhol de 25.000 homens, e da acção de uma esquadra inglesa.

sôbre a revolta de 1846, foi Costa Cabral novamente chamado ao Poder, o que despertou novo descontentamento. O marechal duque de Saldanha, que tinha um grande prestígio no exército, promoveu em 1851 uma nova revolta, que teve como resultado a queda de Costa Cabral e a formação dum ministério presidido pelo próprio duque de Saldanha. Foram convocadas Côrtes, que decretaram o Acto adicional de 1852, que introduzia várias reformas na Carta Constitucional. A revolta de Saldanha é também conhecida por regeneração de 1851.

No reinado de D. Maria II, tão agitado por revoluções e contra-revoluções, realizaram-se algumas reformas importantes, especialmente sôbre instrução, devidas ao espirito liberal e patriótico de Passos Manuel; abriram-se muitas escolas primárias, criaram-se liceus, modificou-se a organização da Universidade de Coimbra, fundaram-se as escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Pôrto, a Escola Politécnica de Lisboa, a Academia Politécnica do Pôrto, o Instituto Agrícola e o Conservatório das Belas Artes de Lisboa. Fez-se igualmente a promulgação da Nova Reforma Judiciária, do Código Administrativo e do Código Penal.

D. Maria II está sepultada no convento de S. Vicente de Fora, de Lisboa.

Reinado de D. Pedro V, o Esperançoso (1853 a 1861):

Epidemias. — Deram-se neste reinado duas epidemias que causaram grande número de vítimas: a da cólera-morbus, em 1856, e a da febre amarela, em 1857. Em ambas elas o soberano deu provas da sua coragem, da sua abnegação e caridade, não abandonando Lisboa e visitando diariamente os doentes nos hospitais.

Impulso dado à instrução. — D. Pedro criou várias escolas a expensas suas e fundou um Observatório astronómico e o curso Superior de Letras, que êle próprio frequentava assiduamente.

Progressos materiais. — Foi neste reinado que se inaugurou a primeira via férrea em Portugal e a telegrafia eléctrica.

Conflito com a França. — Os portugueses haviam aprisionado a barca francesa «Charles-et-Georges», por fazer tráfico de escravos em águas de Moçambique, condenando o capitão a dois anos de trabalhos públicos. O governo francês protestou e exigiu a liberdade do capitão da barca e a entrega da mesma com uma pesada indemnização.

D. Pedro V, que morreu apenas com 24 anos de idade, foi um modelo dos reis constitucionais. Novo, cheio de talento e de virtudes, zeloso cumpridor dos seus deveres, amigo da sua pátria e do seu povo, foi o monarca mais desventuroso de Portugal. Viu morrer a rainha D. Estefânia, com quem se casara havia apenas um ano; assistiu às duas terríveis epidemias que assolaram a capital; passou pelo vergonhosa humilhação que nos impôs a França, e teve ainda a desdita de ver morrer seu irmão D. Fernando poucos dias antes de éle próprio falecer.

Está sepultado no convento de S. Vicente de Fora, de Lisboa.

Reinado de D. Luís, o Popular (1861 a 1889):

Movimentos militares. — O princípio do reinado de D. Luís foi perturbado por alguns movimentos militares: os tumultos do Minho; o motim de Janeiro de 1869, devido à lei administrativa que alterava a divisão dos concelhos; o pronuciamento do duque de Saldanha, em 1870, impondo a demissão do ministério do duque de Loulé.

Progressos morais e materiais. — Aboliu-se a pena de morte; promulgou-se o Código Civil; fizeram-se várias reformas na instrução; abriram-se muitas estradas, caminhos de ferro e telégrafos; fez-se uma exposição internacional no Palácio de Cristal do Porto e publicaram-se várias medidas tendentes ao progresso das nossas províncias do Ultramar.

Travessias na África. — Foram sobretudo importantes as de Capêlo e Ivens e a de Serpa Pinto, que atravessaram a África do Sul, de Angola à contra-costa.

No reinado de D. Luís celebrou-se o centenário de Camões.

Está sepultado no convento de S. Vicente de Fora, de Lisboa.

D. Carlos — (1889 a 1908):

Ultimatum da Inglaterra. — Os portuguezes haviam occupado os territórios que ficam junto do lago Niassa. A Inglaterra enviou-nos um «ultimatum», exigindo que evacuássemos essa zona em 24 horas, humilhação a que nos sujeitámos, não obstante os movimentos de protesto de todo o país.

Revolta de 31 de Janeiro. — Os erros cometidos pelo govêrno, a má administração pública, o estado de atraso e

de miséria em que o país se encontrava, e, por fim, a nossa atitude de humilhação perante a Inglaterra, fizeram lavar um profundo descontentamento na opinião pública. Como consequência do estado dos espíritos, rebentou no Pôrto uma revolução, com o fim de implantar o regime republicano. A revolução foi prontamente sufocada e os principais revoltosos duramente castigados com a prisão e o exílio.

Vitórias em Africa. — Foram várias as campanhas intentadas para manter o prestígio e soberania de Portugal. De entre elas, merecem menção: a que se fez contra os vátuas da África Oriental, em 1894 e 1895, e em que se distinguiram os officiaes do nosso exército Mousinho de Albuquerque e Galhardo; a luta contra os namarraes; a guerra do Cuamato, na Africa Occidental, sob o comando do capitão Roçadas.

Morte do rei e do príncipe real. — A questão política e social, a crise financeira que o país atravessa, a enorme dívida do Estado, os abusos praticados na applicação dos rendimentos do Estado, o atraso intellectual do país, a extrema miséria das classes populares, produziram uma viva agitação interna, acrescida pela política que alguns governos seguiram, procurando engrandecer o poder real e coartando os direitos e regalias populares.

Como consequência desses factos, desenvolveram-se as ideias republicanas e liberais e criou-se uma atmosfera absolutamente hostil à monarchia e ao rei.

Na tarde de 1 de Fevereiro de 1908, quando a família real regressava de Vila Viçosa, deu-se, no Terreiro do Paço, em Lisboa, um atentado que pôs bárbaramente termo à vida do rei e do príncipe real D. Luís Filipe.

Reinado de D. Manuel II — (1908 a 1910):

Foi curtíssimo o reinado do desventurado príncipe, aclamado pelas Côrtes do dia 6 de Maio de 1908.

A imprevisão dos políticos, a reincidência nos mesmos erros que tinham feito o descrédito da monarchia, os interesses da realza sobrepostos aos interesses da nação, juntos à inexperiência da vida e ao nenhum conhecimento dos negócios públicos do joven rei, tornaram fácil a eclosão do movimento que rebentou no dia 4 de Outubro de 1910, e pelo qual o povo de Lisboa, secundado pelas forças de terra e mar, ao fim de trinta e seis horas de lutas nas ruas, proclamou a República.

A República — (5 de Outubro de 1910):

Implantado o novo regime em 5 de Outubro de 1910, foi o Poder entregue a um governo provisório, presidido pelo notável polígrafo e grande propagandista republicano, Dr. Joaquim Teófilo Braga.

Durante o governo provisório foram promulgadas várias leis, que profundamente modificaram a organização política, administrativa e social do país, entre elas a Lei de Separação das Igrejas e do Estado, as Leis de Família, a Lei do Registo Civil e a Lei do Divórcio.

Em 1911, reuniu-se a Assembleia Constituinte, que promulgou a primeira Constituição da República de Portugal e elegeu o seu primeiro presidente, o Dr. Manuel de Arriaga.

Seguidamente exerceram aquele elevado cargo os srs. Dr. Teófilo Braga, Dr. Bernardino Machado, Dr. Sidónio Pais, almirante Canto e Castro, Dr. António José de Almeida, Teixeira Gomes e Dr. Bernardino Machado.

Durante o período que decorreu de 21 de Agosto de 1911 a 28 de Maio de 1926 foram promulgadas várias medidas, que muito contribuíram para o progresso das novas instituições.

Devem mencionar-se entre elas, a criação do Ministério da Agricultura e das Subsistências e Transportes, as reformas do ensino primário, secundário e técnico, a reorganização do Exército, as reformas políticas e administrativas das nossas colónias e as medidas de fomento e economia nacional.

As dissidências entre os diferentes partidos políticos que se formaram, as dificuldades financeiras do país, o grande atraso educativo da população deram origem a vários pronunciamentos militares, a lutas civis e a um mal-estar social, que muito perturbou a vida da nação, e cuja crítica não cabe na índole deste compêndio.

Em Agosto de 1914, Portugal determinou a sua intervenção, ao lado das nações aliadas, na Grande Guerra, cobrindo-se o exército português da maior honra e glória nos campos da Flandres e na defesa das nossas colónias.

Em 1922, Gago Coutinho e Sacadura Cabral realizaram, com esplêndido êxito, a primeira travessia aérea do Atlântico.

Em 28 de Maio de 1926 tomou conta do Poder o exército, estabelecendo-se um regime de ditadura, de que tomou a presidência o general Gomes da Costa, a quem sucedeu o sr. general Oscar Fragoso Carmona, que é ainda actualmente o Chefe do Estado.

A obra renovadora da República continúa a efectivar-se e constitui a garantia mais segura da independência e do progresso da Pátria.

Leituras: O espirito de independencia dos portugueses

A independência de Portugal dura há sete séculos. O braço leonês não pôde suocá-la ao nascer, e os árabes tiveram que ceder os territórios do sul à energia dos cavaleiros e peões do conde D. Henrique, e ao esforço dos primeiros reis da dinastia afofinsina.

As fraquezas do formoso rei D. Fernando, os planos da rainha D. Leonor Teles, as ambições desleais de alguns fidalgos e prelados, e as armas de D. João I de Castela não conseguiram sujeitar os portugueses à dominação estrangeira. O povo não quis ser castelhano.

Bem lhe andaram a dizer que mais valia ser provincia de uma grande monarquia do que reino independente, mas pequeno e fraco. O povo quis antes ficar pequeno em sua casa, do que ir ser grande na casa alheia.

Com um mancebo por chefe combateu contra os castelhanos, conteve os naturais que propendiam para o dominio estrangeiro e depois de ter vencido as hostes inimigas, pôs a coroa portugêsa na cabeça do Mestre de Aviz.

Este príncipe era bastardo e clérigo. Que importava isso? A nação adoptou-o por seu filho legítimo; e éle próprio em Aljubarrota, escreveu com a espada nas costas dos castelhanos a sua carta de legitimação. O papa dispensou-o dos votos ecclesiasticos, e deu-lhe licença para casar. E ficou tão bom rei como se filho legítimo tivera nascido, e tão bem casado como se nunca houvera sido clérigo.

Reis, como aquêle, houve poucos. Filhos, como éle teve, raras vezes nascem nos paços dos soberanos. Nobre raça foi aquella dinastia de Aviz! Abençoada posteridade a de D. João I e de D. Filipa de Alencastre! Esta familia nasceu na batalha de Aljubarrota, e extinguiu-se na de Alcácer-Quivir. Começou a 14 de Agosto de 1385, e acabou a 4 de Agosto de 1578. Fundou-a um mancebo de vinte e sete anos!

Sacrificou-se um moço de vinte e quatro.

Nunca entrei na admirável igreja de Santa Maria da Batalha, que me não sentisse melhorado pelo ar patriótico que se respira sob aquellas venerandas abóbadas. ¿Qual será o portuguez que passe com indiferença diante do túmulo de D. João I e de sua virtuosa mulher?

Ali, na capela chamada do Fundador, jazem, também, os illustres filhos do Mestre de Aviz. ¿Quem não rogará a Deus pelo descanso e termo de tais príncipes? Até os estrangeiros curvam a cabeça diante do monumento que encerram os despojos mortais do infante D. Henrique, porque as descobertas e viagens que éle dirigiu e favoreceu, aproveitaram à humanidade inteira.

Os portugueses quiseram sobreviver à familia real.

Não puderam. O povo ainda fez muito em favor de D. António, prior do Crato, mas este príncipe não era para tomar sobre os seus ombros a empresa do Mestre de Aviz. Só se parecia com éle em ser bastardo e clérigo.

Os tempos eram outros; lamentável o estado do reino; o povo descoroçoado e pobre; a alta nobreza e o clero mais ricos da ambição que de virtudes; o rei de Castela muito poderoso, astuto e munificente; o cardeal-rei caduco e tonto.

Quem venceu os portugueses não foi o Duque de Alba.

A batalha chamada de Alcântara, foi um insignificante feito de armas. Vencidos já eles estavam pelo concurso de mil circunstancias desgraçadas. Até o duque de Bragança, D. Joao, que nao quisera em 1579 ser rei do Brasil, recebeu em 1581 nas côrtes de Tomar, o tosao de oiro contra o costume dos seus antepassados que nunca tinnam aceitado ordem nacional ou estrangeira. Este era por sua mulher, a infanta D. Catarina, o legitimo herdeiro da corôa. O povo não podia resistir só.

Todos julgaram que Portugal acabara. Enganaram-se.

A enfermidade do Alcácer-Quibir teve uma convalescença de sessenta anos mas o doente recobrou as forças, e, quando menos o esperavam, voltou a sua invencivel teima de ser independente e livre.

Dos fidalgos alguns ficaram em Castela, onde serviam. Padres tambem houve que se fizeram castelhanos.

O povo êsse não. Em Braga havia um homem, cujos bens eram todos em Galiza. Pois deixou-os confiscar, mas veio para Braga, e morreu português.

Bom povo.

Já as pazes estavam feitas em Castela e ainda os castelhanos nos andavam a mostrar os dentes.

E assim fizeram sempre, até que, com o exército francês vieram para repartirem esta terra em 1807.

Mas o povo cá estava com os mesmos dotes do tempo passado e com a mesma mania de independência e de liberdade.

No empenho de reconstituir a independência portugueza, vieram os ingleses ajudar-nos, e aproveitar as nossas boas disposições contra a França. Ca ficaram por fim a governar como se o reino fosse deles. O povo não os podia suportar. Em uma linda manhã do mês de Agosto de 1820, ergueu-se de mau humor e mandou os ingleses para Inglaterra. Fez bem. Lá é o lugar deles.

Pois ainda cá voltaram em 1826, mas foram-se embora sem fazerem coisa alguma, porque para vencer o Silveira bastaram as tropas portuguezas.

O caso foi que daí ficou sempre aos realistas a ideia de dizerem que as instituições liberaes tinham sido sustentadas pelas baionetas estrangeiras.

Deus perdôa a quem lhes pôs nas mãos esta pedra para quebrarem a cabeça aos liberaes.

Os ingleses vieram outra vez em 1844 de braço dado com os castelhanos. Ninguém sabe quem os chamou, ou quem o sabe não o quere dizer. Melhor é que nunca o diga. Bem farto de malquerenças anda o mundo. Não precisa que lhe acrescentem o número dos ódios.

E a todos êsses atentados directos e indirectos resistiu constantemente o povo português. Vigorosa nacionalidade é aquela que nem o poder dos vizinhos ambiciosos, nem os erros ou desbaldes dos naturais puderam ainda destruir.

Curiosa história a da fundação deste pequeno Estado que desde o século VII até aos nossos dias tem sabido anular, mais pela energia do carácter popular do que por outros meios, multiplicados elementos de destruição e de morte.

A. A. Teixeira de Vasconcelos.

Leituras: Um aniversário de Aljubarrota

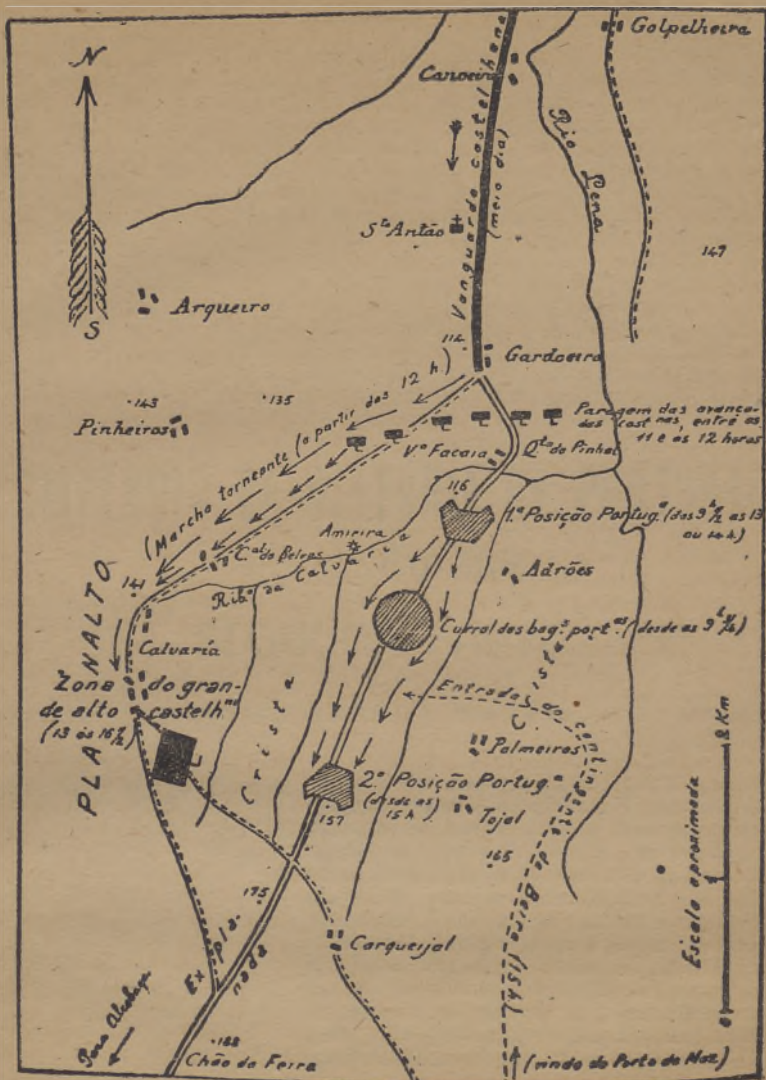
Amanhecera entre névoas, sôbre os campos da Flândres, a madrugada de 14 de Agosto. Era o aniversário da batalha de Aljubarrota que, por uma feliz coincidência os alemães iam escolher para desencadear sôbre a nossa frente o maior e mais intenso de todos os ataques até então realizados no nosso sector. Havia já três dias que uma violenta preparação de artilharia inimiga soava as nossas baterias anunciara a proximidade e o vigor do ataque. Com as primeiras claridades da manhã, o fogo dos canhões alemães intensificara-se, porém. As formidáveis bocas de fogo começaram, sem intermitência, a rustigar as nossas trincheiras, procurando atingir as linhas da infantaria, as baterias, os acampamentos da retaguarda e as estradas de rendição. Durante mais de duas horas, as granadas e os gases asfixiantes foram lançados sem cessar sobre os nossos abrigos e os nossos postos; a artilharia pesada trovejou, sem um segundo de repouso, revolvendo, excavando, atroando, como uma tempestade imensa, a terra.

Pouco antes das cinco da madrugada o assalto das forças especiais que os Alemães destinam a essas bruscas sortidas de traição e de morte desenhou-se nas linhas alemãs pelo avanço de uma espessa coluna de fumo: era a infantaria que marchava sobre as nossas trincheiras. A primeira vaga de ataque movia-se, no horizonte, entre nuvens negras de terra, e, ao mesmo tempo, as asas dos aeroplanos alemães começaram a desenharem no espaço, por entre o ribombar do fogo, o seu voo baixo de sombra. O assalto foi rápido, intrépido, brutal. Ao primeiro contacto com a ala direita das nossas forças, os Alemães, caindo sobre as trincheiras, penetraram nas nossas linhas. Trava-se a luta corpo a corpo: homens contra homens, feras contra feras. Portugueses e Alemães encontram-se mão a mão, disputam palmo a palmo o terreno ensanguentado. O clamor medieval de uma batalha encade de ódio e imprecações a névoa da manhã. E é então que se ve, de pé, um moço oficial, entre as balas inimigas, serenamente, como um exercicio militar, atingido por dois tiros e três estilhaços de granada, jorrando sangue por cinco feridas — organizar a resistência da nossa ala esquerda, à frente dos soldados. Não perde um minuto nem uma minucia. Da os sinais para a artilharia, anima, comanda, contém os seus homens, e só depois, cumprida a gloria do seu dever, é que o ferido se deixa conduzir à primeira amoulância.

Por volta das sete da manhã, o ataque alemão findara. Os nossos tinham desalojado das trincheiras os primeiros invasores, tinham repellido e derrotado os outros. Em terreno descoberto agora, sorrindo intrépidamente ao perigo, os Portugueses perseguem-nos ainda. Avançam, expondo-se, na rúria vibrante do contra-ataque...

O ataque inimigo fora repellido. Ao troar ensurdecedor da guerra e da refrega agora a émera elegia do repouso, que a voz do canhão, ainda e sempre ao longe, interrompe. Recoinem-se os cadáveres e os feridos. Os soldados descansam da faina do combate. O dia sobe no horizonte. Como uma saudação amiga, a neblina das primeiras horas da madrugada, lentamente, levemente, úmidamente, dissipa-se, e sôbre os campos ensanguentados da Flândres, os raios palidos, doces, entenecidos da luz douxada rompem. Dir-se-ia o sol de Portugal cantando, na terra sagrada da Flândres, sôbre as armas portuguesas, a sua canção de exílio e de heroísmo.

(Campo de ruínas — Augusto de Castro)



Esboço III — As manobras preparatórias no campo de batalha

COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL

2.º e 3.º CURSOS

SEGUNDA PARTE

(CONTÉM A MATÉRIA REFERENTE AO PROGRAMA DO 3.º CURSO)

Programa do 3.º Curso: Revisão da matéria dada no 2.º curso e desenvolvimento do estudo da História de Portugal no que se refere a: (Condado Portucalense, formação do reino de Portugal, lutas pela independência.— Acréscimo do território, conquista do Algarve.— Descobrimientos e conquistas; empório colonial.— Dominação castelhana e perda de vários domínios coloniais.— Restauração e guerras que se seguiram.— Invasões francesas, — Campanhas liberais e Constituição de 1822, Independência do Brasil, características do constitucionalismo — República.

CAPITULO I

FUNDAÇÃO DA NACIONALIDADE PORTUGUESA

Preliminares

O território que hoje constitui a metrópole da República portuguesa não corresponde exactamente àquele *condado* (Portugalense), que, em fins do século XI, por volta do ano de 1065, Afonso VI, rei de Leão e de Castela, confiou a D. Henrique, conde de Borgonha, bisneto de Roberto II, rei de França.

A Península Ibérica encontrava-se ocupada pelos muçulmanos, vindos do norte da África, e todos os esforços se conjugaram aqui, por parte dos cristãos, para obrigar aqueles a atravessar o estreito de Gibraltar, mas agora em sentido inverso.

Foi por isso que bem aceitos foram os serviços que, estrangeiros, como o aludido fidalgo D. Henrique (1), aqui vieram oferecer.

Não são concordes o sautores quanto às razões que traziam à Península a combater indivíduos estranhos à contenda entre cristãos e mouros.

Nós julgamos que não andaremos longe da verdade, se

(1) — Por este mesmo tempo veio seu primo, Raimundo, fidalgo francês, que casou com D. Urfaça, filha de Afonso VI, que aquele confiou o Governo da Galiza (outro condado de Leão e Castela).

incluirmos em o número daqueles a prodigiosa influência ao tempo desenvolvida pela abadia de Cluny. (1)

Cluny encontrava-se sob a dependência imediata da Santa Sé, no ano de 910. Triunfava a reforma do monaquismo beneditino.

A sua acção estendia-se a 10:000 monges, da Espanha à Polónia, e os seus conventos estavam divididos em dez províncias, uma das quais, Espanha. De Cluny saíram os papas Urbano II, o papa das cruzadas, e Pascal II. Toda a autoridade religiosa irradiava, provinha de Cluny.

Uma tal supremacia espiritual manteve-se até ao século XIV, e só em 1790 foi suprimida a abadia.

Certo é que a espada de D. Henrique brilhou vitoriosa ao sol de cem combates. E a recompensa por parte de Afonso VI não se fez esperar: o *condado portucalense* (2), e a filha D. Teresa em casamento.

Antes de prosseguirmos na explanação do nosso programa, recordemos desde já que, anteriormente a espanhóis e portugueses, foi a Península Ibérica sucessivamente ocupada por outros povos chamados *fenícios*, *gregos*, *cartagineses*, *romanos*, *alanos* (3), *suevos* (4) e *vândalos* (5), *visigodos* (6), e, por último, os *mouros*, no ano 714. Estes não conseguiram dominar uma parte do território visigótico, ao norte da Península: as *Astúrias*.

E, assim, surgiu a nova monarquia neo-gótica, que havia de inaugurar, com a batalha de Cangas ou Covadonga (7), a longa série de combates entre cristãos e mouros, luta que só termina definitivamente em Granada, no ano de 1492.

É, pois, o surgimento e formação do reino das *Astúrias* que dá origem e proporciona a formação de outros Estados

(1) — Cidade francesa, capital do cantão de Saône-et-Loire, que deve a sua origem à celebre abadia de Cluny, de que hoje restam numerosos e importantes monumentos.

(2) — Leão e Castela achavam-se divididos em *condados*, governados por um delegado do monarca, com o título de conde.

(3) — Estabeleceram-se na Lusitânia, no ano de 409.

(4) — Ocuparam a Galiza, na mesma época.

(5) — Foram para a Bética, na mesma época, e seguiram depois para o norte de África.

(6) — Estes, após a conquista do reino dos Suevos, assenhorearam-se de toda a Espanha, com excepção duma pequena parte, junto de Cartagena, onde se encontravam os gregos imperiais. Entraram na Península pela Catalunha, por 414.

(7) — Do comando de Palágio.

cristãos na Península, tais como: *Galiza, Castela, Leão* (914), *Oviedo* (718) e *Navarra*.

É quando estes factos se passam, que, vindos de além-Pirinéus, apparecem na Península, dentre muitos outros cavaleiros, o conde de D. Henrique, a quem de início fizemos referência.

Foi esta individualidade, pode dizer-se, quem lançou as bases da nacionalidade portugueza e é dêle que, originariamente, data de facto a independência de Portugal.

Govérno do Conde D. Henrique

Viu-se, pois, D. Henrique à frente do condado portugalense, por fins do ano de 1094 ou princípios de 1095, e desde logo evidenciou hábeis propósitos de independência governativa. É assim que, hábilmente, aproveita as lutas entre os nobres da Galiza e o rei de Aragão, Afonso I, que, contra vontade dêstes, havia casado com D. Urraca, filha de Afonso VI e ao tempo viúva do fidalgo francês, Raimundo.

O condado portugalense abrangia as províncias do Douro e Minho.

D. Henrique conseguiu, pois, ir limitando sucessivamente a sua dependência não só do rei de Leão, como de seu próprio primo Raimundo.

Nota-se, modernamente, que em muito favoreceram D. Henrique, os factores ou elementos geográfico e étnico, contribuindo para o alargamento do seu condado, germe de uma futura nacionalidade.

D. Henrique, certamente influenciado pelas ideias político-religiosas, que, nesta época, irradiavam, sobretudo de Cluny, como atrás referimos, empreendeu, em 1103, uma expedição à Terra Santa, donde voltou em 1105.

Concedeu forais (1) a Coimbra, Tentúgal, Souse, Sertã, Guimarães, etc., terras estas que, como Lamêgo, Pombal, Leiria e outras, foi conquistada aos mouros, alargando, desta forma, os primitivos domínios do seu condado para leste e para sul.

D. Henrique faleceu próximo de Astorga, no ano de 1114, com cêrca de 60 anos de idade.

(1) — Eram diplomas consignando os direitos e deveres colectivos das cidades, vilas e lugares; já existiam ao tempo da fundação da monarchia portugueza; quando morreu D. Afonso Henriques, já havia 57 forais.

Poucos anos antes, Lisboa e Santarém haviam caído de novo em poder dos mouros.

Deixou duas filhas e um filho.

Como êste nem três anos tivesse ainda de idade, ficou a viúva, D. Teresa, à frente dos destinos do Condado Portucaleense.

Góvêrno de D. Teresa

D. Teresa foi hábil continuadora da política de relações, que seu pai adoptara para com os reinos de Leão e da Galiza. Assim, tinha sempre em mira tirar partido das dissensões entre os vizinhos. Quando, em 1116, a Galiza se subleva contra D. Urraca e a favor do príncipe D. Afonso (1), D. Urraca auxilia abertamente os revoltosos, capitaneados pelo conde D. Pedro de Froalaz. Obteve, como recompensa dêste seu acto, algumas terras na margem direita do rio Minho. Verdade é que os sarracenos, aproveitando o ensejo, invadiram o condado de Portugal, levando as suas devastações até Coimbra.

D. Urraca, não vendo com bons olhos o crescente poderio e prestígio de sua irmã, declarou-lhe guerra (2), a pretexto de recuperar algumas terras que alegava pertencerem-lhe. Porém, nem daqui resultou situação muito embaraçosa para D. Teresa, porque, ao mesmo tempo, surgiram desavenças entre os barões do reino vizinho, desavenças à custa das quais o exército de D. Teresa se apodera de Tuy, Salamanca, Samora e outras terras, conseguindo sôbre tudo isto uma paz honrosa.

Não pode restar dúvida de que, em sagacidade e perspicácia, D. Teresa foi bem digna sucessora de seu marido.

(1) — A. Herculano sustenta e prova que não houve doação. E Pinheiro Chagas tem a mesma opinião, dizendo: «Nem D. Afonso VI, que concentrou nas suas mãos o govêrno do reino de Leão retalhado pelo testamento de seu pai, era para em vida sua, desmembrar de novo a monarquia, nem os costumes e leis dos povos germânicos, ainda então dominantes por toda a Europa, atribuíam dotes ás noivas, sendo pelo contrário o marido que devia dotá-las, nem os documentos contemporâneos, enfim, dão direito para semelhante coisa se supôr.

Além disso, pelos forais concedidos por D. Henrique a diversas terras de Portugal se vê que êle se reconhecia súbdito de D. Afonso VI. No foral de Tentúgal diz expressamente que o dá por mandado do rei D. Afonso, que lhe ordenou que rectificasse e reconstituísse a vila».

(2) — A. Herculano, em a nota 3.^a do 1.^o tomo da sua história de Portugal, prova que D. Teresa era filha bastarda de Afonso VI.

Invasão do condado de Portugal por D. Afonso VIII Castela e Leão

Este acontecimento foi devido à exigência de D. Afonso VII em querer a vassalagem de sua tia D. Teresa, e de seu primo, o futuro rei de Portugal, D. Afonso Henriques.

Afonso VII veio pôr cerco a Guimarães, onde se encontrava D. Afonso Henriques. E' então que se dá o célebre episódio histórico, praticado por Egas Moniz (1). D. Afonso VII de Castela conseguiu o seu intento, a respeito de D. Teresa.

Guerra entre D. Afonso e sua mãe

A vida, licenciosa (na frase de A. Herculano), que D. Teresa levava, a partir de certa época em diante, desagradou aos barões portugueses que, com D. Afonso Henriques à frente, levantaram o pendão da revolta. Ambos os partidos se aprestaram para a luta. O encontro dos dois exércitos teve lugar em S. Mamede, cabendo a vitória a D. Afonso Henriques.

Da vitória resultou serem D. Teresa e o seu valido, o conde Fernando Peres de Trava, expulsos de Portugal.

D. Afonso Henriques começou a governar em 1128, aos 17 anos de idade.

Independência de Portugal

Assumindo o governo do condado de Portugal, todo o pensamento dominante de D. Afonso Henriques foi torná-lo independente do reino de Leão, para empreender, depois, a luta contra os mouros e aumentar as fronteiras do seu reino.

As primeiras incursões que fez pelo território do rei de Leão, nem sempre lhe deram a vitória, e a breve trecho se convenceu de que não era esse o melhor meio de cingir a corôa de Portugal.

Resolveu-se, por isso, a colocar a seu lado o papa, que nesse tempo exercia sobre tôda a cristandade, não só uma

(1) — Senhor do poder, D. Afonso Henriques não quis respeitar o compromisso que Egas Moniz havia contraído em Guimarães, para com Afonso VII de Castela. Por tal motivo, o nobre fidalgo português dirigindo-se a Tolêdo com a mulher e os dois filhos, descalços e de corda ao pescoço, para que o rei castigasse neles a falta de cumprimento da promessa que lhe havia feito. O monarca de Castela, correspondeu a um tal gesto, com generosidade, que na verdade aquêles mereciam.

soberania espiritual, como uma verdadeira soberania política e temporal.

Nêsse empenho, comprometeu-se a tornar-se tributário da Santa Sé, e, assim, com a mediação do Cardial Guido, como representante do papa Inocência II, obteve de Afonso VII, na conferência que se realizou em Zamora, no ano de 1143, o título de rei, o qual lhe foi confirmado pelo papa Alexandre III, no ano de 1179.

Leituras: Os árabes

Quando sucedeu a invasão muçulmana na Espanha, os dois povos, godos e árabes, a princípio repeliram-se absolutamente, e as repugnâncias de índole, de língua, de hábitos, e sobretudo de crenças religiosas, manifestaram-se de um modo feroz.

Pouco a pouco, porem, surgiu a tendência para a assimilação natural entre povos que se acham em contacto. E, assim, uns e outros começaram a sentir que os adversários eram seus semelhantes; pordurasse apreciar a sua civilização e compará-la com a própria.

Mas, se os godos excederam os muçulmanos nas doutrinas morais, filhas de uma religião mais perfeita, nas intuições políticas e no pun-donor cavalheiroso, os árabes, cujo momento intelectual até ao fim do século XII fóra superior, levaram-lhes vantagens na cultura das letras, na indústria, no luxo e ainda no seu sistema fiscal. Orgulhosos, porém, da sua língua mais rica, e da sua literatura mais brilhante, e dotados de maior urbanidade no trato e brandura para com os vencidos, se é verdade que recusaram aprender a língua destes, mostraram-se, todavia, demasiado tolerantes, mais por interesse próprio, do que por índole, e não abusaram do direito de conquista.

A sua influencia actuou, por conseguinte, nos ânimos dos cristãos. A lingua árabe tornou-se entre estes quasi exclusiva; as ciências e a poesia dos árabes prendiam todos os espíritos; trajos, modos e usanças tornaram-se sarracenos. Finalmente, os consórcios frequentes, entre individuos das duas racas, prepararam a fusão, que seria completa, se não se opusesse a diversidade de crenças.

(A. Mascarenhas — História de Portugal)

CAPITULO II

A CONQUISTA DO TERRITÓRIO

A 1.^a Dinastia compreende, como tivemos ocasião de ver, dois períodos perfeitamente caracterizados: o da conquista do território e o da organização interna do reino.

No primeiro período, as sucessivas vitórias dos portugueses sôbre os moiros dão-lhes a posse de todo o território que vai do rio Minho ao Algarve.

E' a tarefa dos reis guerreiros, que vão de D. Afonso I a D. Afonso III, e em que tomaram parte importantíssima, as ordens militares.

Em conformidade com o que foi estudado no segundo ano do curso, podemos estabelecer, a respeito de cada reinado, as sínteses seguintes:

D. Afonso I — A vida dêste monarca foi um constante batalhar. As fronteiras do seu reino atingem, para o sul, a Alta Estremadura, defendida e colonizada pelos Templários do Castelo de Soure, e mais tarde o Castelo de Leiria, começado a edificar em 1135. Atacado em 1137 pelos mouros, investe para o sul até Ourique; em 1147, toma de surpresa Santarém. Nesse mesmo ano, ajudado por uma armada de cruzados alemães, flamengos e ingleses, que aportaram ao Douro, cerca Lisboa e obriga-a a capitular após um cerco renhidíssimo. Logo em seguida, toma Sintra, Almada e

Palmela. Em 1158, conquista Alcácer. Em 1162, cai-lha nas mãos Beja, e, em 1166, Evora.

D. Sancho I — Notabilizou-se pela sua boa administração. Os núcleos da população fixaram-se e organizaram-se em concelhos. Os lugares assolados pelas guerras foram defendidos por novos castelos e repovoados por colonos estrangeiros. Em 1189, com o auxílio de uma armada de cruzados, toma a fortíssima cidade de Silves, no Algarve.

D. Afonso II — Foram poucas as lutas contra os mouros, neste reinado. A atenção do rei dirigiu-se mais especialmente para o politica interna, procurando manter a supremacia do poder real perante as ambições do alto clero e da nobreza. No seu renado dão-se as vitórias de Navas de Tolosa, em Espanha (1212) e de Alcácer do Sal (1217).

D. Sancho II — Mereceram-lhe cuidados especiais a povoação e colonização do reino. A sua acção foi, porém, tolhida pelas lutas com o clero e com a nobreza. Foi igualmente um grande guerreiro. As suas conquistas abrangeram as praças do sudeste de Portugal: Elvas (1226), Jerumenha (1230), Serpa (1232), Aljustrel (1234), Mértola (1238), Cacela (1240).

D. Afonso III — Foi um reinado brilhantíssimo. Na politica interna, foi um excelente administrador e soube refrear os abusos do clero e da nobreza, mantendo com vigor a supremacia do poder real. A classe popular teve nêle um enérgico defensor. É' no seu reinado que se realiza a conquista completa do Algarve (1249), ficando, assim, completada a nação, no seu aspecto territorial.

A organização do reino

No período anterior, embora se desse já especial importância à colonização interna, fixando-se ao solo núcleos de povoadores vivendo dos trabalhos agrícolas, a luta contra os mouros absorveu quási por completo a vida dessa época.

No segundo período, a atenção dos reis dirige-se mais à administração do reino, à repressão dos abusos das classes privilegiadas. Cuida-se mais dos trabalhos agrícolas, embora a nobreza não tenha sabido acompanhá-los e dirigi-los, antes os tenha contrariado por meio de pesadíssimos encargos. No

reinado de D. Deniz, procura-se remediar a crise rural, desviando os habitantes das cidades e das vilas para o cultivo das terras. No reinado de D. Afonso IV, a produção torna-se insuiciente, a falta de subsistências obriga os reis a acudir-lhe com o dinheiro do próprio erário. No reinado de D. Pedro I, executa-se uma politica inspirada na justiça e na economia.

A crise económica continua, porém, a fazer-se sentir. D. Fernando tenta remediar os males que dela resultavam por meio de leis agrária e de comércio marítimo, que tiveram a contrariá-las muitas causas. O comércio marítimo começa a prevalecer e assegura, como diz António Sérgio na sua História de Portugal, a vitória do transporte, que tem como resultado o descobrimento do Mundo, a formação da sociedade capitalista moderna, e a realização progressiva do mercado universal.

Leituras: Ordem militar de S. Tiago

A Ordem de S. Tiago da Espada era espanhola de origem; introduziu-se em Portugal no tempo de D. Afonso Henriques; os membros portugueses estavam submetidos ao grão-mestre castelhano. Os cavaleiros de S. Tiago, ou spatarios, foram dos que mais ampliaram o território português. Conhecidos, também, pela designação de freires de Palmela, a margem esquerda do Tejo, tão disputada pelos muçulmanos fortificados na sua quasi inexpugnável Alcácer, bebeu muito sangue generoso dos cavaleiros dessa ordem religiosa. Ao lado dos Templários e dos Hospitalários, guiados pelo seu heróico chefe o comendador Martinho, fizeram prodígios de valor na tomada de Alcácer, onde se estabeleceram depois da conquista.

Nas guerras de Sancho II, e principalmente na conquista do Algarve oriental, lá estavam eles na vanguarda; comandava-os Paio Pires Correia. Quando Afonso III reduziu á sua obediência o resto da provincia, também foram eles os que primeiro entraram nas derradeiras cidadelas moiriscas.

(Pinheiro Chagas — História de Portugal)

Leituras: A rudeza dos costumes nos séculos XI e XII

¿Que nos revelam os documentos antigos bem que imperfeitamente? Que a sociedade dos séculos remotos era uma coisa absolutamente diversa da actual. O que significam esses bispos e presbiteros que se embriagam, que por embriaguez são sacrilegos, e cujo castigo consiste em penitências de dias ou de meses; esse povo selvagem, que combate dentro do templo, incendia-o, e arrasta uma fraca mulher pelas pernas espancando-a e rasgando-lhe as vestiduras, quando esta mulher se chama

a rainha de tôda a Espanha; êsse rei cavaleiro que comete contra sua esposa brutais violências que hoje envergonhariam qualquer homem honrado; êsse clero que não acha entre si um individuo digno de receber a dignidade episcopal, numa cidade romana convertida em ruínas, e que vai buscar um estrangeiro, no qual se tem por especial virtude o não ser caçador ou jogador; êsses cavaleiros e prelados que se afrontam mutuamente perante o supremo senhor do país, dentro da igreja; êsses vilicos ou autoridades administrativas, de origem servil, que podem violentar damas nobres e ricas impunemente; êsses exércitos, que resolvem as questões politicas mais graves em recontros singulares; esses capitães, que fazem pazes com a piebe e terminam as suas brigas, comendo e bebendo juntos no campo de batalha; êsses reis, que se vingam por suas mãos, talando, roubando e queimando o seu inimigo pessoal, ou que trabalham no fundo das minas como simples gastadores; esses salteadores que morrem tranqüilamente no seu leito declarando-se ladrões convictos; esses foros que convertem as povoações em covis de homicidas e adúlteros, dando aos seus moradores gratuitamente o direito dos assassinos, ao mesmo tempo que para os outros põem uma taxa de sangue; essas leis enfim, que santificam o homicidio e a mutilação, limitando-os a casos e individuos determinados? Qual é o resumo dêstes poucos factos avulsos, colhidos ao acaso entre muitos outros igualmente alheios ás ideias modernas da vida civil? É que existe espantosa diferença de aspecto, entre o presente e os tempos primitivos.

(*Alexandre Herculano—Opusculos*).

Leituras: As Côrtes de 1254

Desde o tempo dos visigodos, as juntas, concilios ou parlamentos, nacionais, cuja indole e attribuições teremos de expôr noutra parte, fôrão exclusivamente compostos dos membros do alto clero e da principal nobreza da Península.

O povo, fraco, reduzido à servidão ou a um estado que dela se aproximava, não intervinha nestas graves assembleias, onde se tratavam os mais árduos negócios da sociedade religiosa ou da sociedade civil. A mesma exclusão continuou nos primeiros seculos do renascimento da monarchia gótica nas Astúrias e da sua expansão pela Galiza, Leão e Castela. Foi nos últimos anos do século XII, quando já Portugal havia muito que obtivera uma existência independente, que aos vilões, à burguesia, a êsse grande vulto, que em tempos mais modernos se denominou o Braço do Povo, e além dos Pirinéus o Terceiro Estado, se abriram no reino as portas da cûria política, do antigo simulacro de uma representação nacional.

Os concelhos, imagem ou antes tradição dos municípios romanos, tinham passado na Espanha, como no resto da Europa occidental, através de tôdas as vicissitudes das guerras, das invasões, da barbaria, e, embora atenuados e modificados pelas necessidades e pela situação das populações em cada época, renasciam para a vida politica, convertiam-se em elementos sociais activos à medida que as correrias dos sarracenos se iam tornando impossiveis pelas provincias centrais e aquilonares dos territórios cristãos. Em Portugal, a-pesar-de todos os esforços de Afonso I e de D. Sancho I para o país por meio de uma instituição que o ins-

tituto e a experiência deviam indicar-lhes como utilíssima, tanto para esse fim, como para estribarem o próprio poder; a-pesar, também, do favor que ela encontrara em Sancho II, e ainda até certo ponto em seu pai; o antigo uso visigótico e leonês de só se convocarem para assembleias os prelados seculares e regulares, os oficiais da coroa, os supremos magistrados e os proceres ou os chefes da nobreza, prevalecera ainda mais tempo que em Leão e em Castela. A razão disso reservámo-la para outro lugar. Por agora, basta-nos o facto; e o facto é que antes de 1254 os procuradores dos concelhos não intervieram nas assembleias politicas da monarquia.

Das cortes, porém, dêste ano data o chamamento dos delegados municipais aos parliamentos. O povo constituido e vigorizado lentamente, vê, enfim assentarem-se os seus representantes no conselho dos réis, e a voz do homem de trabalho apresentar solenemente os seus agravos e invocar os seus direitos contra as classes privilegiadas.

Determinar a indole e o valor politico de tais assembleias não pertence aqui.

Por pouco, todavia, que fôsse este último, é certo que Afonso III reconhecerá a importância relativa dos grêmios populares; e quando o seu reinado não oferecesse outras circunstâncias que o illustrassem, o facto de coligir, pôsio que transitariamente, as resistências burguesas, de lhes facilitar por tal modo o acôrdo, e, portanto, de lhes multiplicar a energia para lutarem mais vantajosamente com o privilégio, seria só de per si bastante para merecer a atenção da história. Assim constituídas, as côrtes, se não fôram o fundamento da liberdade municipal, base da única liberdade verdadeira que, em nosso entender, tem existido no mundo, e talvez a única possível, foram por certo desde essa época uma grande manifestação dela e, até certo ponto, uma garantia da sua conservação futura.

(A. Herculano—História de Portugal)

Leituras: Martim de Freitas

Para tomar posse do país, D. Afonso lutava com valôr, e servia-se das excomunhões, com que o Papa ameaçava os partidários de D. Sancho. Alguns castelos caíram em seu poder por meio da corrupção. Mas nem todos os partidários de D. Sancho foram desleais: Obidos e Celorico da Beira padeceram um estreito assédio e Guimarães foi submetida pela força. A guerra prolongou-se por muitos meses.

Segundo a tradição, mesmo depois de D. Sancho se ter retirado para Toledo, Coimbra permaneceu-lhe fiel.

Pôs o Conde de Bolonha cerco ao castelo, que tinha por alcaide Martim de Freitas.

Prolongou-se o sitio tanto, que já dentro do castelo faltava a água, por isso lhe fazia muita mercê; se assim o não fizesse, que o combateria e cobraria à força com perda e dano dos defensores.

Respondeu o alcaide que não lho entregaria sem mandado de El-Rei D. Sancho, seu Senhor, e que escusado era ameaçá-lo com morte nem perigos, porque tudo padeceria de bom coração para cumprir os deveres da lealdade.

Prolongou-se o sítio tanto, que já dentro do castelo faltava a água, e os sitiados, sem provisões, alimentavam-se de cães e gatos e recorriam até á pele dos animais mortos!

Os amigos e parentes do alcaide aconselhavam-no a entregar o único castelo que resistia no Reino, sem nenhuma esperança de socorro. Repunçava Martim de Freitas que preferia todos os horrores a deshonra de atraícoar o juramento de fidelidade que prestára a D. Sancho.

Sabendo D. Afonso, que o irmão tinha morrido em Toledo, enviou a nova a Martim de Freitas. O alcaide pediu seguro para ir certificar-se pelos seus próprios olhos.

Chegando a Tolêdo, disseram-lhe muitos que tinham visto sepultar D. Sancho. Martim de Freitas, porém, mandou abrir a campa, e, ao vêr o corpo do seu senhor, pos as chaves do castelo de Coimbra no braço direito do cadáver.

Tendo assim restituído o castelo a quem lho entregára, tomou as chaves, voltou a Coimbra, e disse a D. Afonso:

— Senhor, pois a Deus aprouve que El-Rei D. Sancho, vosso irmão, falecêsse, tomai vossas chaves e vosso castelo e daqui por diante eu vos servirei.

Quis D. Afonso entregar o castelo à guarda de tão fiel vassálo, mas Martim de Freitas recusou, dizendo que lho tinha muito em mercê, mas que por nenhuma maneira aceitava; antes lançaria maldição a seus filhos e netos, se por castelo fizessem menagem a Rei ou a outra pessoa de qualquer condição que fôsse.

(Rui de Pina—Crónica de D. Sancho II)

Leituras: A Batalha de Aljubarrota

As vozes, as trombetas, o alarido da gente, o tropear dos cavalos, o telintar dos ferros, ensurdeciam. Viam-nos vir, e viam como, afunilando-se cada vez mais o terreno, a linha extensa dos cavaleiros se curvava, diminuindo sempre a frente de batalha, aumentando o magote ou maciço, mó espessa de guerreiros que, desordenada e violentamente, caminhava para êles. E, quando a onça de gente enfurecida esbarrou contra a vanguarda onde estava Nuno Alvares, apesar da desordem, a-pesar-dos cortes do terreno, a-pesar-da resistência desesperada, a vanguarda portuguesa cedeu, recuando no centro e curvando-se concavamente. Vendo isto, as duas alas portuguesas que, sem combater, porque não podiam ser atacadas, observavam, giraram e viéram alinhar-se detrás da vanguarda que cedia. Ao mesmo tempo D. João I avançava da rectaguarda em refôrço das linhas do seu condestável, rôtas. Foi então o grande alarido da batalha.

Apertados num estreito lugar, a cavalo e a pé, homens de armas e peões, cruzavam os golpes. Os portugueses de Castela, vindo no centro da vanguarda, e ficando por isso à frente do magote, estavam no coração da peleja, que, dos lados, os ginetes castelhanos, destacados, acirravam. Mas o enorme vulcão de homens, cavalos, armas, cobertos por uma nuvem de dardos e setas, revclvia-se impenetrável na sua fúria. Os inimigos achando favorável uma luta corpo a corpo, tinham deitado fora as longas lanças de combate, ou tinham-lhes partido os contos; pelearam com achas, espadas e estoques.

Os episódios homéricos repetiam-se. Juncavam o solo muitos cadáveres. A imaginação acendia-se, e os milagres, povoando o ar, traziam das nuvens os santos á peleja. Nuno Alvares via uma lança descer do céu e bater em cheio no seu irmão Pedro Alvares, o mestre de Calatrava, que tombava morto.

Revolvia-se a mó dos combatentes em tórno da capela de S. Jorge ao lado fluuava ao vento, desfraldada, a bandeira mística do condestável.

*
* *

Uma cutilada fizera voar o elmo encimado pela Virgem—o elmo do nosso arcebispo D. Lourenço, que tinha um gílvaz na cára e a orelha cortada, deitando ribeiradas de sangue.

Guevara, o roncador Guevara, untava a face com sangue, dizendo que se tingia com a gente que matava. D. Pedro, ouvindo-o, deu-lhe um golpe de través que o decapitou. Velasquez, o grande caçador, Sanches de Tolêdo, o letrado, Galvez, o «Semedo», Montanchez, Oropeza, Mondonêdo, acabaram todos num feixe às mãos de um só, o António. Salazar, o grão-taful, o mais célebre rufião de Sevilha, abandonado pela amante, arruinado, investiu com Gaspar, que o levantou nos braços e o matou, a pernear, com a própria espada dêle. Hilário morreu murmurando o nome da sua Antónia.

O Lopo e o Vicente, Orestes e Pilades de Lisboa, que tinham jurado morrer juntos, acabaram abraçados. O Giraldo, sem escudo, das muitas cutiladas que levára, tomou o do Peres, matando-o; e matarm-no a êle, rompendo-lhe o mesmo escudo com uma estocada, e metendo-lho em estilhas pela barriga dentro. Mem Rodrigues, lavado em sangue, deixava um rastro por onde passava.

O Telo era morto; os Tabordas, Gonçalo Vasquez, D. João, senhor de Galiza, Pero Dias, o Conde Vilhalpandos, Manrique: castelhanos e portugueses de Castela, caíram por terra agonizantes. D. Pedro, conde de Vilhena e condestável, jogava a vida a golpes de acha com os Vasconcelos e com Vasco Martins de Melo, que o mataram.

E quando a vanguarda portuguesa cedia, Nuno Alvares, fitando a sua bandeira desfraldada ao vento, via-a cercada de um bando de pombas brancas, que o enchiam de valorosa esperança. O rei vinha correndo na rectaguarda em seu auxilio, guiado pela Senhora da Oliveira, de braços abertos... S. Bernardo aparecia, também, empunhando o báculo num braço de monge, donde caía um paludamento retinto em sangue. Vinha o rei correndo e combatendo no meio da horrenda batalha, quando o Sandoval, aparendo-lhe um golpe de acha, o desarmou, fazendo-o cair de joelhos. Estava por terra: ia morrer? Não; ergueu-se num salto e investiu; mas já a Macêdo varára o castelhana com uma estocada, deixando-o estendido. E com o socôrro da rectaguarda, reforçada por alas, todos os portugueses reunidos, repeliram gradualmente os inimigos, triturando gente e cavalos, castelhanos e franceses, numa confusão medonha de ver.

Observando que a balança pendia contra êle, o rei de Castela, içado em braços a uma mula, ardendo em fêbre, ordenou que a segunda linha avançasse, desenvolvendo-se em crescente, à moda dos árabes, para envolver os portugueses.

Mas essa segunda linha não estava formada ainda; ainda o couce

do exército, com muita peonagem, não concluir a marcha; avizinha-se a noite, e o movimento para ávante chocava-se com o movimento de recuo, já declarado nos combatentes.

O mestre de Alcântara porem, com a sua cavalaria homens, de armas e ginetes, que torneara, como vimos, o arraial português por leste, assaltava-lhe entretanto sem êxito a estacada do couce, no curral das bagagens, onde os bêsteiros e peões se viam em perigo. A batalha, que se vencia na frente, podia tornar-se em derrota pelas costas. Nuno Alcares correu la. Estava de pé: tomou o cavalo do comendador-mór de Cristo, Pero Botelho. Foi lá, restabeleceu os ânimos, repeliu os assaltantes, conjurou o perigo. E, tornando à vanguarda, excitando o valor até loucura, impeliu-a contra o inimigo, obrigando-o a retroceder.

Restabeleciam-se as linhas de batalha; oscilava favoravelmente a grande seára de gente em armas; pendia do lado de Castela, começando a fraquejar, e a ceder...

A vitória estava ganha. Encerrado no seu fojo, o condestável obtinha a vitória, nesse dia que ia calindo rapidamente, vendo realizadas uma a uma as suas previsões, desde o instante em que, rompendo com o conselho e com o rei, abalára de Abrantes, disposto a impedir aos castelhanos a marcha sobre Lisboa.

E toda esta batalha, tão longa de contar, durara apenas meia hora. Anoitecia. A hesitação na vanguarda tornára-se em retirada.

«— Já fogem! Já fogem!» — gritavam do lado de cá; e a retirada transformava-se num debandar doido, procurando cada qual a sua besta para corrêr mais rápido, perdendo-se pelos matos, assustando o crepúsculo com um sussurro monstruoso de gritos de aflição e interjeições de ansiedade.

A bandeira de Castela tombára por terra.

(Oliveira Martins — História de Portugal)

Nota. — Embora o programa do 3.º Curso se não refira à guerra da Independência, entendemos que não se devia deixar no esquecimento a memorável batalha com que firmámos a nossa soberania e encetámos a epopéa dos nossos descobrimentos.

Com a gloriosa dinastia de Aviz, Portugal ergue bem alto o seu pendão como paladino intemerato da civilização e do progresso. O nome português ecoa pelos confins do orbe todo. Lisboa torna-se a metrópole do mundo, ao Tejo afluem as frotas de todas as nações.

Um rei de bravura invencível inaugura a dinastia, um rei de perfeita visão política mantém-na robusta contra a arremetida da nobreza, um outro fanático e louco a faz tombar nas mãos dos vencidos de Aljubarrota.

As páginas, que atrás ficam transcritas, foram traçadas por um dos nossos grandes mestres na arte de narrar. A gloriosa batalha é focada em todos os seus pormenores e dá-nos uma visão clara do que foi essa meia hora de luta e do que pode a altivez, o brio e o valor duma raça em prol da defesa da pátria.

CAPÍTULO III

DESCOBRIMENTOS E CONQUISTAS. O EMPÓRIO COLONIAL

A revolução de 1385, consagrada pelas sucessivas vitórias dos portugueses sobre os seus inimigos, não gerou apenas uma nova dinastia, constituiu uma afirmação de importância entre as classes sociais e entre as actividades económicas. Dela resultou uma nova fase da nossa história — a da expansão marítima de Portugal.

O comércio da Europa, nessa época, consistia, principalmente, na aquisição dos produtos do oriente, e era feito por intermédio das repúblicas marítimas da Itália, e também um pouco pelos povos do norte de África. As mercadorias eram transportadas da Índia em caravanas e postas no mar do Levante e do mar Negro, donde seguiam para os países europeus. A irrupção dos turcos nos portos do Mediterrâneo oriental dificultou esse comércio e gerou uma forte crise na alta finança europeia.

O grave problema teve, também, o seu reflexo em Portugal, que procurou resolvê-lo achando um novo caminho para as terras da Índia.

Desde o tempo de D. Fernando que se patentearam aos portugueses duas políticas económicas: a da metrópole e a do

ultramar, a agrícola e a comercial, a rural e a marítima, a da produção e a do transporte marítimo.

As excelentes leis protectoras do comércio marítimo e da construção naval e a criação das bôlsas de Lisboa e Pôrto, promulgadas no reinado de D. Fernando, foram naturalmente os burgueses e mercadores do litoral quem as inspirou, como foram êles que apoiaram D. João I contra os aristocratas e senhores rurais e o incitaram depois à conquista de Ceuta, iniciando, assim, a política de expansão marítima que depois se seguiu e que caracteriza a época que vai de 1415 a 1580.

O casamento de D. João com D. Filipa de Lencastre, senhora dotada de clara inteligência e das mais altas virtudes, contribuiu para modificar o viver da côrte e das classes dirigentes. Por outro lado, D. João I, que era dotado de muito bom senso, adaptou-se às ideias dos homens que o ajudaram a cingir a coroa real: Álvaro Pais, João das Regras, Nuno Alvares Pereira, João Afonso, a rainha e os filhos, que ela havia educado primorosamente.

A tomada de Ceuta, em 1415, foi o comêço da grande emprêsa sonhada pelo infante D. Henrique de devassar as terras do mar Tenebroso e alargar os nossos domínios para além dêsse mar, a fim de atingir a cobiçada Índia.

Aliado à burguesia de mercadores do litoral, o infante estabelece-se em Sagres, onde congrega os estudos geográficos, astronómicos e comerciais. E' daí que partem as primeiras caravelas portuguesas, em busca de novas terras e de novas gentes.

Em 1418, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira arribam à ilha de Pôrto Santo, e logo no ano seguinte descobrem a ilha da Madeira. Em 1422, dobra-se o Cabo Não. Poucos anos decorridos (1432), Gonçalo Velho Cabral descobre a ilha de Santa Maria. Em 1434, Gil Eanes, reinando D. Duarte, dobra o cabo Bojador. Em 1436, Afonso Gonçalves Baldaia descobre o Rio do Ouro.

Em 1437, foi resolvida a conquista de Tânger. Para êsse fim, levantou ferro, em 22 de Agôsto de 1437, parte da frota. A restante, que o conde de Arraiolos fôra encarregado de organizar no Pôrto, partiu directamente da foz do Douro. A 27 chegaram os infantes a Ceuta, verificando, então, o infante D. Henrique que não tinha gente bastante para se encetar a emprêsa. Contudo, a viagem prosseguiu, e, a 13 de Setembro, fazia-se o desembarque em Tânger-a-Velha, assentando-se o arraial num outeiro próximo. Trinta e sete dias durou o cêrco.

Os reforços contínuos recebidos pelos moiros inutilizaram por completo os repetidos e renhidos ataques à praça. D. Henrique viu-se, portanto, obrigado a pactuar com os sitiados, comprometendo-se, para que o resto do exército pudesse reembarrar a salvo, a restituir-lhes Ceuta. Em penhor da promessa, ficou cativo o Infante D. Fernando.

Ao ter conhecimento da má nova, D. Duarte convocou côrtes em Leiria (Janeiro de 1438), a fim de se estudar a maneira de livrar do cativo o desditoso infante. As côrtes foram, porém, contrárias a que se entregasse Ceuta, e D. Fernando continuou prisioneiro, vindo a morrer no meio dos maiores tormentos, que êle suportou com verdadeira resignação de santo.

Regressando a Portugal, o Infante D. Henrique voltou para Sagres, donde continuou a impulsionar as expedições marítimas. Em 1434, três anos antes da expedição de Tânger, Gil Eanes tornara a dobrar o Cabo Boiador passando cinquenta léguas além e descobrindo uma terra deserta a que deu o nome de Angra dos Ruivos.

Em 1441, reinando D. Afonso V, Nuno Tristão descobre o Cabo Branco. Em 1445 ou 1446, o mesmo navegador e Alvaro Fernandes chegam à Senegâmbia.

Entre 1445 e 1446, parece haverem-se realizado as viagens de Luiz Cadamosto, navegante genovês, que viera a Portugal oferecer os seus serviços ao Infante D. Henrique. Cadamosto abordou às ilhas de Pôrto Santo, Madeira e Canárias, dobrou o Cabo Branco, entrou no golfo de Arguim, passou o Senegal e a terra de Budumel, onde encontrou as caravelas em que seguia António da Nola, também ao serco do Infante. Seguiram juntos até Cabo Verde, e, caminhando para o sul, descobriram o rio que denominaram Barbacim, entraram no país de Gâmbia, visitando o rio do mesmo nome. No ano seguinte, voltaram novamente ao Gâmbia e encontraram, ao sul, o rio Casamanza, o Cabo Vermelho, os rios Santana, São Domingos e Grande.

Ainda em 1445, Gonçalo de Sintra desobriu, adiante do Rio do Ouro, a angra que tem o seu nome. Nuno Tristão voltou ao rio Grande, onde foi assassinado pelos indígenas. Alvaro Fernandês desobriu o cabo dos Mastros e o rio de Tabite.

Em 1449, Soeiro Mendes lançou em Arguim os fundamentos do primeiro castelo que os portugueses tiveram na costa ocidental da África.

De 1460 a 1461, Pedro de Sintra continuou o descobrimento da costa ocidental, desde o rio Grande até para além do cabo Mesurado.

De 1463 a 1471, Fernão Gomes chega à Costa da Mina, Lopo Gonçalves descobre o cabo do seu nome, João de Santarém e Pedro Escobar descobrem as ilhas de Fernando Pó, Coriscos, S. Tomé e Príncipe e Ano Bom, passando-se a linha do Equador.

Estas descobertas fizeram ver aos portugueses que a África poderia constituir um excelente factor da sua actividade commercial. Em 1441, são trazidos os primeiros escravos e, pouco depois, o primeiro ouro em pó. Três anos mais tarde, forma-se em Lagos uma companhia para a caca dos escravos. Resolve-se arrendar o exclusivo do comércio africano, com o encargo de prosseguir nos descobrimentos para o sul e para o ocidente. Enceta-se, assim, o comércio de produtos africanos e de escravos. Lagos torna-se o entreposto commercial dêsse comércio, com o nome de Casa da Guiné. Por volta de 1481 ou 1482, êsse depósito é transferido para Lisboa e passa, desde então, a ser designado por Casa da Mina, por nela se arrecadar o ouro e outros artigos provenientes da Costa da Mina. Lisboa torna-se, então, o centro do comércio com a Flandres e com o Mediterrâneo.

Os descobrimentos prosseguem activamente, no reinado de D. João II. Em 1482, Diogo da Azambua construi a fortaleza de S. Jorge da Mina. Em 1484-1485, Diogo Cão descobre o rio Zaire e o reino do Congo, sendo por essa ocasião que o rei toma o título de Senhor da Guiné. Em 1486, João Afonso de Aveiro sobe o rio Formoso e descobre o reino de Benin. Em 1486, Bartolomeu Dias descobre a costa ocidental, do Cabo Negro para o sul, e passa o Cabo das Tormentas sem dar por êle. Um grande temporal sucedido nessas paragens faz com que a tripulação, aterrorizada, se recuse a ir por diante. Bartolomeu Dias retrocede e descobre, então, o referido cabo, cujo nome D. João II trocou pelo de Cabo da Boa Esperança, visto dar-lhe a esperança de se alcançar o desejado caminho marítimo para a Índia.

Em 1487 são mandados por terra às Índias, e com o fim de colherem noticias do reino de Prestes João, príncipe e patriarca lendário, cujo reino se dizia cristão e situado entre a Arménia e Pérsia. A viagem dos dois emissários, que se chamavam Pêro da Covilhã e Afonso Paiva, foi cheia de peripécias e aventuras. Afonso de Paiva dirigiu-se à Índia,

esteve em Calicut e faleceu na cidade do Cairo, e Pêro da Covilhã penetrou na Abissínia, reino dirigido pelo negus Alexandre, que lhe não consentiu que dêle saísse.

D. João II, que faleceu em 1495, tinha já aprontada a armada que deveria prosseguir a viagem para a Índia, tendo até escolhido para comandante o capitão que a veio a realizar, Vasco da Gama.

No reinado de D. Manuel, Portugal realiza as suas mais importantes emprêsas marítimas. Em 1497, larga da praia do Restêlo a armada do comando de Vasco da Gama, composta das três naus S. Gabriel, S. Rafael e Bérrio, e, depois de uma tormentosa viagem, descobre Sofala e Moçambique, donde partiu para a Índia, chegando a Calicut em 1498. No dia 29 de Junho de 1499, chegava ao Tejo a nau de Nicolau Coelho, com a feliz notícia, confirmada, em 29 de Agôsto do mesmo ano, pela chegada de Vasco da Gama.

O descobrimento do caminho marítimo para a Índia trouxe incalculáveis vantagens para Portugal, que passou a ser o maior intermediário do comércio europeu com o Oriente. Lisboa tornou-se o centro de freqüência de uma infinidade de navios e de gente de todo o mundo.

Com o fim de tomar posse do comércio e estabelecer feitorias na costa da Índia, partiu de Portugal, em 1500, uma frota de 13 navios, comandada por Pedro Álvares Cabral, que, à ida, tocou na costa do Brasil, porventura já visitada pelos portugueses. Cabral estabeleceu em Calicut uma feitoria. Como fôsse hostilizado pelos mouros, bombardeou a cidade e seguiu para Cananor e Cochim, onde foi bem recebido, porque os soberanos destas cidades suportavam mal o domínio do de Calicut. Comprados carregamentos de produtos asiáticos e estabelecidas feitorias nas duas cidades, Cabral regressou ao reino. Em 1501, Gaspar Côrte Real chega à Terra Nova, tendo percorrido tôda a costa do Labrador. Parte, depois, novamente para aquelas paragens, e como deixo de haver notícias suas, vai em sua demanda seu irmão Miguel Côrte Real, de quem igualmente se não volta a saber. No mesmo ano, João da Nova, comandando quatro naus que iam de vela para a Índia, descobre a ilha da Ascensão, no Atlântico, e uma outra no Índico, a que deu o seu nome. Em 1502, descobre a ilha de Santa Helena. Nêsse mesmo ano, Vasco da Gama volta à Índia, com o fim de assegurar nela o domínio português. Pratica então uma série de crueldades, de roubos e de carnificinas que, ao depois, foram largamente imitados

e que muito deslustraram os grandes feitos dos portugueses no Oriente. Depois de, na derrota, meter no fundo uma nau que seguia, pacificamente, para Meca, carregada de mercadorias e passageiros, toca em Sofala, Moçambique, Quíloa, Melinde e Cananor, seguindo para Calicut, em cujas águas manda enforcar algumas dezenas de malabares. Bombardeia, depois, todo o litoral, aprôa em Cochim, donde regressa a Portugal. Na Índia, confiada a seu tio Vicente Sodré, fica uma parte da armada. A acção exercida por êsse capitão foi completamente desastrosa. Não só desprezou a defesa da costa do Malabar, como se entregou à pirataria, saqueando as naus mouriscas que encontrava. Num desses feitos, veio a naufragar, perto do Cabo Gardafui, onde morreu com o irmão Braz Sodré.

Em 1506, João Homem descobre as ilhas de Santa Maria da Graça, S. Jorge e S. João. No mesmo ano, Rui Coutinho e Fernando Soares tocam em Madagascar.

Em 1505, fôra nomeado governador da Índia D. Francisco de Almeida, que se notabilizou pelos seus feitos de guerra e pelo respeito que soube inspirar aos índios. Conquistou Mombaça e venceu uma esquadra turca em Calicut. Como lhe tivessem morto, em combate, seu filho D. Lourenço, correu os mares, sedento de vingança, bombardeando as povoações costeiras, arrasando Dabul e praticando as mais cruentas atrocidades.

D. Francisco de Almeida concebera o plano, que era, decerto, o mais sensato, de que Portugal mantivesse apenas o domínio dos mares, por meio de fortes esquadras, mantendo em terra apenas alguns pontos de apoio e feitorias comerciais. Com a vigilância das naus portuguesas, o tráfico marítimo indígena ficaria garantido, mas estaria sujeito ao pagamento de um tributo de circulação, por meio de cartazes ou passaportes.

Tendo sido incumbido, juntamente com Duarte Pacheco, de acudir ao rei de Cochim, desapossado dos seus estados pelo rei de Calicut, Afonso de Albuquerque, depois de ter cumprido a sua missão, fundou a fortaleza de Cochim, cuja defesa confiou ao seu companheiro, e regressou a Portugal. Duarte Pacheco, com um minguido número de soldados, infligiu aos adversários continuas e sangrentas derrotas, sendo sobretudo notável o combate de Cambalan. Recompensado pelos seus feitos com o govêrno de S. Jorge da Mina, dele foi desapos-

sado em virtude de falsas acusações, voltando prêso para a sua pátria, onde foi restituido à liberdade.

Em substituição de D. Francisco de Almeida, que fôra morto pelos cafres no Cabo da Boa Esperança, foi nomeado governador da Índia Afonso de Albuquerque, o qual, contrariamente ao que pretendia o seu antecessor, resolveu fundar um grande império no Oriente. Para o conseguir tomou a cidade de Gôa e, depois, Malaca e Ormuz, pontos estratégicos de primeira ordem para a defesa dos nossos interesses políticos e económicos. Consolidadas as três conquistas, Afonso de Albuquerque dirigiu-se a Áden, nos princípios de 1515, no intento de a conquistar. A resistência desesperada que lhe opuseram os árabes fê-lo desistir do seu propósito. Percorreu, então, o Mar Vermelho, espalhando o terror pelas costas da Abissínia e da Arábia, chegando até Suéz. No regresso, tornou-se senhor absoluto da opulenta cidade de Ormuz.

O govêrno de Afonso de Albuquerque realiza por completo o seu grande pensamento de formar no Oriente um vasto império. O nome português cobre-se de prestígio e de grandeza, os actos de energia e de rectidão praticados por Albuquerque impõem-se aos próprios adversários e enchem-nos de assombro e de respeito.

D. Manuel, como já fizera a outros dos seus grandes servidores, recompensou com a mais completa ingratidão os feitos relevantes do ínclito capitão, mandando-o substituir, no govêrno da Índia, por Lopo Soares de Albergaria. Albuquerque recebeu a noticia a bordo da nau Flôr da Índia, que navegava para Gôa. Faleceu a 16 de Agôsto de 1516, ao entrar a barra da cidade que êle tão brilhantemente tornara a capital do grande império português da Índia.

As conquistas da Índia levaram D. Manuel a pensar na conquista do norte de África. Organizou-se, para êsse efeito, uma esquadra de quatrocentas velas, com dezoito mil combatentes, e cujo comando foi confiado ao duque de Bragança, D. Jaime. Em 3 de Setembro, os portugueses tomavam posse de Azamor, e, em seguida de Almedina, Çafim e outras praças africanas.

Fernão de Magalhães, que se batera valentemente na Índia e na África, requerera, ao voltar a Portugal, que, em paga dos serviços prestados, lhe fôsse dado aumento de moradia. Negaram-lho, tendo-o a côrte recebido mal e havendo sido tratado com certo menosprêzo. Desgostoso com essas provas de ingratidão, naturalizou-se castelhano e ofereceu a Carlos V

os seus serviços, propondo-lhe encontrar uma passagem para a Índia, pelo sul da América. Aceito o oferecimento, Fernão de Magalhães empreende a projectada viagem, partindo de S. Lúcar de Barrameda, na foz do Guadalquivir, em 17 de Setembro de 1519. Fazendo-se de vela para occidente, arriba às Canárias, donde se dirige para as costas do Brasil. Na altura do rio de S. Julião, teve de sufocar uma revolta promovida pelos capitães dos navios. Prosseguindo, depois, para o sul, descobriu a Terra do Fogo e, atravessando o estreito a que se chamou de Magalhães, entrou no oceano que designou pelo nome de Pacífico. Seguindo a sua derrota, passou o Equador, descobriu o arquipélago dos Ladrões (1) e as ilhas Filipinas. Foi nestas últimas ilhas que, num combate com os indígenas, encontrou a morte. A viagem foi continuada pelo seu immediato, Sebastião del Cano que, depois de aportar às Molucas, Bornéu e Sonda, atravessou o Índico e o Atlântico e regressou à Espanha, entrando em S. Lúcar em 7 de Setembro de 1522. Durara, portanto, três annos a longa e tormentosa viagem. Dos navios que haviam seguido para a arriscada travessia, apenas um voltava trazendo os catorze sobreviventes da numerosa tripulação embarcada em 1519. Realizara-se, assim, a primeira viagem de circunnavegação que se fez no mundo, e coubera a um portuguez a glória de a ter encetado.

Aos descobrimentos do reinado de D. Manuel devem juntar-se, ainda, os da ilha de Tristão da Cunha, descoberta pelo navegador do mesmo nome, em 1508, e o das ilhas Mascarenhas, feito por Pedro de Mascarenhas, em 1512 ou 1513.

No reinado de D. João III, fecha-se o ciclo dos descobrimentos marítimos, chegando os portuguezes à China e ao Japão. No primeiro destes paizes funda-se a colónia de Macau, cedida aos portuguezes em recompensa de terem liberto as costas da China dos piratas que a infestavam (1557).

Entretanto, na Índia, a dissolução dos costumes, os erros, ambições e desmandos dos governadores eram constantes e contribuíam para o descrédito e desprestígio do nome portuguez, fazendo prevêr a próxima derrocada do nosso império colonial.

(1) — Depois chamado das Marianas. Tem 114 km.2 e é formado por 15 ilhas vulcánicas, dispottsas em arco de círculo, sendo Guam a maior de todas e a única que não se encontra sob mandato do Japão.

Com o fim de pôr cõbro às irregularidades que se davam no govêrno da Índia, foi enviado Vasco da Gama, o qual soube impôr a sua autoridade e evitar os abusos e desregramentos que se praticavam. Foi, porém, muito curto o seu govêrno, pois morria três meses depois de o ter encetado. Sucederam-lhe, no espaço que decorre de 1524 até à morte de D. João III, em 1557, doze governadores. De entre êles, destacam-se apenas Nuno da Cunha, que se manteve dez anos no seu pôsto e soube governar com prudência e energia, fundando as fortalezas de Diu, Chaúl e Baçaim, e D. João de Castro, cujo govêrno foi modelarmente austero, mantendo, pelo seu valor e probidade, o prestígio antigo de Portugal.

No princípio do govêrno de Nuno da Cunha, a fortaleza de Diu estava cercada por terra e por mar. Defendia-a António da Silveira, que, com um reduzido número de portugueses, conseguiu repelir, durante meses, os sucessivos ataques que contra ela oíram dirigidos, sem que conseguissem esmorecer os seus heróicos defensores. Quando D. Nuno da Cunha chegou com o ansiado socorro, já os sitiantees se tinham retirado completamente desorientados com o insucesso das suas investidas. A fortaleza estava reduzida a um montão de ruínas, onde se mantinha, ainda, um punhado de defensores completamente extenuados; a população da cidade fôra igualmente dizimada pela peste, pela fome e pela sêde. Durante o govêrno de D. João de Castro, deu-se o segundo cêrco de Diu. Foi ainda mais apertado que o primeiro. A cidade foi cercada por um exêrcito de oito mil soldados, dois mil mongóis e sessenta peças de artilharia. Defendeu-a heróicamente D. João de Mascarenhas. A praça foi sucessivamente socorrida por D. Fernando, filho de D. João de Castro, que nela morreu, por D. Álvaro de Castro, por Vasco da Cunha e pelo próprio D. João de Castro. Foram extraordinários os prodígios de valor e de audácia praticados pelos portugueses. Por fim, foi levantado o cêrco, deixando os sitiantees, na fuga precipitada que tiveram de realizar, riquíssimos despojos.

No segundo cêrco de Diu, tiveram parte importante na defesa da cidade as mulheres portuguesas, combatendo junto dos soldados, animando-os e incitando-os e praticando verdadeiros actos de abnegação e heroísmo. Também se tornaram ãignas de reconhecimento as mulheres de Chaúl, que ofereceram as suas jóias a D. João de Castro, para serem vendidas para a ajuda do custeio da guerra.

Leituras: A passagem do Bojador

—E não ousaste ainda Gil Eanes?—dizia o infante. Pois sois denodado e audacioso que eu bem sei! Mas que tem esse cabo «Bojador» que tal susto vos infunde a todos, assim que o divisais ao longe?...

—Senhor, redarguiu Gil Eanes, dizem que para aqueles lados a terra é mais baixa que o mar, que o sol queima as praias-escalvadas, e que as correntes impetuosas arrastam com irresistível força os navios para as terríveis paragens onde a morte é certa...

—Não cingis uma espada, Gil Eanes?—preguntou o infante.

—De que serve a espada, Senhor, contra inimigos infernais?... Os mareantes afirmam que no cabo Bojador alevantou ignota mão está tuas que probem aos homens a passagem.

—E quem as viu, tornou D. Henrique meio impaciente?—Ninguém...

—Mas, senhor, não será tentar a Deus perseverar numa empresa diante da qual... todos têm recuado?

—Não, meu amigo, tornou o infante com ardor, não porque as nossas intenções são puras e santas. O que desejamos nós? Alargar o domínio do cristianismo, propagar a fé até aos confins do mundo... E hei-de realizar o meu sonho. Lançar-me-ei sósinho com um piloto no primeiro batel que se me deparar... Talvez então me sigam os que hoje tremem...

—Não será assim, senhor—bradou Gil Eanes exaltado.—Não precisareis de tal. Aqui vos juro em presença do oceano que demandarei o cabo Bojador, e que só voltarei a Portugal depois de o ter dobrado, e ainda que todos os demónios do inferno estejam apostados a impedir-me a passagem...

E lá vai a frágil barca, sulcando as ondas do mar africano; já lhe fica pela pópa o cabo. Não... Os marinheiros contemplavam com terror esse fenómeno, cuja causa é desconhecida ainda hoje, de todos os navegantes; para o sul do cabo Não, a muita areia soprada pelo vento do deserto, avermelha as águas do oceano e torna-as espessas, mas os marinheiros de Gil Eanes julgavam que era um prenúncio da aproximação do *Mar Tenebroso*. De repente levantaram-se todos, exclamando: Jesus! O navio corria com uma velocidade pasmosa...

Animo, meus bravos companheiros!—exclamou Gil Eanes. Deus é connosco. Todos a postos...

De súbito, divisa-se ao longe uma língua de terra que entra a grande distância pelo mar dentro; as ondas referem num vórtice medonho, ouve-se o estampido do oceano quebrado com fúria nos rochedos... O Bojador! O Bojador!—exclamam todos pávidos, caindo de joelhos... Reina o silencio na embarcação... Gil Eanes descobre-se vagarosamente. Senhor! diz ele com voz grave; é só para mais longe plantarmos a árvore da cruz, que ousamos devassar os mistérios do oceano. Se vos agrada a nossa tentativa, protegei-nos, Senhor! Mas, se involuntariamente vos ofendemos, acolhei-nos na vossa misericórdia, Deus Omnipotente!

—Misericórdia, Senhor! bradou a companhia.

Um último impulso do leme quebrara o velho encanto. Estava dobrado o cabo Bojador. Todos se ergueram, soltando um grito de entu-

siasmo... Estava praticada a grande façanha, não pelo que ela em si valia, mas pelas conseqüências que viria a ter...

De volta a Portugal, Gil Eanes era recebido nos braços do infante.

— Senhor, disse êle, a minha promessa está cumprida... Para prova aqui vos trago estas rosas de Santa Maria colhidas ao sul do Bojador.

(*Pinheiro Chagas — «Arquivo Pitoresco»*)

Leituras: A primeira viagem à Índia

D. João II tinha mandado preparar uma armada para seguir o caminho em grande parte descoberto por Bartolomeu Dias e noutra parte reconhecido por Pero da Covilhã. Ao seu sucessor, D. Manuel, coube pôr em prática este pensamento. Encarregou-se do comando dessa armada um fidalgo, chamado Vasco da Gama, o qual partiu de Lisboa em Julho de 1497. Eram três os navios, além de uma nau com mantimentos. Os outros dois capitães eram Paulo da Gama, irmão de Vasco, e Nicolau Coelho. E entre outros portugueses que tomaram parte nesta expedição, é justo não esquecermos o piloto Pero de Alemquer, que já tinha sido companheiro de Bartolomeu Dias na sua espantosa viagem.

Vasco da Gama, seguindo as instruções dadas por este ultimo navegador, fez-se com a armada mais a oeste, e voltando depois para leste, veio encontrar a costa ocidental da Africa numa baía que chamou de Santa Helena, onde teve uma briga com os negros. Dias depois conseguiu dobrar o Cabo da Boa Esperança. Demorou-se numa angra, á qual deu o nome de S. Braz, e aí queimou a nau dos mantimentos. Depois de sofrerem medonhas tempestades, os portugueses entraram num rio, que foi baptisado de rio do Cobre, já na costa oriental da Africa. Noutro rio mais adiante, tiveram êles as primeiras notícias da Índia, e por isso lhe chamaram rio dos Bons Sinais (hoje Quelimane). Aí se concertaram os navios, e aí se desenvolveu entre os portugueses o escorbuto, terrível doença causada pelos maus alimentos.

Em Moçambique, tiveram de combater os naturais que lhes faziam guerra. A mesma inimidade encontraram em Mombaça, terra de moiros, aonde um piloto moiro os conduziu para os atraçoar. Mas mais adiante, em Melinde, foram muito bem recebidos, e aí contrataram um piloto fiel que os levasse ao termo da viagem. Atravessaram, com efeito, o mar das Indias, e quasi um mês depois, aportaram a Calicut, cidade importante da Índia, para cujo rei Vasco da Gama era portador de uma carta do rei de Portugal.

Nessa cidade teve êle ainda de lutar contra a má vontade dos moiros. Mas, vendo que não dispunha de força bastante para se impôr, voltou a Portugal, aonde chegou finalmente, depois de muitas contrariedades. Tamanhas foram elas que de cento e sessenta homens, que tinham partido, apenas sessenta e sete tornaram a ver a sua terra. E entre os mortos contou-se o próprio irmão de Vasco da Gama.

Foi esta, como vimos, a primeira viagem que se fez por mar até á Índia. Basta isso para se considerar um dos feitos mais notáveis da história do mundo.

D. Manuel celebrou-a, dando valiosas recompensas ao capitão-mór,

e, em memória dela, mandou construir o convento dos Jerónimos, que é um dos edifícios mais notáveis de Portugal.

Todas as nações receberam a notícia com grande alegria e admiração pelo valor dos portugueses.

Em 1898, fazendo quatro séculos que a armada de Vasco da Gama aportára á Índia, realizaram-se, por êsse motivo, brilhantes festejos em Portugal, e especialmente em Lisboa, aos quais se associaram muitas corporações estrangeiras.

Henrique Lopes de Mendonça

Leituras: A sociedade portuguesa depois dos grandes descobrimentos

D. João II subjugara a nobreza com o auxilio do povo, mas a vitória dera bastante força á realza para a seu turno submeter o povo também. Foi o que sucedeu. A reforma dos forais, mandada empreender por D. Manuel a pretexto de os tornar mais claros, quasi que de todo anulou as liberdades dos municípios; o estabelecimento dos juizes de fora destruiu o prestigio das justiças locais. As côrtes foram quando tôda a força, e, se não fôsse a voz de Tito Moniz, deixariam em 1580 passar o reino para mãos estranhas sem ao menos protestarem.

O despotismo monárquico radicava-se; a par dêle fortalecera-se o despotismo religioso, cujos dois principais agentes eram a Inquisição e a Companhia de Jesus.

As descobertas, as conquistas tinham enriquecido os portugueses e empodrecido o país. As guerras tiveram braços sem conto á agricultura e á indústria, a viosidade ao mesmo tempo campeava no cimo, Lisboa estava atulhada de escravos. A desmoraliz(ação não era pequena. As artes desenvolviam-se muito, é certo, Belém, Tomár, Santa Cruz de Coimbra, etc., atestam os primores architectónicos do tempo; historiadores como João de Barros, poetas como Camões honraram a literatura e a pátria, mas por baixo dêste bicho á superfície, o povo imergia-se na mais crassa ignorância. A grandeza de Portugal era tôda aparente; o pequeno reino não podia com tão espantoso desenvolvimento colonial. O mais leve impulso desmoronaria o edificio. O impulso deu-o Alcácer-Quivir. Seguiu-se-lhe depois o desmoronamento completo.

(Pinheiro Chagas — História de Portugal)

CAPITULO IV

A DOMINAÇÃO CASTELHANA

No reinado de D. João III, principia a decadência do nosso império colonial. A riqueza que afluía à metrópole, em vez de causar a nossa prosperidade, gerou ambições, amor pelo luxo e pela ociosidade. Na febre de adquirir riquezas e poderio, os caracteres abastardam-se, as consciências corrompem-se, sobem-nos à cabeça os fumos da Índia, vive-se num ambiente de corrupção e de vaidade. Na metrópole, produzem-se igualmente factos que mais contribuem para apressar a nossa ruína. A abundância de escravos aumenta a ociosidade da população. O desenvolvimento do comércio marítimo e o progresso das descobertas e das conquistas levam-nos o melhor da gente válida, paralizam a indústria e a agricultura e inutilizam o comércio. Por outro lado, a introdução da Companhia de Jesus e do Tribunal do Santo Offício desvirtuam o ensino e a educação e fanatizam a sociedade.

Nenhum dos filhos de D. João III lhe sobrevive, de modo que a corôa passa a seu neto D. Sebastião, espírito exaltado e fanático e com taras de verdadeiro louco. Desprezando os acertados conselhos dos homens experimentados, que o rodeiam, a sua loucura lança-o na aventureira jornada de África. O desastre de Alcácer-Quivir, fazendo desaparecer a flor da nobreza

de Portugal e aniquilando-nos todo um exército, coloca-nos à mercê de Castela. E esta, que encontrara nos homens de 1385 caracteres íntegros, vontades firmes, braços fortes e patriotas decididos, tem, agora, diante de si, homens venais e corruptos, vontades tibias, braços cansados e corações sem fé nos destinos da pátria.

Chefe supremo da Inquisição, velho e doente, o cardial D. Henrique não soube nem quis preparar a resistência às conhecidas ambições do rei de Castela. Da fraqueza do rei e dos seus dirigentes, da venalidade dos nobres e do clero e da ignorância e miséria do povo se aproveitou o astuto monarca castelhano, Filipe II, enviando a Portugal, como seu embaixador, D. Cristóvão de Moura, fidalgo português aparentado com as principais famílias do país e que muito môço fôra para Madrid, na companhia da princesa D. Joana, mãe de D. Sebastião. E' êle que astuciosamente realiza a compra das consciências e que dispõe os ânimos a aceitar, como sucessor da coroa, o rei estrangeiro.

Eram muitos os pretendentes ao trono de Portugal, mas só entre dois se travou verdadeira luta — entre o prior do Crao, neto de D. Manuel, e o rei de Castela.

Cristóvão de Moura desenvolveu então uma actividade febril, já distribuindo cédulas representativas das importâncias a pagar, quando o rei de Castela estivesse na posse dos rendimentos do reino, já fazendo promessas de futuras honrarias e benefícios. Não encontrou difficuldade alguma em colocar ao lado do seu amo a maior parte da nobreza e do clero. O próprio duque de Bragança, ao recusar o oferecimento que lhe foi feito da posse e título de rei do Algarve, não obedeceu aos seus sentimentos patrióticos, mas a esperança de vir a cingir êle próprio a coroa, dada a protecção que lhe dispensavam o cardial D. Henrique e a Companhia de Jesus. D. Henrique teve ainda a veleidade de querer contrair casamento. O expediente fôra sugerido pela Companhia de Jesus, de combinação com a rainha D. Catarina. Filipe II, informado da intenção do Cardial, tratou logo de impedir o consentimento do Papa. Ao mesmo tempo, fez sentir a D. Henrique que semelhante acto seria prejudicial ao decôro da Igreja. D. Henrique insistiu na sua ideia e apresentou-a ao Conselho de Estado, reunido em 31 de Janeiro de 1579. Foi então que D. Filipe, por instigação de Cristóvão de Moura, tratou de organizar o exército invasor, ordenando, também,

que as galés da Itália viessem reunir-se às que já estavam fundeadas nos portos da Andaluzia.

Em face dos preparativos do rei de Castela, o Cardial fez convocar as côrtes em Lisboa, as quais tomaram, entre outras resoluções, a de declarar o Cardial juiz no pleito da sucessão, devendo a sentença publicar-se sòmente depois da sua morte, e no caso de não se realizar o projectado casamento ou do mesmo ser estéril. Resolveu-se igualmente que, no caso da morte do Cardial, antes de dada a sentença, o pleito fôsse decidido por onze juizes escolhidos entre vinte e quatro nomes apresentados pelas côrtes. Devia, também, apresentar outra lista de quinze nomes, dos quais o rei escolheria cinco para governadores do reino.

A doença do Cardial agravou-se, porém, pelo que resolveu nomear os cinco governadores do reino, que foram o arcebispo de Lisboa, D. João de Mascarenhas, D. Jorge de Almeida, Francisco de Sá e D. João Telo de Meneses.

O seu velho ódio ao prior do Crato recrudesceu, ao saber que o papa avocara a sentença que o declarava filho ilegítimo. Confiscou-lhe os bens, demitiu-o de tôdas as honras, cargos e dignidades, e banio-o do reino. A essas violências associou-se o rei de Castela, procurando prender o prior do Crato. Estas perseguições muito contribuíram para aumentar a popularidade de que o prior gozava.

Reuniram-se, então, novamente, as côrtes em Almeirim (1579) e aí o cardial-rei manifestou-se abertamente a favor do rei de Castela, mas as côrtes, inspiradas pela enérgica eloquência com que Febo Moniz atacou a proposta, repeliram-na enérgicamente.

A morte do cardial avizinhou-se. As côrtes não lhe obedeciam e D. António não abandonara Almeirim. Em volta do palácio, que o cardial, apavorado, cercara de forças militares, tumultuava a multidão, insultando-o com trovas picarescas.

Em 31 de Janeiro de 1580, o cardial, que entregara já a administração aos governadores, expirava, por entre as imprecações do povo.

Os governadores que, com excepção de Telo de Meneses, estavam vendidos ao rei de Castela, não se atreviam, contudo, a reconhecer a realza de D. Filipe. O duque de Bragança fazia ver aos juizes encarregados de resolver o pleito da sucessão que faria valer os seus direitos, caso elles os desrespeitassem.

Foi então que o rei de Castela deliberou invadir Portugal. Em 21 de Maio encontrava-se em Badajoz, com o duque de Alba, encarregado do comando das tropas, e, em 13 de Junho, era-lhes passada pelo rei uma revista solene, no campo de Cantilena, uma légua distante daquela cidade.

Ao saber-se que o exército espanhol havia entrado em Portugal, Santarém e outras terras do país levantaram-se contra os invasores, aclamando D. António rei de Portugal. D. António partiu, então, para Lisboa, que o recebeu com entusiasmo. Seguiu, depois, para Setúbal, que o conde de Vimioso sublevara, tendo os governadores e Cristóvão de Moura, que nela se encontravam, fugido para Castro Marim e, em seguida, para Aiamonte.

Uma parte do exército castelhano, comandado por Sancho de Ávila, entrava de surpresa em Vila Viçosa, e o duque de Alba, passando a fronteira no dia 27 de Junho, tomava Extremoz, Alcácer do Sal, Évora-Monte, Montemor-o-Novo, e, poucos dias depois, estava à vista de Setúbal.

Entretanto, o marquês de Santana tomava todos os portos do Algarve e vinha pôr cerco a Setúbal, que resistia valentemente aos ataques do duque de Alba. Por fim, Setúbal e Palmela, fortemente bloqueadas, renderam-se.

Seguidamente, o duque meteu-se a bordo da esquadra e foi desembarcar em Cascais, donde partiu para Lisboa. Junto às portas de Alcântara, encontrou-se com as tropas irregulares do Prior do Crato, que derrotou sem dificuldade alguma, entrando, depois, triunfalmente, na capital e aclamando rei D. Filipe.

D. António conseguiu fugir para Santarém e, desta cidade, para as províncias do norte, onde, depois de se ter assenhoreado de Coimbra e Aveiro, se fortaleceu no Pôrto. Desta cidade o desalojou D. Sancho de Ávila, enviado em sua perseguição. Sem recursos, sem soldados, com a cabeça posta a prêmio, o prior do Crato errou por várias terras do Minho, passando as maiores inclemências, até que um navio enviado por Henrique III de França o levou para Calais.

A 9 de Setembro de 1580, D. Filipe entrava em Elvas, onde se demorou dois meses e onde recebeu os cumprimentos dos novos súbditos, sendo o duque de Bragança um dos primeiros que lhos foi apresentar. A 16 de Março, entrou em Tomar, onde, a par dos primeiros suplícios e confiscos, distribuiu as primeiras recompensas aos que tão indecorosamente o haviam apoiado.

Jurado rei a 19 de Abril, pelas côrtes de Tomar, nelas prometeu respeitar os foros, isenções e privilégios de Portugal e dar-lhe sempre para governador um portuguez ou um membro da familia real.

Os Açôres, que não haviam reconhecido o rei castelhano, puseram-se ao lado do Prior do Crato. Filipe II tentou fazer com que os açoreanos pacificamente o reconhecessem rei, enviando-lhe dois emissários com poderes para amnistiar os revoltosos. Como não dêsse resultado a negociação, foi enviada às ilhas uma esquadra de dez navios, com tropas de desembarque, e sob o comando de Pedro Valdez. Os terceirenses, porém não se amedrontaram, deixaram-nos desembarcar e inflingiram-lhes uma tremenda derrota.

Em 22 de Janeiro de 1583 partiu de Belle-Isle uma armada comandada pelo almirante Filipe Strozzi, com cinco mil homens de desembarque e levando a bordo D. António, o conde de Vimioso e alguns outros fidalgos portuguezes exilados. A esquadra fundeou em S. Miguel no dia 16 de Julho. Não tardou que surgisse em sua perseguição uma esquadra espanhola comandada pelo marquês de Santa Cruz, tendo-a encontrado na madrugada do dia 25 nas alturas de Vila Franca do Campo. A armada de D. António foi completamente destruída, tendo morrido no combate o almirante Strozzi e o Conde de Vimioso. O vencedor procedeu então com a crueldade de um verdadeiro sanguinário. Os prisioneiros nobres fôrão todos decapitados e os soldados e marinheiros enforcados. D. Antonio, que desembarcara na vespera, seguiu para Angra, e depois para França onde conseguiu organizar uma outra expedição que se dirigiu novamente aos Açôres. Mais uma vêz o Marquês de Santa Cruz é enviado a combater o Prior do Crato. A sua esquadra surge em S. Sebastião no dia 24 de Julho, desembarca as tropas e entra em Angra, que põe a saque. Pouco depois tôdas as ilhas se rendiam ao almirante espanhol. O Prior do Crato conseguira ainda escapar-se e embarcar para Inglaterra.

Em 1589 Filipe I organizára a chamada Armada Invençivel, que se destinava à conquista da Inglaterra. Na altura do Canal de Inglaterra foi a esquadra acometida por um grande temporal tendo sido arrojado à costa um grande número de navios e tendo a quasi totalidade dos restantes sido desruída pelo almirante inglêz Drake.

Cedendo às instâncias de D. Antonio, a rainha de Inglaterra, D. Isabel Tudor, que conservara na lembrança essa afronta feita ao seu país pelos espanhóis, enviou para Lisboa

uma esquadra comandada por John Norris e Drake, à qual se juntou a esquadilha do conde de Essex. O Prior do Crato vinha a bordo de uma das náus. A 16 de Maio a esquadra fundeou em Peniche. Desembarcados os ingleses foi o castelo tomado e D. António entrou na vila. Os invasores seguiram depois a caminho de Lisboa. Tentado o assalto, foram completamente repellidos. Ao mesmo tempo o almirante Drake procurava, baldadamente, forçar a barra do Tejo defendida pelo marquês Santa Cruz. Reconhecida a impossibilidade de vencerem, os invasores retiraram-se para Cascais, donde regressaram a Inglaterra.

Foi esta a última tentativa do Prior do Crato para libertar Portugal do jugo castelhano. O infeliz e nobre patriota veio a morrer em Paris na maior miséria e completamente esquecido daqueles que tão esforçadamente procurara libertar do domínio estrangeiro.

Os sessenta anos de cativo que os portugueses tiveram de suportar foram dos mais dolorosos da nossa história. Durante eles sofreu Portugal toda a sorte de vexames e opressões, tendo sido obrigado a pagar pesadíssimos impostos e tendo perdido todas as suas isenções e regalias. A má administração dos castelhanos fez-se sentir em todos os ramos da nossa actividade. A indústria, a agricultura e o comércio definharam quasi por completo. O povo caiu no maior embrutecimento e miséria.

Na política firmou-se e fortaleceu-se o poder absoluto dos reis e aumentaram as intromissões e abusos do clero. A classe popular deixou de ter qualquer interferência nos negócios públicos.

O nosso património colonial, passou a pouco e pouco, para o domínio das nações que andavam em luta com a Espanha.

No reinado de Filipe I o nosso poder colonial mantém-se íntegro. Os governadores da Índia e da África sustentam bravamente as nossas gloriosas tradições e resistem com denodo e heroicidade a todos os ataques inimigos. D. Francisco de Mascarenhas combate vitoriosamente os potentados indianos, D. Duarte de Menezes liberta Malaca de um apertado cerco que lhe foi posto. Paulo de Lima conquista Jor. D. Francisco da Gama toma Ceilão. Martim Afonso de Melo arrasa Mombaça. Paulo Dias de Novais conquista o reino de Angola. No Brasil, porém, somos compelidos a abandonar vários territórios e a

defender-nos constantemente dos ataques dos estrangeiros e da hostilidade dos indigenas.

No reinado de Filipe II mantêm-se, embora com dificuldade, o nosso domínio na Índia. Os holandeses, que já tinham tentado arrebatá-los Malaca, as Molucas e Moçambique, são batidos por André Furtado de Mendonça e Estevam de Ataíde. No Brasil intensifica-se a luta contra os franceses e nela se distingue o valoroso capitão Mem de Sá. Foi no reinado de Filipe II que os portugueses descobriram a Austrália e que o padre Bento de Gois, disfarçado em arménio, realizou uma grande viagem através da Asia Central. Foi também neste reinado que Salvador Ribeiro de Sousa praticou tão grandes façanhas na Indo-China, que os habitantes do Pegu o elegeram rei.

No reinado de Filipe III deu-se a nossa derrocada colonial. Na Índia perdemos Ormuz; na África foi-nos arrebatada Mombaça e S. Jorge da Mina; na Malásia, as Molucas; no Brasil, Olinda e Pernambuco.

Leituras: A revolução do 1.º de Dezembro de 1640

O dia 1.º de Dezembro amanheceu puro e alegre. Tomando por feliz augúrio a serenidade do céu, os conjurados caminhavam de partes diversas e de lugares mais ou menos distantes; era preciso juntar gente de bairros diferentes, avisar uns e disfarçar a saída de outros; e, a-pesar-disso e da variedade dos relógios, meia hora antes ocupavam todos os seus postos; e chegavam tão desassombrados que João Pinto, perguntando-lhe um dos da sua companhia «*Aonde iam?*» respondeu, sorrindo-se: *Não se altere. Chegamos ali abaixo à sala real, e é um instante enquanto tiramos um rei e pômos outros*. As senhoras não estentaram menos valor. D. Filipa de Vilhena, na madrugada dêsse mesmo dia, escondendo debaixo de um sorriso as lágrimas que lhe queimavam os olhos, cingiu ela mesma a espada aos seus dois filhos. D. Jerônimo de Ataíde e D. Francisco Coutinho, ordenando-lhes que não pensassem na sorte dela, mas na sorte de Portugal, que o morrer pela pátria quando esta gemia oprimida, era ainda mais belo do que viver para sua mãe.

D. Mariana de Lencastre praticou o mesmo, e com ânimo varonil abençoou seus filhos Fernão Teles e António Teles.

Nenhum dos que havia dado palavra de aparecer se arrependeu... Bateram, finalmente, as nove horas. De súbito abrem-se as portinholas dos coches quasi a um tempo, e saltam por elas os fidalgos arrebatadamente. Seguem-nos de perto os outros conjurados e sobem de tropel as escadas do paço... Alguns fidalgos e populares, convocados pelo padre Nicolau da Maia, aguardam impacientes que um tiro de pistola, disparado do palácio, lhes dê o sinal de travarem também a luta... Os conjurados entretanto, precedidos por D. Miguel de Almeida, por Luís de Melo e por João de Saldanha de Sousa, investem na sala dos

tudescos, colhendo-os suspensos e atônitos... O maior número dos arceiros recua e dispersa-se, enquanto os mais esforçados ainda cobrem com o peito a comunicação interior para o forte. A fúria de Pedro de Mendonça e de Tomé de Sousa depressa os arranca dali, vencendo a resistência. Na defesa dos quartos particulares da duquesa de Mântua a refrega foi mais renhida... mas um criado do duque de Bragança e os seus dispersaram tudo o que se lhes opunha, caindo morto um tudesco e ferido outro. Discorrendo duma para outra parte com a espada na mão, D. Miguel de Almeida atravessou invulnerável por entre a fúria e o ruído das armas, e, correndo às varandas do palácio, bradou com a voz sufocada de comoção: E «Liberdade! Liberdade! Viva El-rei D. João IV! O duque de Bragança é nosso legítimo rei! O céu restitui-lhe a coroa para que o reino ressuscite!»

Leituras: A sociedade portuguesa após a Restauração

Um instante parecera que o entusiasmo pela independência fizera despertar no ânimo do povo o sentimento liberal e as côrtes de 1641 lembravam de novo as altivas côrtes da idade média. Foi apenas uma ficção, não tardou a recair tudo no silêncio gelado que o despotismo impôs. A coroa passou de D. Afonso VI para D. Pedro II por uma simples intriga de palácio, que as côrtes humildemente sancionaram. D. Pedro II depois, vendo que em 1679 começavam a querer murmurar algumas representações, dissolveu-as e nunca mais as reuniu senão para fazer jurar príncipe herdeiro seu filho D. João. No tempo de D. João V nem para isso se convocaram nem se julgaram necessárias para lançar tributos novos. Nunca mais se tornaram a reunir côrtes até 1820. E no reino, onde o povo se arrastava no seio da miséria, do embrutecimento e do fanatismo, onde uma côrte frívola, devassa e beata, insultava a miséria popular com a sua sumptuosidade, onde a instrução pública estava paralisada nas mãos dos jesuítas, onde os cristãos novos, que constituíam a parte mais esclarecida talvez da nação, fugiam para o estrangeiro com medo do Santo Officio; no reino decadente e pobre havia uma grande sombra, cortada pelas chamas dos autos de fé.

(Pinheiro Chagas—História de Portugal)

CAPITULO V

RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

Os sessenta anos de dominação castelhana foram para Portugal a época mais dolorosa da sua história.

Sujeitos aos maiores vexames e prepotências, sobrecarregados de impostos que só beneficiavam a Espanha, suprimidas tôdas as liberdades públicas, saqueado e conquistado pelos inimigos dos castelhanos todo o nosso património colonial, e completada a nossa ruína económica e social todos os corações portugueses ansiavam por que chegasse breve a hora da libertação dêsse pesado jugo estrangeiro.

Como vimos, já, nos reinados de Filipe II e Filipe III, a política de respeito pelos nossos fóros e isenções, que nos havia sido solenemente prometida nas côrtes de Tomar, foi por completo posta de parte. O duque de Lerma e o conde-duque de Olivares, válidos omnipotentes daqueles dois soberanos, entenderam preferível inaugurar uma política de domínio e de absorção completa do nosso país. Por isso trataram de substituir no govêrno do país os fidalgos portugueses por fidalgos estrangeiros, e usaram dum regime de administração interna absolutamente prejudicial a tôda a nossa actividade política e social.

Com o fim de enfraquecer os diferentes reinos que cons-

tituíam a monarquia espanhola, o conde-duque de Olivares sobrecarrega-os de pesadíssimos impostos e concebe o projecto de concentrar na Estremadura espanhola um numeroso e forte exército que de pronto acuda a qualquer tentativa de rebelião.

Dêsse plano foi o nosso país o que mais suportou a dureza, mas foi também, o que mais se opôs aos intentos do ministro castelhano. Em 1628 rebentaram no Pôrto vários tumultos populares sendo apedrejado o ministro Francisco de Lucena, que fôra mandado áquella cidade para proceder à distribuição e cobrança duma medida tributária. Em 1637 deu-se uma revolta em Evora, revolta que alastrou rapidamente pelo Alentejo, Algarve, Pôrto e várias terras do Minho. Esse movimento elegeu em Evora um governo popular, que decretou várias medidas assinadas por um tal Manuelinho de Evora (1), governor que dirigiu a cidade durante alguns menses. Essa revolta fracassou por completo por isso que não obedecia a um pensamento comum nem tinha uma direcção segura e superior. O exército castelhano que a veio sufocar, não encontrou nisso a menor difficuldade a-pesar-de a ter afogado em sangue.

Como conseqüência do aniquilamento dessa expansão da alma popular, o odioso ministro Olivares tornou ainda mais despótico e mais violento o domínio da Espanha.

Para conseguir os seus intentos, foram mandados seguir para Espanha os nobres que poderiam auxiliar qualquer nova tentativa de rebelião e fez alistar soldados portuguezes para irem combater na Flandres, Apoderou-se igualmente da esquadra portugueza e ordenou a D. António de Oquendo, almirante da esquadra espanhola, que seguisse para Lisboa. Esperava, assim, pela fôrça, conseguir a fusão definitiva e completa dos dois países.

Como receasse o poderio do duque de Bragança, e conhecesse o seu ânimo fraco e irresoluto, resolveu pôr à prova a sua lealdade para com o rei de Espanha, obrigando-o a declarar-se contrário ou a servi-lo. Para o conseguir entregou-lhe um lugar de confiança e em que teria de intervir contra

(1) — Nunca se chegou a saber quem fôsse este Manuelinho de Evora. Um historiadôr, Manuel Severim de Paria, ao tratar do assunto, apresenta a hipótese de que fôsse um tal Manuel Martins, irmão da Misericórdia de Evora, cujo nome figura assinado, sem designação do officio que exercia, no livro de eleições dos irmãos daquela confraria. De verdade sabe-se apenas que era um desequilibrado, absolutamente irresponsável, de cujo nome se serviram os revoltosos, dando-o como suposto chefe do movimento.

os portugueses, o cargo de governador das armas do reino. O duque aceitou, e foi até no desempenho dessa missão, que o duque de Bragança veio a Almada, onde alguns fidalgos portugueses baldadamente tentaram fazer com que elle aceitasse a direcção do movimento contra a Espanha e viesse a cingir a coroa real.

O plano de Olivares falhou, porém. Em 1640 o domínio espanhol na Europa começava a desmorronar-se por tôda a parte. A Holanda e a França atacavam em todos os campos o poderio e domínio castelhano. A esquadra espanhola que fôra mandada seguir para o Tejo, foi destruída pelos holandeses. A Catalunha, suprimidos os seus foros e regalias e sobrecarregada de violentos tributos, levantava o estandarte da rebelião.

Entretanto em Portugal, alguns fidalgos e patriotas portugueses, entre eles, D. Antonio de Mascarenhas, D. Antão de Almada, D. Miguel de Almeida, D. Francisco de Melo, Pedro de Mendonça, Sanches de Baena, João Pinto Ribeiro e Nicolau da Maia, organizavam, em Lisboa, uma conspiração contra o domínio espanhol.

No intuito de convencer o duque de Bragança a aceitar a corôa, organizaram-se várias caçadas em Vila Viçosa, caçadas em que tomavam parte muitos fidalgos que assim procuravam estar em contacto com o futuro monarca. O duque, porém, continuava a mostrar-se indeciso pelo que os conjurados estiveram a ponto de oferecer a corôa a D. Duarte, irmão do receoso fidalgo.

As contínuas idas de fidalgos a Vila Viçosa, puseram de sôbre-aviso o conde-duque de Olivares, que ordenou ao duque de Bragança e aos nobres portugueses que se dirigissem a Madrid a fim de acompanharem D. Filipe III às côrtes de Aragão. Ao mesmo tempo exigia que as tropas portuguesas fôsse enviadas a combater os catalães.

Não podiam, portanto, esperar mais tempo os conspiradores; perder aquella oportunidade era talvez fazer gorar o projectado movimento redentor. O próprio duque de Bragança vendo que havia o propósito de o afastar do reino resolve-se enfim, a aceitar a proposta dos conspiradores.

Obtidas as necessárias adesões dos dirigentes da classe popular, os conspiradores, que a princípio reuniam em Xabregas, e depois em Lisboa, no palácio de D. Antão de Almada, promoveram uma reunião conjunta, que se realizou no dia 25 de Novembro, no referido palácio, deliberando-se prestarem

todos o seu concurso, para a eclosão e defesa do movimento, que ficou apazado para o dia 1 de Dezembro.

Efectivamente na manhã do dia 1 de Dezembro de 1640, os conspiradores, afluindo de vários pontos da cidade, encaminharam-se para o Terreiro do Paço, desarmaram a guarda do palácio em que residia a duquesa de Mântua (1), regente do reino, penetraram nos seus aposentos e intimaram-na a entregar o governo. Encontrando escondido num armário, o secretário da duquesa, o renegado português Miguel de Vasconcelos, mataram-no e atiraram-no dum janela ao terreiro.

A sublevação de Lisboa seguiu-se a de toda a provincia, tendo-lhe dado a sua adesão a maior parte das cidades.

Entretanto haviam partido, para Vila Viçosa, como emissários dos revoltosos, Pedro de Mendonça e Jorge de Melo e anunciar ao duque a boa nova e a convidá-lo a assumir as suas funções.

A 6 de Dezembro entrava o duque de Bragança em Lisboa, recebendo-o a população com o mais vivo regosijo. No dia 15 era o duque solenemente coroado na Sé de Lisboa.

Tais foram os sucessos que libertaram Portugal do seu longo e pesado captivo. Uma nova dinastia ia começar nêsse glorioso dia 1 de Dezembro e com ela um novo periodo que marca na nossa história uma nova fase, a da sua restauração politica, social e económica.

(1) — A duquesa de Mântua, D. Margarida de Saboia, era neta de Filipe II, e fôra desapossada nessa época do seu ducado. Veio substituir em Portugal o conde de Basto, que pela segunda vez governava Portugal e que pedira a demissão dêsse cargo. A revolução triunfante ordenou-lhe que recolhesse ao palácio de Xabregas, em companhia do Conde Buzot, marquês de la Puebla e arcebispo de Braga. Mais tarde foi conduzida sob prisão para o convento de Santos.

CAPITULO VI

GUERRAS DA RESTAURAÇÃO

Aclamado D. João IV, foi necessário fazer reconhecer a nossa independência pelas diferentes nações da Europa. No desempenho dessa missão foram enviados embaixadores às diferentes côrtes, os quais se desempenharam hábilmente do encargo. Com excepção de Rôma, cujo papa Urbano III, por imposição de Filipe III, se obstinou em não reconhecer o rei de Portugal, tôdas as outras nações acolheram bem os nossos enviados e com eles trocaram tratados de amizade.

A Espanha, porém, não se resolvêra a aceitar os factos consumados e dêse logo resolveu servir-se de todos os meios para aniquilar a obra do dia 1 de Dezembro de 1640. Nesse sentido promoveu as conspirações que se deram em Portugal logo no comêço do reinado de D. João IV, e cujo estudo foi feito já, e utilizando-se ainda da fôrça para tentar recuperar o reino que havia perdido.

Inicia-se então a gloriosa campanha a que se deu o nome de Guerra da Restauração e que foi uma afirmação da nossa vitalidade e uma ressurreição das antigas virtudes e façanhas dos portugueses.

Essa guerra que terminou pela vitória completa das armas portuguesas, foi dirigida não só contra os espanhóis para sustentar a independência de Portugal, mas também contra os holandeses, para recuperar as colónias da África ocidental

(S. Tomé e Príncipe) e uma parte do Brasil, de que se tinham apoderado.

A guerra da restauração contra os espanhóis abrange dois períodos :

No 1.º período, que vai de 1641 a 1646, a guerra limita-se, de princípio, a simples escaramuças, na linha de Elvas a Olivença. Assim, D. Nuno de Mascarenhas incendeia o lugar de S. Tiago; Martim Afonso de Melo saqueia a Codiceira; D. Sancho Manuel toma o castelo de Elches; o conde de Óbidos toma Valverde e tenta atacar Badajoz. Entra-se, então, na fase importante do 1.º período. Matias de Albuquerque é investido no comando das tropas portuguesas do Alentejo e toma Alconchel, Figueira de Vargas, Vila Nova del Fresno e Cheles, e volta a acampar em Vila Viçosa, por ter chegado o inverno. Em 1641 e 1642 os espanhóis atacam Olivença que resiste heróicamente a todas as investidas. Em 1643 o Conde de Castelo Melhor toma Salvaterra do Minho. Em 1644 Matias de Albuquerque invade a Espanha e toma Montijo. Atacado no regresso ao Alentejo por um exército espanhol de 6.000 peões e 2.500 cavaleiros, trava-se uma batalha sangrenta em que os portugueses são obrigados a destroçar desordenadamente. Matias de Albuquerque, ajudado por D. João da Costa, comandante de artilharia, recompõe o exército e inflige aos espanhóis uma tremenda derrota, retomando-lhes as peças que haviam sido abandonadas, e pondo-os em completa debandada.

No mesmo ano, D. Luís Lopes de Haró, que substituiu Olivares no govêrno da Espanha, ordena um novo ataque pela fronteira de Elvas. As tropas espanholas em número superior a 17 mil homens, põem cerco áquela praça durante um mês sem resultado algum, sendo obrigados a retirar-se. Depois dêsse ataque até à data do falecimento de D. João IV, em 6 de Novembro de 1656, apenas se registam o combate de Arronches e a tomada de Oliva.

Com a morte de D. João IV começa o 2.º período da guerra da restauração, que vai de 1656 a 1659, e abrange o reinado de D. Afonso VI e regência do infante D. Pedro, ao depois rei. Em 1656, estando o exército português sob o comando do Conde de S. Lourenço, é o Alentejo invadido por numerosas fôrças do comando do duque de S. Germano, as quaes cercam Olivença. A praça defendida por Manuel de Saldanha capitula em 1657, tendo ainda os espanhóis no ano seguinte conquistado Mourão.

Em virtude desses desastres o Conde de S. Lourenço foi

substituído por Joane Mendes de Vasconcelos, que retomou Mourão, e atacou, em Junho de 1658 a praça de Badajoz. Acode em defesa dos sitiados D. Luis de Haro que inflige aos portugueses grandes perdas, obrigando-os a retirarem-se para Elvas. Em perseguição dos portugueses os espanhóis, num total de 19 mil homens e com numerosa artilharia, põem cerco a Elvas, que resiste heróicamente. Defendi aa fortaleza D. Sancho Manuel que se via na contingência de se render, perante a fome e a peste que já dizimavam os seus valentes soldados, quando lhe acode, vindo de Estremoz, o exército comandado pelo Conde de Cantanhede. A 14 de Janeiro dêsse mesmo ano trava-se a batalha decisiva, diante das linhas de Elvas, resultando dela, uma brilhantíssima vitória para os portugueses.

O êxito das batalhas do Alentejo, não se reproduzia, infelizmente, na região ao norte do Douro. Monsão, após quatro meses de resistencia, capitula. Igual sorte tinha Salvaterra do Minho.

Entretanto a Espanha fazia um tratado de paz com a França, pelo qual se punha termo à guerra entre os dois países. Nêsse tratado a França, que desde o início da guerra se comprometera a não fazer a paz com a Espanha enquanto eia estivesse em guerra com Portugal, abandonava-nos por completo.

Em Maio de 1662, reinando D. Afonso VI, a guerra toma um maior incremento. À frente do govêrno dêsse infeliz monarca está um verdadeiro estadista, o Conde de Castelo Melhor, que executa uma excelente política interna e externa. A fim de conseguir a aliança da Inglaterra para a ter ao lado de Portugal, consegue fazer o casamento de D. Catarina, irmã de D. Afonso VI, com Carlos II, rei de Inglaterra. Internamente dirige superiormente a administração do país, e com o auxílio do Conde de Schomberg, reorganiza um excelente exército, composto de portugueses, veteranos inglêses, voluntários e mercenários franceses e alemães.

D. João de Áustria, penetrando em Portugal, toma-nos Borba, Juromenha, Monforte, Crato, Assumar e Ouguela recolhendo novamente a Badajoz. Na Beira, D. Sancho Manuel, conde de Vila Flor, repele enêrgicamente as tropas do duque de Ossuna, pelo que lhe foi confiada a defeza do Alentejo. A 14 de Maio de 1663, D. João de Austria cerca Evora, que ao fim de 10 dias de sitio, capitula, mas o Conde de Vila Flor

e Schomberg postados na margem do Djebe, cortam-lhe a retirada. D. João de Austria tenta atravessar o rio, mas é repellido com energia, vendo-se obrigado a voltar a Évora donde consegue escapar-se. Os portuguezes vão-lhe no encalço e apesar dos espanhóis levarem uma hora de avanço, conseguem alcançá-los no sitio do Ameixial. Foi neste lugar que se travou a memorável batalha, na qual D. João foi completamente derrotado, deixando no campo 4 mil mortos, cavalos, artilharia, o estandarte real, muitas bandeiras, bagagens e munições.

Foi então ordenado pelo Conde de Castelo Melhor que se juntasse aos exércitos vitoriosos um outro sob o comando do marquês de Marialva e que se retomasse a cidade de Évora, o que plenamente se conseguiu em 24 de Junho de 1665.

No ano de 1662, havia-se ratificado um tratado de paz com a Holanda, pelo qual perdíamos Ceilão, Cochim, Cananor e outras terras, além de Bombaim e Tânger que havíamos cedido à Inglaterra como dote de D. Catarina, quando do seu casamento com Carlos II.

Em 1665 os espanhóis desesperados pelas contínuas e decisivas vitórias dos portuguezes, organizam um poderoso exército formado por 15 mil peões, 7.600 cavaleiros e 16 bôcas de fôgo; êsse exército comandado pelo marquês de Caracena, invade o Alentejo e toma-nos Borba. O nosso exército, que estava em Estremoz e se compunha de 15 mil infantes, 5.500 cavaleiros e 200 peças de artilharia, defronta-se com os castelhanos em Montes Claros. Os nossos inimigos são derrotados e completamente envolvidos, tendo de render-se e deixando-nos 1.500 prisioneiros, tôdas as bagagens e munições.

Depois da vitória de Montes Claros, nenhuma outra grande batalha se regista. Apenas se podem citar como dignas de menção a passagem do rio Minho pelo Conde do Prado, e a tomada de La Guardia.

Finalmente, em 13 de Fevereiro de 1668, sendo rei de Portugal D. Pedro, irmão de D. Afonso VI, que por êle fôra depôsto, realiza-se o tratado de paz entre Portugal e a Espanha. Por êsse tratado estabelecia-se a cessação das hostilidades, comprometendo-se os dois paízes a libertar os prisioneiros de guerra, a restituir as praças que houvessem tomado, e a não praticar, de futuro, qualquer acto que pudesse prejudicar a paz. A confirmação desse tratado effectuou-se em 15 de Março de 1669.

Guerras com a Holanda

As lutas de Portugal contra a Holanda, no Brasil, durante o domínio dos Filipes, duraram vinte e quatro anos, de 1630 a 1654, e terminaram pela expulsão definitiva dos holandeses daquela nossa vasta colônia.

Já em 1624, uma esquadra holandesa, do comando do almirante Jacobo Willekens se havia apoderado da Baía, quasi sem resistência. Os invasores foram, porém, batidos e obrigados a capitular no ano seguinte. Em 1625 aportou ao Brasil uma esquadra portuguesa composta de 52 navios de guerra, e vários transportes com forças superiores a quinze mil homens. Três semanas depois aparecia uma esquadra holandesa de 34 navios, que depois de várias lutas teve de retirar-se. Em 1627 volta outra esquadra à Baía, que toma alguns navios portugueses, saqueia o Recôncavo e volta à Europa com muitos despojos. Em 1630 fundeia na costa de Pernambuco uma nova armada holandesa, e toma-nos Olinda e Pernambuco. Matias de Albuquerque, que estava como governador da colônia, organiza imediatamente a resistência por meio de uma guerra de emboscadas, que causa grandes prejuizos aos nossos inimigos. Os holandeses conseguem, porém, por indicação de Domingos Fernandes Calabar, um traidor mulato, descobrir o paradeiro das nossas forças e derrotar-nos, obrigando-nos a evacuar a região e a retirarmo-nos para Alagôas. Matias de Albuquerque é destituído do comando pelos espanhóis e mandado prêso para Lisboa. E' então, enviada ao Brasil, uma pequena esquadra espanhola com o novo governador, Pedro da Silva. As tropas desembarcam, travando-se, em 18 de Janeiro de 1656, na Mata Redonda, uma batalha que os holandeses vencem.

Os pernambucanos, tendo à sua frente os guerrilheiros Camarão, Vidal de Negreiros e Henrique Dias, fazem uma guerra terrível aos holandeses.

Em 1638 é enviado ao Brasil, João Maurício, príncipe de Nassau, com o fim de exercer o cargo de governador capitão-general e almirante de terra e mar. Os holandeses atacam a Baía, que era o centro de resistência portuguesa, mas são repellidos por completo. Uma esquadra do comando do Conde da Torre, enviada pelos espanhóis, é, igualmente derrotada.

Com a restauração de Portugal em 1640, o movimento de independência avigora-se. Em Pernambuco rebenta uma revolução dirigida por João Fernandes Vieira. Os holandeses

são derrotados em Tabocas e cercados na Baía. Em 1647, Barreto de Meneses, que fôra enviado em auxilio dos patriotas brasileiros, toma o comando das forças e derrota os holandeses na Batalha de Guararapes.

Em 1649, os invasores são fortemente sitiados no Recife. Ao tentarem uma sortida, são derrotados no mesmo lugar de Guararapes. O cerco torna-se cada vez mais apertado, as fortalezas que defendem a cidade, caem, umas após outras, em poder dos revoltosos, até que Pernambuco capitula por completo.

Em Janeiro de 1654, após novas derrotas, os holandeses são forçados a pedir a paz aos portugueses, entregando-lhes todos os territórios que ainda ocupavam.

Leituras: Cronologia da Historia do Brasil

- 1500 — Descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral.
- 1530 — Expedição de Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa.
- 1534 — Estabelece-se o regime das capitánias.
- 1549 — Fundação da Baía. — Estabelecimento dos jesuitas.
- 1555 — Os franceses ocupam o Rio de Janeiro.
- 1567 — Mena de Sá expulsa do Brasil os franceses.
- 1580 — O Brasil cai com Portugal no poder da Espanha.
- 1624 a 1649 — Guerra com a Holanda.
- 1661 — Paz com a Holanda (Tratado de Haia).
- 1709 — Guerra Civil das Emboadas (Minas).
- 1710 — Guerra dos Mascates (Pernambuco) — Invasão do Rio por Du Clere.
- 1713 — Tratado de Utrecht (estabelece o limite N pelo Pyapoe).
- 1737 — Fundação da colónia do Rio Grande.
- 1750 — Tratado de Madrid (estabelece os limites do Brasil).
- 1759 — Expulsão dos jesuitas.
- 1789 — Conjuração mineira.
- 1808 a 1821 — D. João VI fixa a côrte no Rio de Janeiro.
- 1815 — O Brasil é elevado à categoria de Reino.
- 1817 — Revolução de Pernambuco.
- 1821 — Retirada de D. João VI e da côrte para Portugal. Fica regente do Brasil o infante D. Pedro.
- 1822 — Independência do Brasil. Aclamação de D. Pedro I como seu imperador.

CAPITULO VII

A GUERRA DA SUCESSÃO

Por morte de Carlos II, rei de Espanha, o trono devia passar, por determinação daquele rei, para Filipe de Anjou, neto de Luís XVI, rei de França. Portugal reconhece logo o novo soberano e pelo tratado de aliança de 18 de Junho de 1701, foram ratificadas entre os dois países as garantias indispensáveis para o seu cumprimento, devendo as respectivas cláusulas vigorar por 20 anos.

D. Pedro II, porém, assinou com a Inglaterra e a Holanda, em Maio de 1705, um outro tratado pelo qual faltava ao que livremente havia acordado, tratado pelo qual se pretendia colocar no trôno de Espanha o arquiduque Carlos, filho segundo do imperador da Austria.

Sabedor do que se passava, Luís XIV tentou levar o novo rei português a desfazer o pacto. Para êsse efeito foi enviado a Portugal, um embaixador, o marquês de Chateaunuf, o qual não conseguiu demover o monarca do seu intento.

A recusa do soberano português deu em resultado o deixarem ostensivamente Portugal os embaixadores de França e de Espanha, e em consequência do facto a retirada do embaixador português em Espanha, Diogo de Mendonça Côrte Real.

D. Pedro declarou, em seguida, guerra à Espanha, publicando em 9 de Março de 1704, um manifesto em que a jus-

tificava, respondendo-lhe Filipe V com um outro em que se declarava em guerra aberta com o rei de Portugal.

A 7 de Março do mesmo ano, havia chegado a Lisboa o arquiduque Carlos, numa esquadra comandada pelo almirante Rook.

Fizeram-se, então, em Portugal, os preparativos para a guerra, pertencendo o comando da força holandesa ao general Fagel, da Inglesa ao duque de Schomberg, e da portuguesa a D. Pedro, assistido, como mestre de campo, pelo duque de Cadavál.

A 7 de Maio de 1704, abriram-se as hostilidades. O duque Berwick comandante das tropas de Filipe V, atravessou a fronteira portuguesa e tomou Salvaterra e Segura. Seguiu pela Beira e apoderou-se de várias povoações desguarnecidas, mas não conseguiu tomar Monsanto nem Idanha, que lhe ofereceram grande resistência. Nos desfiladeiros da Serra da Estrêla encontrou-se com as tropas de Fagel, que foram batidas. Prosseguiu até Vila Velha, atravessou o Tejo fazendo a junção do seu exército com o do duque de Tilly, que invadiu o Alentejo e tomou Portalegre, ao mesmo tempo que o marquês de Villada assolava o Algarve.

Teriam conseguido conquistar Portugal, se as intrigas da corte de Madrid, tolhendo a liberdade de acção ao duque de Berwick, e a imperícia do príncipe de Tilly, não dessem ocasião a que D. Antonio Luis de Sousa, marquês das Minas, partindo de Almeida com pequeno corpo de tropas absolutamente falho de recursos, atacasse rijamente o duque procurando cortar-lhe a linha de operações. Tê-lo-ia conseguido se o duque de Berwick não se retirasse para a fronteira. O marquês de Minas toma, então Fuente Guinaldo e as povoações que o duque havia ocupado.

Queria o marquês das Minas ir em perseguição do seu contendor mas não obteve o necessário consentimento de D. Pedro II, em virtude da opposição que ao seu intento fizeram lord Galloway e Fagel.

Como estivesse próximo o inverno, as forças portuguesas recolheram a Lisboa, perdendo, assim, o ensejo de porventura tomarem a ofensiva e saírem vitoriosos.

Em 1705 foram de pequena importância as operações realizadas na Península. Apenas merece ser notada a conquista de Valência e de Albuquerque pelo conde de Galveias.

Em Junho do mesmo ano, o arquiduque Carlos, a rogos da Inglaterra, deliberou atacar a Catalunha e Valência. Nesse

intuito partiu para a primeira daquelas províncias. Barcelona foi tomada, entrando nela triunfalmente o arquiduque Carlos. Uma esquadra francesa que pretende retomar a cidade, vê-se forçada a desistir do seu intento em virtude da aparição da frota anglo-holandesa. Em face do sucedido Filipe V resolve retirar-se para França.

Entretanto fôra o comando das tropas portuguezas entregue ao marquês das Minas. Este decide-se a cercar Badajoz e tê-la-ia tomado, se não viesse em defesa da praça o marechal de Tessé, que, atravessando o rio Xévorá, tornou a cidade inatacável, obrigando o general português a retirar-se.

Em 1706, tendo assumido o comando das operações em Espanha, o marquês de Tessé, o marquês de Minas resolve entrar no coração da Espanha tomando a cidade de Madrid. Num rasgo de audácia deixa Portugal, ocupa as povoações de S. Vicente e Membrio, derrota os espanhóis em Broza, segue para Alcântara, que, após cinco dias de desesperada resistência, se vê forçada a render-se. Os portuguezes avançam, depois, em direcção a Placência, onde se encontram com as tropas do duque de Berwick que se vê forçado a abandonar a sua posição e a retirar-se para a outra margem do rio. O marquês de Minas entra em Placência e faz aclamar Carlos III rei de Espanha. De Placência o intemerato português segue para Madrid, em perseguição das tropas do duque de Berwick. Percebendo que este pretende atraí-lo para as planícies de Castela Nova com o fim de encontrar o terreno próprio para o vencer, o marquês ilude a manobra, retira para Coria, e, torneando o caminho, segue ao longo da nossa fronteira, toma a estrada de Ciudad-Rodrigo e Salamanca, conquista estas cidades e avança para Madrid, onde entra triunfalmente em 28 de Junho.

Uma vez senhor de Madrid, faz aclamar rei Carlos III. Este, porém, não obstante as instâncias que o marquês lhe faz para que venha assumir as suas funções, não se resolve. O duque de Berwick aproveita hábilmente o ensejo e corta a retirada aos portuguezes. O marquês das Minas vê-se forçado a abandonar Madrid e a refugiar-se em Valência. Vendendo-se isolado, o marquês deixa as montanhas em que acampára, e de acôrdo com lord Galloway, resolve descer à planície de Almanza. Travou-se, então, uma rija peleja. O inimigo, que a princípio parecia ter sido levado de vencida, dentro em breve caía impetuosamente sôbre as alas direita e esquerda

do exército do marquês das Minas, levando de vencida portugueses, ingleses e holandeses.

Vinha caindo a noite, quando as duas alas se precipitaram em desordenada fuga, deixando o corpo central do exército metido entre montanhas e sem poder, sequer, tentar uma escapada.

Deu-se a batalha no dia 25 de Abril de 1707. Nela ficaram prisioneiros para cima de 8 mil homens. Lord Galloway e o marquês das Minas conseguiram pôr-se a salvo e voltar a Lisboa.

D. João V, que ocupava então, o trono português, fê-lo substituir por lord Stanhope e pelo Conde da Atalaia.

Para socorrer as forças portuguesas do marquês das Minas havia-se constituído o exército da Beira, o que se fez, em prejuizo os exércitos que operavam na defesa do Alentejo dando em resultado perdermos Alcântara, Ciudad Rodrigo, Serpa e Moura.

Entretanto, as tropas que defendiam Filipe de Anjou, haviam subjugado Valência, Catalunha e Aragão, que se batiam por Carlos III.

Em 1709 a guerra com a Espanha continuava. O marquês de Fronteira e lord Galloway tentaram atravessar a margem do rio Cáia para baterem o exército do duque de Bay. Tinham já realizado o seu objectivo, quando a cavalaria inimiga caiu sobre os aliados, derrotando-os. O marquês da Fronteira conseguiu alcançar Portugal devido à resistência desesperada da nossa infantaria. Lord Galloway retirara apressadamente em direcção a Campo Maior, tendo deixado prisioneiros três regimentos ingleses. No campo da batalha ficavam mortos 800 homens e abandonadas 22 peças e 80 carros.

Em 1710 o conde de Vila Verde, que substituíra o marquês da Fronteira no comando das tropas portuguesas, penetra na Espanha, toma Xerez e regressa a Portugal, derrubando na passagem várias fortalezas. Pedro de Mascarenhas invade o reino de Leão e apodera-se de Alcanizas, Puebla e Senabria. Miranda rende-se ao general espanhol Montenegro, em troca de seis mil dobrões concedidos ao seu vil defensor.

Entretanto, assumia o comando das tropas espanholas o duque de Vendôme, começando, desde então, a sorte das armas a mostrar-se absolutamente favorável para Filipe V. A Inglaterra abandona as nações que a seu lado se haviam batido e enceta com Luís XVI as primeiras negociações de

paz. Os aliados são sucessivamente batidos em várias batalhas que os deixam em manifesta inferioridade. A guerra estava virtualmente terminada em proveito do rei francês.

Como último episódio das lutas em que tomaram parte os portugueses deve ainda mencionar-se o cerco pôsto pelo marquês de Bay à praça de Campo Maior. Defendia-a Estevão da Gama de Moura e Azevedo, que com pouco mais de 1.500 homens, resistiu heróicamente. A 27 de Outubro veio em seu auxílio uma força de 700 homens sob o comando do Conde earrega denodadamente sobre os sitiados procurando num supremo esforço romper-lhes as linhas. Depois duma luta titânica, a emprêsa é levada a cabo com o maior êxito e os nossos entram na praça. Debalde tentam depois dar-lhe assalto. Completamente batidas as forças do marquês de Bay desistem do intento e retiram-se.

A 7 de Novembro de 1712 era assinado na cidade holandesa de Utrecht o tratado pelo qual se suspendiam as hostilidades.

A 6 de Fevereiro e 7 de Abril de 1715 firmava-se, igualmente, a paz, respectivamente, com a Espanha e com a França.

CAPITULO VIII

PORTUGAL NA GUERRA DOS SETE ANOS

Em 1761 estava travada entre várias nações da Europa a guerra conhecida pelo nome de guerra dos sete anos. Reinava então em Portugal D. José. O almirante inglês Boscawen, desrespeitando os direitos internacionais e a nossa situação neutral no conflito, aprisionou perto de Lagos a esquadra francesa do comando de La Clue. O marquês de Pombal exigiu então e obteve do governo inglês uma pronta satisfação.

Pouco depois a França e a Espanha pretenderam que Portugal quebrasse a sua neutralidade em seu proveito. Como nós recusássemos a tal, romperam-se as relações diplomáticas entre as côrtes de Lisboa, Paris e Madrid e, em 30 de Abril de 1762 um exército espanhol de 42.000 homens, sob o comando do marquês de Sarria, penetrava em Portugal pela província de Trás-os-Montes. Mais uma vez se revelou a energia de Pombal reorganizando com o auxílio da Inglaterra um exército que se pôde opôr eficazmente aos inimigos que já haviam conseguido invadir a Beira.

Entretanto chegava a Lisboa o conde de Lippe, hábil general alemão, nomeado pelo nosso grande ministro marechal-general do exército português. Lipe fez concentrar as nossas tropas em Abrantes e dispôs-se a atacar o marquês de Sarria

deixando-o atacar a praça de Almeida e cortando-lhe a retirada. A praça de Almeida capitulou porém, antes de realizado o plano. Contudo o exército espanhol ficava instalado na Beira, absolutamente desprovido de munições e com a retirada quasi impedida. Entretanto fazia-se uma hábil manobra dos exércitos



O Marquês de Pombal — Ilustre estadista, ministro de D. José I. Pôde levantar o nome português e impô-lo ao respeito de todo o mundo. As reformas levadas a cabo em virtude da sua inérgica iniciativa e tenacidade tiveram o mais largo alcance político e social.

portuguêses e inglêsés e o exército inimigo evacuava Portugal.

Em 1 de Dezembro de 1764 os nossos adversários aceitaram o armistício proposto pelo conde de Lippe.

As nações beligerantes haviam feito por essa época as aproximações para um tratado de paz, que veio realmente a formar-se em 10 de Fevereiro de 1763 com a acedência do nosso país.

Leituras: Conflito entre o governo português e o espanhol no reinado de D. José

O marquês de Pombal negára concessões que o ministro castelhano exigia imperiosamente em nome da sua côrte.—«Muito bem, atalhou o embaixador, um exército de sessenta mil homens virá a Portugal e fará...

O marquês tinha-se assentado, e com a tremenda luneta assestada sorria-se da quixotada.

—«Fará o que?»—preguntou com o ar mais pacífico do mundo

—«Fará entender a razão e a justiça de el-rei meu amo a v. ex.^a, retruçou meia oitava acima o espanhól, que supunha o ministro fulminado.

O marquês de Pombal carregou o sobrolho, deu à fisionomia o carácter duro de expressão (a que chamavam descer a viseira), de que o seu real pupilo tremia até, e cravando a vista e a luneta no diplomata vanglorioso, replicou friamente: «Sessenta mil homens muita gente é para casa tão pequena, mas el-rei meu amo e meu senhor há-de achar modo de os acomodar. Mais pequena era Aljubarrota e lá couberam os que D. João de Castela trouxe. Pode v. ex.^a responder isto ao seu govêrno». E, levantando-se para despedir o embaixador acrescentou: «V. ex.^a deve saber que cada um em sua casa pode tanto, que ainda depois de morto são precisos quatro homens para o tirarem».

O embaixador recebeu a lição, jurando por *Dios y la Virgen Santissima!* e o marquês preparou-se para a guerra.

(Luis Augusto Rebelo da Silva, — «Ultima corrida de touros em Salvaterra»).

CAPITULO IX

INVASÕES FRANCESAS

Causas da invasão

As origens desta grande guerra datam dos primeiros tempos da revolução francesa, de 1789.

Quando rebentou esse grande movimento, que vinha demolir no velho mundo antigos privilégios e lançar as bases da sociedade moderna, tôdas as côrtes europeias se mostraram hostis às novas idéas, mas nenhuma mais adversa aos princípios proclamados em França do que a côrte portuguesa. Quando os acontecimentos precipitando-se, desmoronaram o trôno de S. Luis (1) Portugal distinguiu-se pelo calor com que propunha ao rei de Espanha e ao rei de Inglaterra a intervenção nos negócios da França. Estas propostas de intervenção foram desdenhosamente repelidas pelos gabinetes de S. Ildefonso (2) e de S. James (3); todavia, quando estas duas nações resolveram fazer a guerra à França, não rejeita-

(1) — Luiz IX, rei de França, filho e sucessor de Luiz VIII, nascido em Poissy, em 1215, morto em Túnis, no ano de 1270. Grande homem de Estado, foi canonizado em 1297. Mandou construir a «Sainte-Chapelle», em Paris.

(2) — (Espanha). Arcebispo de Toledo (507-557). Notabilisou-se na defesa da Igreja, e por suas obras literárias. É um dos Santos mais populares da Espanha.

(3) — Inglaterra.

ram o nosso auxílio em forças de terra e mar. Uma divisão das nossas tropas, auxiliando as tropas espanholas, invadiu a província francesa do Roussillon, e uma divisão da nossa esquadra foi auxiliar a armada inglesa no bloqueio das costas de França.

Pelo tratado de Basiléia a Espanha fez a paz com a França. Portugal foi excluído por estar ainda auxiliando a Inglaterra. Deu-se a paz de Amiens (1) entre a Inglaterra e a França mas como foi pouco duradoura, Portugal viu-se envolvido nas lutas com a República francesa e os seus navios entraram na esquadra de Nelson. Napoleão não esqueceu o facto e, resolvida a questão com a Itália, fez um pacto com o rei de Espanha, Carlos IV, para nos obrigar a fechar os portos à Inglaterra.

Foi essa a causa, da vergonhosa campanha de 1801, da qual nos resultou a perda de Olivença.

Quando se rompeu a paz de Amiens e começaram de novo as hostilidades entre a Inglaterra e a França, começaram, também, para Portugal, as angústias da fraqueza. Sem ter coragem de se lançar francamente no partido da Inglaterra ou da França, Portugal principiou a negociar uma neutralidade que Napoleão nunca quis tomar a sério. Essa neutralidade, era de um género completamente novo, pois consistia em auxiliar os dois contendores, sistema que nos punha à

(1) — *Paz de Amiens.* — Após a paz de Luneville, a 9 de Fevereiro de 1801, a Inglaterra, vendo perdida a cartada, aceitou em negociar com Napoleão. O Governo inglês de Pitt fez-se substituir pelo de Addington. Entretanto prolongam-se por meses as negociações em Londres entre Otto e Hawkerbury. Os ingleses recusam-se a deixar os franceses no Egipto; Napoleão recusa-se igualmente a abandonar a ilha de Malta à Inglaterra, e pretende que os seus aliados holandeses e espanhóis readquiram uma parte das suas colónias. Os preliminares da paz foram assinados em 1 de Outubro de 1801. Assim, a Inglaterra conservava Ceilão, a Índia e a ilha de Trindade, e restituira o Cabo, a Demarara (na Guiana inglesa), a Berbicea (outro distrito na Guiana inglesa), Essequibo (um dos três condados da mesma Guiana) e Surian; aos Francêses, a Martinica (ilha francesa do arquipélago americano das pequenas Antilhas, grupo das ilhas do Vento), e Guadalupa (a maior das Antilhas francesas, das pequenas Antilhas); aos Espanhóis Minorca (ilha mediterrânea do arquipélago espanhol das Baleares, a nordeste da Majorca), e Malta (ilha inglesa do Mediterrâneo, ao sul da Sicilia) á Ordem de S. João de Jerusalem; enfim, o Egipto era evacuado pelas tropas das duas nações e entregue á Porta (Sublime-Porta, Corte do sultão de Constantinopla); e Espanha ficava com Olivença em Portugal, a Toscana era prometida ao infante de Parma.

O tratado definitivo foi assinado a 27 de Março de 1802 em Amiens por Lord Cornwallis e José Bonaparte, em meio do maior entusiasmo. Esperava-se uma paz durável, que, afinal, não passou de mero sonho.

mercê da primeira das duas nações que se lembrasse de protestar contra a avaliação da neutralidade. Como era natural, foi a França que primeiro protestou; a Espanha ambicionava também qualquer pretexto para conquistar esta sempre cobigada presa, mas o raio que por vezes nos ameaçava só veio a estalar quando o imperador Napoleão concebeu a arrojada mas impraticável ideia do *bloqueio continental*.

O príncipe da paz, D. Manuel Godoy (1) tinha concluído um tratado com a Rússia e com Portugal, pelo qual portugueses e espanhóis declararíam guerra à França, logo que Napoleão dirigisse os seus exércitos contra a Rússia.

Quando em 1806 Napoleão abriu a campanha contra a Rússia, Godoy, querendo preparar o terreno para a execução do tratado, fez publicar uma proclamação dirigida ao país, na qual chamava o povo às armas para defender a honra nacional.

A vitória do Iena veio transtornar os planos de Godoy, que se apressou a dar uma justificação a Napoleão, Não quis este deixar de aproveitar os elementos que a Espanha lhe podia fornecer e por isso fingiu congraçar-se com o ministro.

Por todos estes motivos, de há muito que Napoleão meditava tirar um desfôrço da Espanha e Portugal.

Depois da paz de Tilsit (França, Prússia e Rússia) em Julho de 1807, das grandes nações da Europa só a Inglaterra ousava afrontar Napoleão. Este, na impossibilidade de levar as suas águias além da Mancha, (2) resolveu arruinar o comér-

(1) — Homem de Estado espanhol, nascido em Badajoz em 1767, e falecido em Paris no ano de 1851. Foi o favorito da rainha Maria Luísa de Parma, mulher de Carlos IV, o qual o fez ministro em 1791. Feito duque da Almeida, em 1792 presidiu ao ministério. Negociou com a Convenção para salvar Luiz XVI, e quis evitar a guerra com a França. A guerra que fez contra a França não foi destituída de glória. Contudo, foi forçado, pelas circunstâncias, a assinar o tratado de Basileia. Recebeu o título de *príncipe da paz*. Em 1800 voltou a ser ministro e, em 1801, promoveu a guerra contra Portugal. A quando da rutila do tratado de Amiens, pretendeu a neutralidade, porém teve de ceder às ameaças de Napoleão. A marinha espanhola foi perdida na batalha de Trafalgar. Em 1806 Godoy, julgando Napoleão, perdido, pensa em aliar-se à Inglaterra. É então que Napoleão, voltando de Tilsit, começa a invasão da Espanha, em 1807. Quando Godoy fugia para Sevilha com o rei, foi apanhado em Aranjuez e entregue ao seu maior inimigo, o príncipe das Astúrias. Napoleão salvou-lhe a vida, e Godoy acompanhou Carlos IV e Maria Luísa para França. Reabilitado por Isabel II, não mais voltou a Espanha.

(2) — Mar formado pelo oceano Atlântico sobre as costas da Europa ocidental, entre a Inglaterra e a França. É um mar perigoso para a navegação. Contudo, poucas regiões oceânicas têm uma circulação marítima mais activa, atenta a sua situação geográfica.

cio daquela nação, ditando o *bloqueio continental*, pelo qual todas as nações da Europa fechariam os seus portos aos navios ingleses.

As indecisões do nosso governo não conseguiram iludir Napoleão, e, em 27 de Outubro de 1807, era feito o tratado de Fontainebleau, pelo qual o nosso país era dividido da seguinte maneira: a província de Entre-Douro e Minho, tendo o Porto por capital, constituiria a Lusitânia setentrional e era dada à rainha da Etrúria (1); o Alentejo e o Algarve formavam um principado para o ministro Godoy, sob o protectorado da Espanha; as restantes províncias ficavam sob a autoridade da França, para delas dispôr oportunamente.

A casa de Bragança deixava de reinar em Portugal.

Foi então que os ingleses aconselharam o regente, D. João, a que se retirasse para o Brasil, o qual não hesitou logo que teve conhecimento da imediata marcha de Junot. O embarque realizou-se em 27 de Novembro não sem que o príncipe pedisse à nação que recebesse os franceses como amigos.

Resumindo, as causas da invasão fôram:

Causas remotas — a) — Antiga aliança com a Inglaterra, deixando-nos arrastar na sua política, confiando em demasia no seu auxilio descurando o nosso órgão defensivo;

b) — Política dúbia e hesitante, essencialmente fraca; auxilio em 1793 à Espanha contra a França; em 1806 aproximação com a Espanha contra a França;

c) — E ainda as qualidades ancestrais da nossa raça que, por um sentimento inato nos leva à reacção contra tudo que seja coacção ou violência.

Causas próximas — O bloqueio continental.

A invasão francesa (1807)

O exército que Napoleão encarregou de vir a Portugal executar o tratado de Fontainebleau, foi comandado pelo general Junot, o herói de Marengo, mais tarde Duque de Abrantes. Este exército partiu de Baiona (cidade francesa) e compunha-se de 28.000 homens. As fôrças espanholas que deviam cooperar elevavam-se a 24.000 homens.

(1) — Reino creado por Napoleão em 21 de Março de 1801, em proveito do duque Luís, filho do duque de Parma. Rei reunido ao Império francês em 1808, e constituiu, em 1809, o gran-ducado de Toscana, dado a Elisa, irmã de Napoleão.

O exército francês seguiu a linha Irun-Vitória-Burgos, Valladolid—Salamanca. Chegado à fronteira portuguesa, seguiu pela margem direita do Tejo, tendo tóda a marcha sido executada nas piores condições. As colunas francêsas atravessam a nossa fronteira por Rosmaninhal, Zibreira, Idanha, Ladoeiro, dirigindo-se a Castelo Branco (21 de Novembro), e daqui a Abrantes (24), Golegã, Cartaxo, Sacavém e Lisboa (às 9 horas do dia 30 de Novembro).

O povo português recebeu a invasão francêsa com uma vergonhosa indiferença, contrastando assim, com o antigo patriotismo doutras eras. Dir-se-ia o insólito procedimento do chefe da nação sufocando os velhos brios dos corações portugueses.

Reacção em Portugal

Junot, que só em meados de Dezembro conseguira ver reunido em Lisboa, o seu exército (10.000 homens, tendo partido de Baiona 25.000), fazia cobrar 800.000\$00 como contribuição, a fim de melhorar as condições das suas tropas; a 13 de Dezembro, após uma revista solene, fazia arriar a bandeira nacional; o exército português era reduzido e os seus melhores elementos eram aproveitados na constituição de uma legião sob o comando do Marquês de Alorna, que foi servir no exército francês; as divisões francêsas estacionavam em Lisboa, Mafra, Tôres Vedras, Sintra, Peniche, Oeiras, S. Julião da Barra, Cascais, Torre do Bugio e na margem esquerda do Tejo.

Tôdos êstes factos, somados com os acontecimentos que se desenrolavam em Espanha, influíram extraordinariamente não só na situação das tropas francesas de Portugal como no espírito popular, prôvocando uma insurreição que eclodiu no Pôrto (6 de Junho de 188) e, mais tarde, a 18 do mesmo mês.

Instituiu-se, então, uma «Junta provisional do suprêmo Govêrno», que dirigiu um manifesto ao país. A revolta alastrou por todo o norte, salientando-se o general Sepúlveda que organizou logo algumas fôrças e os estudantes de Coimbra que se constituíram em «batalhão académico». Dentro em pouco dava-se o levantamento geral do país.

A Inglaterra, mais por utilidade e ódio à França do que por dever e gratidão para com Portugal, enviou-nos, então, tropas auxiliares (13.000 homens), sob o comando de Artur Wellesley (mais tarde duque de Wellington).

Combate da Roliça (17 de Agosto de 1808).

Wellesley partiu das Caldas da Rainha com as suas tropas formadas em 6 colunas, ao encontro dos franceses, fazendo-os retirar sobre Runa e daqui para Cabêço de Montachique, após combate nas pequenas elevações a oeste da Roliça.

O exército anglo-luso abria assim o caminho para a capital do país. Avançou, pois, vitorioso, por Tôrres Vedras e Mafra, mas forçado pelas circunstâncias, resolveu retroceder pela estrada da Lourinhã para ir tomar posição no Vimieiro e assim, cobrir o desembarque das tropas que lhe vinham em reforço (4.150 homens). Este desembarque fez-se na praia de Pôrto-Novo.

Ao mesmo tempo as tropas francesas concentravam-se em Tôrres Vedras.

Batalha do Vimieiro (21 de Agosto de 1808).

Nesta batalha, as tropas portuguesas desempenharam um papel importante ao lado dos ingleses. As perdas dos franceses foram consideráveis. Perderam um general, muitos oficiais, 1.800 homens e 13 peças de artilharia.

O exército anglo-luso desbaratou o inimigo.

E Junot, vendo-se na impossibilidade de sustentar-se em Portugal, encetou negociações e obteve a convenção de Sintra (31 de Agosto de 1808). nos termos da qual, os franceses retiraram para França em navios ingleses, levando consigo as armas, munições, cavalos e bagagens, nas quais iam o produto de todos os saques e roubos que tinham feito em Portugal. Foi uma paz vergonhosa para o general inglês (Hew Dalrymple) que a negociou.

Os generais portugueses protestaram contra a convenção, pois esta fôra apenas tratada entre ingleses e franceses, sem que nenhum dos nossos generais fôsse ouvido, nem tão pouco a «Junta do Pôrto» que representava então, o govêrno do principe regente.

Wellesley foi chamado a Inglaterra, para mais tarde, voltar a assumir o comando do exército de operações na Península.

Assim terminou a 1.^a invasão francesa em Portugal.

2.^a invasão francesa (1808)

O governo português lutava com inúmeras dificuldades; sem exército, sem dinheiro, sem o apoio da opinião pública.

Houve que recorrer ao *levantamento em massa*, convocando toda a população a apresentar-se armada, para a defesa dos sagrados interesses da Pátria, a defesa da sua independência.

Era sabido que a evacuação dos franceses do território português não arrastara a sua saída do resto da Península e, assim, com tal vizinhança, prudente era que nos preparássemos para resistir a uma nova invasão.

Confiar uma tal missão exclusivamente aos nossos aliados era por demais impolitico e anti-patriótico.

Havia, pois, que recorrer a todos os meios, desde os mais suaves aos mais violentos, para valorizarmos o órgão da nossa defesa. Assim, obrigava-se todo o cidadão a munir-se de qualquer arma, e as povoações a cuidarem da sua defesa local, improvisando entrincheiramentos nas entradas e saídas das respectivas localidades.

Porém, as medidas governamentais não lograram alcançar o almejado fim. Surgira a desordem, a anarquia.

Estas propagavam-se não só ao nosso exército, em organização, mas também aos ingleses.

O governo pretende pôr cõbro à confusão e à desordem reinantes criando o Juízo da Inconfidência e restabelecendo o *Tribunal da Inquisição*, medidas estas que consigo arrastaram entre novos e mais profundos males o do terror.

Recorreu-se, então, ao auxílio da Inglaterra, em dinheiro e armamentos. Contudo, pelo que respeita ao exército inglês, para o livrar do pernicioso contágio com as tropas portuguesas e para aproveitar rapidamente o efeito moral da derrota dos franceses ordena-se ao general Moore que entre em operações na Espanha, deixando em Portugal, apenas um reduzido número de soldados (10.000).

Os ingleses seguem, então, por Elvas-Badajoz-Mérida-Trujillo-Talavera-Escorial e Salamanca.

Outras colunas seguem por Coimbra-Celorico-Almeida-Ciudad Rodrigo-Salamanca.

Da Corunha, outras colunas inglesas marcham para Astorga.

A acção destas tropas agrava a situação dos franceses em Espanha.

E' então, que Napoleão começa a enviar, sucessivamente, para a Península, fracções do *grande exército*, cujo comando ele próprio veio assumir, tomando Madrid.

Entretanto, torna-se conhecido o plano de Napoleão: a invasão de Portugal pelo Alto-Alentejo.

Os ingleses vêem-se em sérios embaraços em Espanha, dificuldades que por assim dizer desapareceram a partir do dia em que Napoleão se vê forçado a abandonar a Península em virtude de notícias que recebêra dos preparativos da Austria.

Entregou o comando do exército a Soult, que não tendo a energia nem a decisão do imperador, salvou os ingleses dum maior desastre.

E' após a derrota dêstes na Corunha, que Napoleão gisa a 2.^a invasão de Portugal, simultâneamente pelas fronteiras Norte e Leste.

A defesa do nosso país é então confiada aos seguintes generais: general Bacelar-na Beira Alta; general Silveira-em Trás-os-Montes; general Bernardim Freire-no Minho; general Miranda Henriques-na Beira Baixa; general Antas Machado-no Alentejo.

Soult entrou em Chaves a 11 de Fevereiro de 1809. Daqui dirigiu-se a Braga-por Ruivães e Salamonde.

A 29 de Março, o Pôrto caia em poder dos franceses sem lhes oferecer resistência séria.

Logo que a cavalaria francesa irrompeu pelas ruas da cidade, em direcção à ponte de barcas, centenaes de pessoas fugiram naquela mesma direcção para passarem para o sul do rio. A ponte encheu-se, os alçapões abriram-se ou tinham sido abertos, as guardas da ponte caíram, e aquela massa humana foi precipitada no rio.

O exército português, entretanto, encontrava-se já reorganizado pelo general inglês Beresford, que, em breve, havia de ser substituído por Wellesley.

Este foi em socorro do Pôrto, e tão hàbilmente dirigiu as operações, que os franceses se viram constrangidos a retirar para a Galiza num estado deplorável.

Estava terminada e liquidada esta 2.^a invasão do nosso país.

3.^a invasão francêsa (1810)

Os acontecimentos previam uma nova campanha para este ano. Os generais ingleses, Beresford e Wellesley, desenvol-

vem a maior actividade; um, reorganizando e disciplinando o exército português; o outro, tratando mais especialmente da organização defensiva do nosso território.

Desta vez é ao general Massena (1) que Napoleão confia o comando do exército que há de invadir Portugal.

O quartel general do exército anglo-luso estabelece-se em Viseu, e o efectivo dêste andava por cêrca de 36.000 portugueses e 25.000 inglêses.

Napoleão, tendo mais uma vez rendido a Áustria, lança agora os seus olhos mais atentamente para a Península, cuja posse julgava indispensável para assim vencer os inglêses. Organiza então o chamado «Exército de Portugal».

Felizmente para nós, a constituição dêste exército era de molde a não oferecer garantias de homogeneidade por parte dos seus altos comandos (Massena, Ney, Regnier e Junot). Isso mesmo foi desde logo reconhecido por Massena, mas Napoleão respondia-lhe: «Ney é um excelente general da guarda avançada; e, se no gabinete as suas concepções são fracas, no terreno sabe resgatar essa falta; maneja tão bem a infantaria como a cavalaria. E' pois, um general de grande valor a quem não haverá necessidade de estimular. Junot é menos hábil que bravo; tem, porém, uma larga experiência e conhecimento dos homens e do terreno onde se vai operar. Regnier é um bom general e um bom carácter. Partí, pois, com tôda a confiança e as coisas correrão melhor do que pensais».

Dificuldades muito maiores tendes já vencido».

Massena calou-se e aceitou o espinhoso encargo.

O Exército anglo-luso encontrava-se disperso: ao norte e ao sul do Tejo, uma parte; outra, entre Douro e Minho. Urgia a sua concentração.

Massena dispunha de mais de 80.000 homens.

Segundo as ideias de Napoleão, o exército de Soult deveria entrar pelo Alentejo. O rei José, porém, immobilizando êste exército na Andaluzia, foi contra o plano do imperador e colocou Massena numa situação deveras crítica.

Massena saíra de Paris a 29 de Abril de 1810. A 15 de Maio chegava a Salamanca. As estradas de marcha para Lisboa eram: Porto-Lisboa, por Coímbra e Leiria; Ciudad Rodrigo-Celorico-Ponte de Mucela-Tomar-Santarém; Alcântara-

(1) — Duque de Rivoli, príncipe d'Essling, marechal de França, nasceu em 1756, e morreu em 1817. Napoleão chamou-lhe o anjo da Vitória.

Montalvão-Lisboa; Ciudad Rodrigo-Moraleja-Zarza-Castelo Branco, ou, ainda, a de Alcântara-Zibreira-Castelo Branco.

Por outro lado, Wellington resolvia:

1.º — Conservar-se a defensiva sôbre a fronteira ameaçada, recuando lentamente e evitando empenhar-se numa acção decisiva até se encontrar num terreno favorável e organizado defensivamente;

2.º — Devastar tôda a região abandonada ao inimigo, de modo que êle não encontrasse aí recursos;

3.º — Empregar as fôrças irregulares portuguezas, de modo a operarem nos flancos e rectaguarda do inimigo;

4.º — Organizar em volta de Lisboa um vasto campo fortificado, como último reduto de defesa.

Wellington previra bem que os franceses entrariam em Portugal pela Beira.

A 25 de Julho, dava-se o investimento da praça de Almeida, que, a 28, caía em poder dos franceses. O exército aliado, que continuava a ter à sua frente Wellesley e Beresford, e que estava nas margens do Côa, retirou-se, então, diante do inimigo e foi estabelecer-se na Serra do Buçaco, a fim de ganhar tempo para melhor poder organizar a defesa, principalmente nas *Linhas de Tôrres*, último reduto com que contava. O exército anglo-luso recebe com galhardia o embate das fôrças de Massena, no terreno acidentado do Buçaco, alcançando sôbre estas uma brilhante vitória e correndo, em seguida, a abrigar-se nas famosas fortificações chamadas *Linhas de Tôrres Vedras*.

Massena, que marchava sôbre Lisboa, chegando e vendo que não era possível transpô-las, resolveu retroceder.

Quanto à parte que o exército português tomou na famosa batalha do Buçaco, teve ela a grande vantagem de pôr em evidência que as nossas tropas eram capazes de ombrear com as tropas inglesas em disciplina, bravura e em instrução.

Era chegado o momento dos aliados tomarem a ofensiva, e isso fizeram, perseguindo os franceses até os escorraçarem de Portugal (Abril de 1811).

O exército anglo-luso operou, então, em Espanha e, tomando uma parte gloriosa, juntamente com os espanhóis,

nos combates de Albuera, Vitória e outros, entrou em França e chegou a arvorar a bandeira das quinas em Bordeus e Tolosa (1814).

O exército português voltou à pátria, depois de concluída a paz geral, em 30 de Maio de 1814.

O célebre congresso de Viena vinha, um ano depois (1815), modificar completamente a carta política da Europa (1).

Leituras: Batalhas memoráveis em que entraram os portugueses

Navas de Tolosa (1212) — O exército português aliado ao exército castelhano de Afonso VIII derrota por completo o exército muçulmano.

Salado (1340) — Afonso IV, de Portugal e Afonso XI, de Castela à frente de um exército de 40 mil peões e 18 mil cavaleiros desbaratam totalmente um corpo de tropas muito superior em número, do comando do rei mouro de Granada.

Aljubarrota (1385) — Um pequeno exército de 6 a 7 mil homens derrota por completo o exército castelhano composto de 30 mil homens.

Alcácer-Quivir (1578) — O exército português na força de 12.000 homens e sob o comando do rei D. Sebastião é derrotado por Mu'ey Moluco.

Matapan (1727) — Uma armada portuguesa do comando de Lopo Furtado de Mendonça desbarata uma esquadra turca composta de 48 navios de alto bordo.

(1) — A confederação do Reno deixou de existir e foi criada a confederação germânica, sob a suserania da Áustria; a Rússia obteve o grand-ducado de Varsóvia, a Finlândia e outros territórios; a Prússia ficou com metade da Saxónia e com as províncias renanas; a Áustria adquiriu o Tirol, a Lombardia, as províncias Ilírias e a Dalmácia; a Dinamarca perdeu a Noruega, que foi incorporada na Suécia; a Bélgica e a Holanda formaram um único reino com o nome de Países-Baixos; a Inglaterra conservou parte das suas conquistas (colónia do Cabo, Malta, etc.); a Suíça engrandeceu-se com mais três cantões e foi declarado estado neutro, a Santa-Sé recobrou os seus antigos domínios, etc.

CAPITULO X

CONSTITUIÇÃO DE 1820-22

1 — O desenvolvimento do liberalismo

A revolução francesa de 1789 fôra preparada pelas obras dos filósofos franceses do século XVIII, cujas idéias penetraram profundamente nalguns espíritos das classes mais cultas e, pouco a pouco, na classe popular.

Essas idéas, com o triunfo da Revolução Francesa, espalharam-se por tôda a Europa e produziram, na maior parte dos países, um movimento de renovação social, em que se proclamava a soberania do povo, em opposição à soberania dos reis.

Os *Direitos do Homem*, proclamados pela Assembléa Nacional Constituinte, saída da revolução de 1789, passaram a ser a Bíblia política dos povos.

Com as invasões francesas, essas idéias ainda mais se espalharam pelos países que sofreram o embate dos exércitos de Napoleão.

Portugal não podia, portanto, permanecer alheio ao progresso das idéas liberais.

Quando se deu a primeira invasão comandada por Junot, a família real e a côrte abandonaram o país e foram estabelecer-se no Rio de Janeiro.

Em 1815, com a batalha de Waterloo caiu por terra o imenso poder de Napoleão.



O povo e o exército aclamam a Constituição de 1820

A permanência da família real portuguesa no Brasil contribuiu para arrear mais nos brasileiros o espírito de independência já manifestado anteriormente.

Em 20 de Março de 1816, morria no Rio de Janeiro a rainha D. Maria I. Em 6 de Fevereiro de 1818, era aclamado, na mesma cidade, rei de Portugal o príncipe regente D. João.

Sem motivos que o determinassem, o novo rei continuou a residir no Brasil, sem aceder às instâncias de Portugal e das côrtes estrangeiras.

O nosso país continuava, portanto, entregue ao governo da regência, que cometia tôda a casta de erros e de violências. Ao mesmo tempo, continuava exercendo o comando do exército português o prepotente general inglês Beresford, que o mantinha em pé de guerra e conservava à sua frente muitos oficiais ingleses.

Esses factos produziram o descontentamento geral. Em 1817 foi descoberta uma conspiração, promovida por alguns officiaes e patriotas, e que tinha por fim libertar Portugal do dominio inglés. Em resultado da descoberta, foram enforcados em Lisboa, no Campo de Santana, onze dos principais conspiradores. O general Freire de Andrade, acusado do mesmo crime, embora innocente, foi, também, enforcado na Torre de S. Julião da Barra.

Em 2 de Abril de 1820, Beresford partiu para o Brasil. Em 24 de Agosto de 1820, rebentava no Pôrto uma revolução, cujos principaes chefes eram Manuel Fernandes Tomaz, José da Silva Carvalho e José Ferreira Borges.

Nomeou-se logo uma Junta provisória para governar o reino até ao regresso de D. João VI. A revolução foi entusiasticamente recebida pelas provincias do norte, cujas tropas foram juntar-se às do Pôrto. Marcharam, depois, em direcção a Lisboa. Antes de aqui chegarem, já a cidade se tinha sublevado, proclamando o regime constitucional e nomeando igualmente uma Junta.

As duas Juntas ficaram, então, iguais em número, sendo as suas deliberações tomadas conjuntamente.

Os officiaes ingleses receberam ordem de abandonar o país, e, quando Beresford regressava do Brasil, não lhe consentiram que desembarcasse.

Foi convocada uma assembleia que, em 23 de Setembro de 1822, decretou uma Constituição, que é o diploma mais liberal de quantos foram decretados pelo regime monárquico, e que se inspirou nos principios da Revolução Francesa de 1789 e na Constituição de Cadiz de 1812.

A respeito da revolução de 1820, diz-nos Oliveira Martins: «Foram nobres as intenções dos constituintes, mas cega-os a idolatria da liberdade».

Na verdade, perante as circumstancias em que o povo se encontrava, essa constituição era quimérica e absolutamente inadaptable ás condições da sociedade portugueza.

Entretanto D. João VI regressava do Brasil, depois de ter entregue o governo daquelle país a seu filho D. Pedro.

No dia 1 de Outubro de 1823, D. João VI jurava solenemente a nova constituição, tendo-se recusado a fazê-lo a rainha D. Carlota Joaquina.

A Constituição de 1822 caracteriza-se pelos principios liberais das suas cláculas, que são as seguintes:

Proclama o princípio da independência e da soberania da nação :

Ao parlamento compete fazer a constituição ou lei fundamental, «*sem dependência da sanção do rei*» ;

«*A lei é vontade dos cidadãos*», declarada pela unanimidade ou pluralidade dos votos dos seus representantes ;

Afirma os princípios da liberdade e da igualdade e afirma que «*a lei é igual para todos e todos os portugueses podem ser admitidos aos cargos públicos sem outra distinção que não sejam os seus talentos e virtudes*» ;

Todo o português deve amar a Pátria e defendê-la com as armas quando para isso fôr chamado ;

Estabelece a divisão dos poderes do Estado, que é «*característico do regime constitucional: poder legislativo, o executivo e o judicial*».

O rei deixava de dispôr de *veto absoluto*.

2 — Independência do Brasil

D. João VI aceitara e jurara, em 1 de Outubro de 1822, a Constituição promulgada nesse mesmo ano. Outro tanto não fez a rainha D. Carlota Joaquina.

O rei regressou do Brasil, onde deixara como regente seu filho D. Pedro.

Este facto, porém, caiu no desagrado dos brasileiros, até ali habituados às vantagens de metrópole, pelo estabelecimento da côrte no Brasil, e agora relegados a uma situação que lhes parecia igual à de uma colónia.

As côrtes constituintes, reduzindo a burocracia do Rio de Janeiro e ordenando ao príncipe regente o seu imediato regresso a Portugal, contribuíram para agravar ainda mais a situação.

A notícia dèstes factos no Rio de Janeiro teve como consequência o engrossamento do partido ali existente e que aspirava à independência do Brasil.

Em face do que se estava passando, D. Pedro viu-se na contingência de aceitar o título de defensor perpétuo do Brasil (15 de Maio de 1822).

No dia 7 de Setembro do mesmo ano, era proclamada, nas margens do Ypiranga, a completa independência do Brasil, sendo no mês seguinte aclamado imperador pelo povo, autoridades e tropas do Rio de Janeiro.

D. João VI só reconheceu a independência do Brasil em 1825, conservando para si o título de imperador.

3—Reacção absolutista — Vilafrancada e Abrilada

A influência de D. Carlota Joaquina no espírito do seu filho D. Miguel facilmente levou êste a pôr em prática um movimento sedicioso contra o rei seu pai, D. João VI.

E, diga-se de passagem, o meio era próprio, porquanto o povo não estava em situação de compreender o alcance das medidas de carácter social e político do movimento de 1820, consignadas na Constituição de 1822.

Em 27 de Maio de 1823 dava-se o movimento conhecido pelo nome de Vilafrancada. O infante D. Miguel, fazendo-se acompanhar de um esquadrão de cavalaria, dirigiu-se a Vila Franca, a reunir-se ao regimento de Infantaria 25, que se destinava a Almeida.

D. Miguel foi recebido, nesta vila, com entusiasmo.

D. João VI não reagiu contra a attitude revoltosa do filho.

Nomeou-o, mesmo, comandante em chefe do exército, prometendo, desde logo, dar uma nova Constituição baseada nas antigas leis do reino. Constituição que não chegou a ser elaborada, embora para tal chegasse a ter sido nomeada uma junta de catorze membros.

Há, aqui, uma duplicidade de carácter manifestada por D. João VI, porquanto êste procurava, ao mesmo tempo, agradar à facção liberal do país e aos elementos adversos.

Tal facto levou D. Miguel a planear uma nova insurreição, que tinha por objectivo obrigar o pai a abdicar. Com effeito, em 30 de Abril de 1824, D. Miguel chamava as tropas às armas, prendia vários ministros e personagens importantes e mantinha D. João VI incomunicável no palácio da Bemposta. A revolta, conhecida por Abrilada, terminou pela intervenção do corpo diplomático, que libertou o monarca, protestando contra qualquer violação da autoridade real. Em 9 de Maio, D. João VI refugiou-se a bordo dum navio inglês, no Tejo, donde demitiu D. Miguel do lugar de comandante do exército e o obrigou a exilar-se.

D. Carlota Joaquina recolhia ao convento da Estrêla.

4 — Regência — A carta constitucional

Em 6 de Março de 1826, falecia D. João VI, não sem que, antes, houvesse nomeado a infanta D. Isabel Maria para governar o país durante a sua doença e após a sua morte.

Entretanto, D. Pedro, que fôra aclamado imperador do

Brasil, era reconhecido como legítimo sucessor de D. João VI. Como, porém, não quisesse vir para Portugal, resolveu abdicar a corôa portuguesa em favor de sua filha D. Maria da Glória, adição esta que só se tornaria efectiva quando a princesa, que então contava 7 anos de idade, atingisse a maioridade. Ao mesmo tempo dava ao país uma Constituição, que se denominou *Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa* e foi outorgada em 29 de Abril de 1826.

5 — **Governo de D. Miguel — O terror (1828-1834)**]

Entretanto, a regência do reino ficava entregue à infanta D. Isabel Maria, até que chegasse a época da maioridade de D. Maria e D. Miguel realizasse com ela o prometido casamento.

Como a regente adoecesse gravemente, D. Pedro confiou a D. Miguel, como seu lutar-tenente, a regência do reino.

D. Miguel, que ainda se conservava em Viena de Áustria, voltou, então, a Portugal, onde chegou em 22 de Fevereiro, assumindo a regência do reino e jurando a Carta em 26 do mesmo mês. Logo, porém, a 13 de Março, dissolvia as côrtes, sem que ordenasse novas eleições.

Em 25 de Abril, os partidários do absolutismo pretenderam que D. Miguel tomasse o poder como rei absoluto. Foram, então, convocados os Três Estados, à maneira antiga e com a agravante de se excluírem da lista dos elegíveis todos os liberais, o que deu ocasião a que se fizessem vivos protestos e a que a guarnição do Pôrto se revoltasse, bem como o regimento de Lagos. As revoltas foram, porém, sufocadas e, em 7 de Julho de 1828, os Três Estados aclamam D. Miguel rei absoluto.

Seguiu-se, então, um período de tirania e de perseguições, de que foram vítimas os partidários do regime liberal. Foram presos e barbaramente maltratados muitos milhares de cidadãos, enforcados e assassinados muitas centenas dêles e confiscaram-se os bens de mais de oitenta mil famílias.

Os crimes, as barbaridades, os vexames e os arbítrios foram de tal ordem que nem os governos reaccionários da Inglaterra e da Espanha quiseram reconhecer o governo português. Foi uma época de trevas, de luto e de dôr para a sociedade portuguesa e que tristemente ficou assinalada na nossa História pelo nome de Terror.

6 — A luta entre liberais e absolutistas (1829 a 1834)

A revolta do Pôrto, em 1829, inaugurou a longa luta entre os liberais e absolutistas. Essa revolta alastrou-se a outros pontos do país.

As tropas liberais foram, porém, batidas pelo general miguelista Póvoas, vendo-se forçadas a retirar para Espanha e, dêsse país, para a França e Inglaterra.



Mousinho da Silveira

Só um ponto do território nacional restava submeter ao domínio completo do absolutismo, a Ilha Terceira, que, não obstante todos os assaltos dos miguelistas, se manteve sempre na defesa da causa liberal.

Foi nela que se encontraram os mais acérrimos paladinos da Carta Constitucional e dos direitos de D. Pedro, o conde de Vila Flôr, Bernardo de Sá Nogueira, marquês de Palmela, Saldanha, etc. A breve trecho, as restantes ilhas dos Açores



Luta entre liberais e absolutistas — O desembarque das tropas liberais no Mindelo

caíam em poder dos revoltosos, ficando apenas no domínio dos miguelistas a ilha de Santa Maria.

D. Pedro, ao saber destes acontecimentos, resolveu abdicar a coroa do Brasil e vir à Europa combater pela causa liberal e defender os direitos de sua filha. Efectivamente, depois de ter organizado uma expedição, com o auxilio da Inglaterra e da França, partiu de Belle Isle, a 10 de Fevereiro de 1832, em direcção aos Açores.

Logo que aportou a estas ilhas, D. Pedro tratou de organizar a expedição que devia actuar directamente no continente, entregando o comando da esquadra ao almirante inglês Sertorius e o do exército de terra ao conde de Vila Flôr.

Em 8 de Junho de 1832, a esquadra surgia em Vila do Conde, donde velejou para o norte. Na tarde desse mesmo dia, D. Pedro e os seus *sete mil e quinhentos bravos* desembarcaram na praia do Mindelo e apoderaram-se do Pôrto, onde heroicamente resistiram ao cêrco das tropas miguelistas.

Como o cêrco da cidade continuasse cada vez mais aper-

tado, D. Pedro resolveu enviar uma expedição que atacasse os miguelistas pelo sul do país. O comando das tropas, num total de 1.500 homens, foi entregue ao conde de Vila Flor, já então nomeado duque da Terceira, tendo saído do Pôrto, no dia 21 de Junho de 1833, numa esquadra dirigida pela almirante francês Napier. As tropas desembarcaram no Algarve e tomaram Olhão e S. Bartolomeu de Messines, ao mesmo tempo que Napier se assenhoreava de Tavira e de Lagos e aprisionava a esquadra miguelista, junto do Cabo de S. Vicente.



Joaquim António de Agular

De S. Bartolomeu de Messines seguiu o duque da Terceira, pelo Algarve e Alentejo, atravessou o Sado, entrou, de surpresa, em Alcácer do Sal, tomou, juntamente com Napier, a cidade de Setúbal, marchou sobre Azeitão e Cacilhas, derrotou e aprisionou quasi por completo o exército miguelista do comando do general Teles Jordão e entrou triunfante em Lisboa, no dia 24 de Julho de 1833.

A 28 de Julho surgia em Lisboa a esquadra de Napier e a 28 chegava D. Pedro, que tratou imediatamente de pôr a capital em estado de defesa contra os absolutistas.

Os miguelistas, depois de tentarem inutilmente tomar Lisboa, retiraram para Santarém, tendo, no ano seguinte, sido vencidos pelas tropas do marechal Saldanha, em *Almoster* (18 de Fevereiro de 1834), e pelas do duque da Terceira, em *Asseiceira* (16 de Maio de 1834).

A 26 de Maio de 1834, era assinada a *Convenção de Évora-monte*, segundo a qual D. Miguel foi banido do reino, com uma pensão anual de 60 contos de reis, que depois lhe foi retirada, por elle ter lavrado, em Viena, um protesto contra a cedência que fizera dos seus direitos, declarando achar-se coacto, nessa ocasião.

7 — A revolução de Setembro

No reinado de D. Maria II inaugura-se em Portugal uma longa série de discórdias civis que muito contribuem para a ruína das nossas finanças e para o desenvolvimento progressivo da democracia que a vitória dos liberais deveria ter estabelecido.

O primeiro ministério da rainha D. Maria II era presidido pela figura prestígioza do Duque de Palmela. Houve-se, porém, de tal maneira êsse ministério que a opinião publica o apodou de «ministério dos devoristas». Substituiu-o o que foi presidido pelo marquês de Saldanha, mas as intrigas palacianas apressaram a sua queda. O que se lhe seguiu teve igual sorte, depois duma viva contenda com o Parlamento, em virtude da nomeação secreta do principe D. Fernando de Saxe Coburgo, esposo da rainha, como comandante em chefe do exército. Subiu, então, ao poder o Duque de Terceira, cujo ministério seguiu uma política reaccionária e repressiva o que agravou a situação e trouxe como consequência o engrossamento do partido avançado e uma larga propaganda dos principios liberais e democráticos. As eleições, embora déssem uma maioria ficticia ao govêrno, demonstraram bem o descontentamento geral do país perante a marcha dos negócios públicos.

No parlamento, formava-se um grupo de deputados hostis à promulgação de algumas leis (1836) que desagradavam à opinião pública, grupo que, em breve, atingia as proporções

de um autêntico partido político, chefiado pelo liberal Manuel da Silva Passos.

E, a 9 de Setembro de 1836, a guarda nacional e a tropa da linha de Lisboa, proclamavam a Constituição de 1822, com as modificações que as Côrtes entendessem dever introduzir-lhe.

A rainha procurou, baldadamente, opôr-se ao movimento, abandonando o palácio das Necessidades, instalando-se no de Belém e demitindo o ministério que a revolução lhe impusera e tentando, pela força, fazer triunfar a Carta.

Essa contra-revolução, conhecida pelo nome de *Belenzada*, gorou por completo, pelo que a rainha D. Maria II (D. Maria da Glória) julgou prudente ceder e organizar um ministério *setembrista*, presidido por Manuel da Silva Passos (4 de Novembro de 1836).

8 — Revolta dos marechais (1837)

O triunfo da revolução de seteimbro não fizera cessar as conspirações dos partidários da Côrte. Dessas conspirações resultaram várias revoltas militares em diferentes pontos do país. O govêrno fez então nomear lugar-tenente para as províncias do norte, o visconde de Sá da Bandeira. Justamente quando êste se dirigia a Valença no intuito de activar o cêrco que estava sendo feito aos amotinados pelo barão de Almargem, Saldanha entrava em Sintra e tomava o comando de outros sublevados. Sabedor do facto, Sá da Bandeira regressa ao Pôrto cuja agitação cartista consegue dominar, assegurando por completo a tranquilidade pública. Parte depois, para Coimbra e para o Pombal, onde faz a junção com as tropas governamentais do barão de Leiria e marcha em seguida, para Castelo Branco, onde esperava defrontar-se com Saldanha.

Êste, porém, não se detivera naquela cidade. Entrara em Tôrres Vedras, depois de passar pela Serra da Estrêla Coimbra e Leiria. Em Tôrres juntou-se-lhe o duque de Terceira, vindo ambos para Lisboa, donde marcharam novamente para aquela localidade e em seguida para Coimbra, onde não conseguiram entrar.

Depois duma longa série de peripécias em que sobressaíu o combate de Ruivães (18 de Setembro de 1837), no qual as tropas governamentais venceram por completo as dos revoltosos, comandadas pelo barão de Leiria. A essa vitória seguiu-se a convenção de Chaves, pela qual as tropas aderiram, tôdas,

ao govêrno constituido e os dois marechais, Saldanha e Terceira, eram obrigados a abandonar o país.

9 — Constituição de 1838

Nem mesmo assim os ânimos se apaziguaram, dando-se em 1839 novos motins, prontamente sufocados, em Lisboa e Castelo Branco. Em Junho de 1841 modificava-se mais uma vez o ministério.

Em 27 de Janeiro de 1842, o então ministro da Justiça, Costa Cabral, conseguia que o Pôrto restaurasse a Carta de 1620. A rainha, que sympathizava com o movimento, escolheu um novo ministério presidido pelo duque de Palmela. Esse ministério, a que deram o nome de ministério do Entrudo, durou apenas dois dias, formando-se um outro da presidência do duque da Terceira, que a 24 do mesmo mês se modificava para nele entrar Costa Cabral.

A Constituição de 1838 mantivera-se, portanto, até 1842, ano em que foi novamente restaurada a Carta Constitucional.

10 — Revolução da Patuleia, ou da Maria da Fonte

As violências praticadas pelo ministério Costa Cabral, sobretudo as suas medidas tributárias, bem como alguns excessos cometidos contra os adversários do partido cartista, provocaram esta revolução, que teve um carácter popular.

Este movimento começou no Minho, onde, ao que se dizia, uma mulher chamada Maria da Fonte primeiro soltou o brado de revolta contra os agentes do fisco.

Não podendo o govêrno da rainha sufocar a revolta, a guerra civil ateou-se novamente em Portugal, entre as fôrças fieis a êste e as da *Junta do Pôrto*, a que presidiam o conde das Antas e José da Silva Passos. A revolução a que aderiram como seus generais, Sá da Bandeira, conde de Bonfim e general Celestino, tomou um vivo incremento sendo resolvidos os combates, em que os revoltosos, a-pesar-de batidos quasi sempre, pelas fôrças da rainha, se mantiveram, com firmeza nos seus propósitos.

Vendo-se impotente para os subjugar, o govêrno da rainha resolveu-se a solicitar a intervenção da Espanha e da Inglaterra.

E assim, um exército espanhól do comando do general La Concha, atravessava a provincia de Trás-os-Montes e acampava em Valongo, ao mesmo tempo que a esquadra do Conde

das Antas que saíra do Pôrto para tentar sublevar o sul do país, era aprisionada pela esquadra inglesa.

Em Setubal tentou ainda o visconde de Sá da Bandeira vencer as tropas fieis do comando do general Vinhais. Essa tentativa fracassou por completo.

Os revoltosos foram, assim, constangidos a submeter-se e a, assinar com as forças inglesas e espanholas, a convenção de Gramido pela qual era dissolvido o exército da Junta e soltos os prêsos políticos (29 de Junho de 1844).

11 — Regeneração (1851) — O acto adicional de 1852

A opinião pública não aceitara bem a nomeação de Costa Cabral para presidir a novo ministério (29 de Junho de 1849).

Saldanha revoltou-se, então, mas foi forçado a retirar-se para Espanha, donde voltou pouco depois, a pedido de Rodrigo da Fonseca Magalhães, para conseguir da rainha substituir êle o conde de Tomar na presidência do ministério.

O ministério Saldanha, denominado da Regeneração, fez convocar o parlamento, que promulgou o *Acto adicional de 1852*. As eleições para deputados começaram a ser directas. Foi êsse ministério, que teve como figura de maior relêvo Rodrigo da Fonseca Magalhães, que conseguiu pôr termo às lutas civis, inaugurando uma política de tolerância, de conciliação, de fomento e de progresso.

Nova alteração se dá à Carta Constitucional, no ano de 1885, com o segundo *Acto Adicional* (reinado de D. Luís),

12 — Características do Constitucionalismo

Findas que foram as agitações políticas provocadas pelo absolutismo, opera-se em Portugal um largo desenvolvimento económico e literário.

O regime constitucional entra numa fase de grande actividade.

As liberdades públicas e os direitos dos cidadãos passam a ser respeitados. Encetam-se algumas obras de fomento que muito contribuem para progresso do país: estradas, caminhos de ferro, linhas telegráficas.

Nas lêtras dá-se um verdadeiro renascimento. O romantismo entra em pleno vigor em Portugal. Surge uma pléiada brilhante de escritores, entre os quais se destacam Alexandre Herculano, Garrett, Castilho, Camilo, Rebelo da Silva,

Pinheiro Chagas, e mais tarde uma nova falange de grandes literatos, como Eça, Guerra, Junqueiro, Oliveira Martins, Gomes Leal e Fialho de Almeida.

A acção parlamentar tem, então, o seu período de maior esplendor, produzindo um grande número de oradores, entre elles José Estevão.

As nossas colónias começam, então, a merecer a atenção de esclarecidos estadistas, como o marquês de Sá da Bandeira.

Nas colónias, Serpa Pinto, Capêlo e Ivens realizam as suas célebres e patrióticas explorações africanas, indo de Benguela à contra-costa.

A esses audazes exploradores juntam-se muitos outros, como Anchieta, Paiva de Andrade, Henrique de Carvalho, Silva Pôrto, que levantam alto o prestígio português.

Não é menos brilhante a nossa acção militar feita no intuito de manter a nossa soberania nos extensos domínios de Africa contra os indígenas rebeldes. As campanhas de 1894 a 1907. Marracuene, Magul e Chaimite, em Moçambique, as campanhas de 1907, contra os cuamatos e os dembos, em Angola, enchem de glória os nossos bravos soldados e dão eterno renome aos seus capitães. Mousinho de Albuquerque, José Ribeiro, Freire de Andrade, Paiva Couceiro, Rodrigues Galhardo, Sousa Machado, Alves Roçadas, Pereira de Eça, Vieira da Rocha, João de Almeida, e tantos outros destemidos officiaes, do nosso exército e da nossa Marinha de Guerra.

De uma maneira geral, enfim, se pode dizer que o período constitucional, é verdadeiramente um período áureo da história e uma etapa decisiva para o progresso moral e material de toda a nação.

Leituras: O regime do terror

O Estado da Beira nos principios da primavera de 1831, era, de feito, para inspirar certas reflexões aos menos timoratos. Larga rêde de accusadores públicos cortavam em cada dia a paz das familias, jurando de visu coisas que não haviam visto nem podia vêr; ou porque o juramento recaia sobre circumstancias que, poucos dias depois, se reconhecia que eram falsas ou porque se verificava que o accusador na hora por elle próprio indicada, não podia ter visto aquillo que denunciava com juramento. A justiça do tempo não se incomodava, porem, com estas irregularidades, que só atormentavam familias roubando-lhes os chefes, ou serviam de fundamento para sequestros, para apupadas e para insultos, mesmo a senhoras desprotegidas e indefesas! Os mal in-

tencionados tinham largas ensanchas para poderem cometêr os desacatos que sempre cometem, quando há governo que lhos consente e lhos ajuda. Que importância podiam ter estes desvios da justiça e da caridade perante o modo por que tantos entendiam a glória do sr. D. Miguel?

Alguns padres faziam do púlpito tribuna de demagogos e concitavam o povo a ódios e vinganças: a maior parte dêstes, por ignorância, e muitos por espirito pouco evangélico, faziam dos pedreiros livres abomináveis descrições, que jogavam per'has com a letra das proclamações do senhor D. Miguel em 1824! É certo que, por esta forma, os prédigadores inspiravam a uma turba de maravilhosa ignorância o pior dos ódios, o fanatismo, que vinha adicionar-se aos rancores políticos.

Tinha já vindo a público o feroz decreto de 9 de Fevereiro de 1831, em que eram criadas comissões especiais para julgarem as pessoas comprehendidas nos crimes de aliciação para a revolta, sedição ou movimentos tumultuários.

Nêle se ordenava que um dos magistrados, á escolha do presidente, fôsse encarregado da instrução primária e simplesmente verbal, sem sujeição a formalidades judiciais, de que se tornam indignos réus de tão execrandos crimes, e que as sentenças fôsem irremediavelmente executadas nas vinte e quatro horas que se seguissem áquela em que houvessem sido dadas.

Uma parte da nobreza, ignorante e vaidosa (enfezado resto da heróica Nobreza de outras eras), que a reacção de D. Maria I, as duas regências e o governo de D. João VI haviam lentamente preparado, açulava a plébe audaciosa. Depois se viu que foi precisamente essa parte a que não deu soldados ao exército realista ou a que só o forneceu de milicianos fingidos ou sempre em casa com pretexto de moléstia! O Povo, dependente e mergulhado em trevas, propendia para todos os desatinos da credulidade fanática. O Clero ignorante limitava as suas aspirações á continuação dos dízimos e prebendas. Nas cabeças dos seus membros não se viu infel'ência para nutrir ao menos a idéa de conservar á classe as imunidades e larga base política e religiosa de outros tempos.

Esta idéa que fez a grandeza histórica de alguns papas e do clero de outros países, não eram para os cérebros dos incitadores de ódios e de delações por obrigação religiosa.

E assim, teve o partido miguelista por agentes, na perseguição dos liberais, muitas das suas autoridades por comparsa no drama: a plébe por elas sublevada; por demagogos, muitos padres, por argumento, as prisões e ás vezes por conclusão a força. O partido liberal era representado por mulheres de luto, filhos orfãos ou separados dos pais e casas arruinadas e empobrecidas. O que nêle havia válido, jazia entre ferros, estava exilado ou escondido.

(A. Silva Gaio—Mário).

CAPITULO XI

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Nos últimos reinados do período constitucional, deu-se, em Portugal, uma profunda crise política, económica e social. Os governos que dirigiram os negócios da nação não conseguiram nunca dar-lhes as devidas soluções. Todos os factores da vida moral e económica foram, em geral, desprezados, não se realizando as reformas de carácter democrático e liberal de que a nação necessitava, nem se cuidando de sistematizar a actividade agrícola, industrial e comercial do país, nem de libertar a grande massa da nação da sua ignorância, do seu servilismo e da sua miséria. Os erros sucessivos de administração, os abusos de poder, a má aplicação das receitas do Estado, a falta de iniciativa e, ainda, outras causas, trouxeram uma inquietação geral que favoreceu a propaganda das idéas republicanas.

Os governos que pretenderam engrandecer o poder real por meio de medidas violentas e contrárias ao espírito progressivo da nação ainda mais contribuíram para aumentar o espírito revolucionário.

No reinado de D. Carlos, dera-se já o movimento republicano de 31 de Janeiro, que foi prontamente sufocado. As medidas que posteriormente se tomaram reincidiram nos mesmos erros e nos mesmos abusos, o que concitou contra a

monarquia uma forte oposição, geradora do atentado que vitimou aquele rei e o herdeiro da corôa.

No reinado de D. Manuel II, filho segundo de D. Carlos, a monarquia caiu num completo descrédito, favorecendo a eclosão do movimento que proclamou em Portugal a República, no dia 5 de Outubro de 1910.

A revolução, recebida, com o maior entusiasmo, por todo o país, encetou desde logo uma série de reformas de carácter



Gago Coutinho

político, educativo e social, que deram à sociedade portuguesa uma estrutura inteiramente nova.

De esperar era que a nova fórmula de governo, removidas as causas que lhe impediam a sua marcha, conseguisse, por meio de leis úteis de crédito, de trabalho, de educação, de propriedade e de fomento, realizar o progresso e bem estar da nação.

Infelizmente, as rivalidades entre os chefes dos partidos,

as lutas entre as diferentes facções, o atraso mental da sociedade portuguesa, a falta de instrução e de educação cívica da massa popular, o mau estado das finanças do Estado e outras causas de carácter político e social obstaram a que as novas instituições realizassem de pronto as reformas de que a nação carecia, para o seu prestígio e progresso.

A par de algumas medidas de importância real, como foram as que reorganizaram os serviços públicos, a instrução, o exército e a marinha e de alguns factos de relêvo, como foram a nossa intervenção na Grande Guerra, a que mais particularmente se faz referência noutro lugar, a grande travessia aérea do Atlântico, realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, as medidas tomadas para a realização do equilíbrio orçamental, estabilização da moeda e solução dos problemas de carestia da vida e do inquilinato e ainda a efectivação de algumas obras de fomento e de valorização do nosso património colonial, produziram-se outros factos que muito perturbaram a vida da nação. Tais foram as incursões monárquicas do 1911 (*a*) os pronunciamentos militares de 1914 (*b*) e de 1917 (*c*) a mortandade de 19 de Outubro de 1921 (*d*) as greves e atentados sociais, as especulações de alguns financeiros e os dissídios entre as diferentes facções políticas.

Esse mal estar político e social foi, ainda, agravado pelas dificuldades económicas resultantes da Grande Guerra. Renovaram-se as lutas políticas, a acção parlamentar ressentiu-se grandemente de tôdas as perturbações e a nação encontrou-se a braços com as maiores dificuldades financeiras e políticas produzindo-se uma nova crise perturbadora da marcha dos negócios públicos.

Como consequência, deu-se o movimento de 28 de Maio de 1926 (*e*), pelo qual o exército interveio directamente no governo da nação, e com um objectivo de carácter nacional, destinado a normalizar a vida da nação e a prestigiar a República.

Nesse intuito, estabeleceu o regime de ditadura, que actualmente governa o país, tendo promulgado várias leis tendentes a estabelecer o equilíbrio orçamental, a reorganizar a instrução, o exército e a marinha e os serviços públicos e ainda a modificar a estrutura orgânica, política e social da sociedade portuguesa.

Notas referentes ao capítulo precedente

a) Muitos dos mais importantes defensores da monarquia haviam-se acolhido ao estrangeiro, especialmente a Espanha, donde promoveram uma violenta campanha contra o novo regime. Dirigidos por um dos seus mais prestigiosos caudilhos, o capitão Paiva Couceiro, decidiram-se por fim a invadir o território português com fôrças armadas em Espanha. O malôgro dessas tentativas de restauração monárquica foi completo. O exército republicano soube repeli-las com energia e manter o prestígio das instituições batendo sempre os partidários da realeza.

b) O pronunciamento de 1914 foi promovido pelo general Pimenta de Castro a pedido do então chefe do Estado, Manuel de Arriaga. Sem programa definido o govêrno dêsse general, que prometêra governar com a lei, a breve trecho entrava num regime de ditadura encerrando o parlamento, dissolvendo as corporações administrativas e suprimindo a Constituição. Essa ditadura trouxe como resultado o movimento de carácter militar, e civil de 14 de Maio, de 1915, que derubou o govêrno de Pimenta de Castro e restaurou as liberdades constitucionais.

c) O pronunciamento militar de 5 de Dezembro, de 1917 teve como principal dirigente Sidónio Pais, oficial do Exército que militava num dos partidos da Republica, Assumindo a presidência da Republica o novo chefe de Estado pretendeu imprimir uma nova feição ao regime orgânico da nação e estabelecer uma republica de carácter presidencialista, para o que estabeleceu um govêrno ditatorial.

O assassinio de Sidónio Pais, cometido em 14 de Dezembro de 1918, fez com que os partidários da monarquia, que tinham sido os principais defensores da ditadura, tentassem com a coadjuvação de alguns amigos do malogrado presidente, derubar a República.

Nêsse intuito os monárquicos, que vinham dispendo de influências na politica geral do país, conseguiram plantar a monarquia na nossa segunda capital e dominar em quasi todo o norte de Portugal. Alguns elementos do exército hostis ao regime republicano, conseguiram igualmente juntar algumas unidades na Serra de Monsanto, e Lisboa, onde arvoraram a bandeira monárquica. Os dois factos produziram um movimento de repulsa em todo o país, organizando-se imediatamente fôrças

militares e civis que marcharam ao encontro das tropas revoltadas. Após um vivo ataque contra os sublevados do norte (Estarreja, Albergaria, Anjeja, Bemposta, Vizeu, Régua, etc.), os defensores da Republica conseguiram em breves dias vencer por completo os inimigos, e assim, restabelecer o prestígio do regime.

d) O movimento de 19 de Outubro de 1921 foi assinalado pelo bárbaro morticínio dos caudilhos republicanos Antonio Granio, Carlos da Maia e Machado dos Santos, o que para logo o tornou perfeitamente antipático. O govêrno, que se estabeleceu então, nem conseguiu apaziguar os animos nem promover quaisquer medidas que puzessem côbro ao mal estar politico e social da nação.

e) Em 5 de Julho de 1932 assumiu a presidência do ministério o exm.º sr. dr. Oliveira Salazar, que fôra até então o ministro das Finanças.

O govêrno da Ditadura Militar entrou desde êsse momento numa nova fase de actividade política e social, tendo promulgado uma Constituição que estabelece um Estado Corporativo e decretado vários diplomas tendentes a dar realidade à nova doutrina política, cujas características foram definidas na proclamação que o govêrno dirigiu ao país em Março de 1933, e que a seguir se transcreve :

Aos portugueses

«Sem retaliações, sem ódios, com os olhos postos na Pátria:

O Exército e a Armada, interpretando a vontade clara da Nação, estabeleceram, em 28 de Maio de 1926, a Ditadura Nacional e encerraram um ciclo político caracterizado pela instabilidade da Presidência da Republica e dos Governos, pela exaltação partidaria, pelo parlamentarismo absorvente e incapaz de legislar, pela desordem administrativa.

A Ditadura firmou a ordem publica, dominou as revoltas, restaurou as finanças, a moeda e o crédito, reparou e expandiu todos os meios de comunicação, deu incremento á economia geral, reformou e alargou a instrução, melhorou as condições do Exército, iniciou a renovação da Armada, lançou, com o Acto Colonial, as grandes bases da nova administração do Ultramar e promoveu a agremiação civica denominada *União Nacional*.

Com os al'cerces já existentes, cheia de prestígio no País e no estrangeiro, a Ditadura julgou chegada a hora de ser promulgada uma nova Constituição, dada que a de 1911, pelos principios em que assentava e pela defeituosa organização dos poderes detentores da soberania, nunca poderia resolver o nosso problema politico. Essa Constituição presidirá á completa organização e evolução futura de Portugal e do seu império

e à actividade construtiva dos Ministérios no campo das reformas morais, sociais, militares, económicas e coloniais, e isto não só depois de funcionar a Assembleia Nacional, mas ainda antes, durante o período em que têm de ser elaborados e decretados, em harmonia com a sua letra e o seu espírito, o Código Administrativo, o Regimento das Corporações e as leis eleitorais necessárias.

A Constituição que vai votar-se aproveitou os ensinamentos da própria existência e acção da Ditadura em quasi sete anos decorridos e os ensinamentos que a vida politica de muitos Estados põe hoje à consideração de todos os homens. Ela compreende os mais altos principios e normas que neste momento da civilização, e nas presentes circunstâncias do Mundo e especiais de Portugal, podia e devia reunir para assegurar os direitos e garantias do cidadão, da familia, das Corporações, das autarquias locais, da administração geral, da propriedade, do capital, do trabalho, coordenando convenientemente todos os factores de tradição, conservação e progresso da Pátria Portuguesa.

Aprovar a Constituição é, pois, querer o fortalecimento e a consolidação da autoridade, da defesa nacional e da ordem, a segurança das verdadeiras liberdades individuais, a restauração familiar, o desenvolvimento da nossa economia, uma ordenação racional de toda a nossa vida publica e privada. E' querer impedir a anarquia e decadência para onde as lutas das facções e as correntes subversivas tenderiam a arrastar Portugal.

São escuros e temerosos os tempos que correm por todo o Universo. Por toda a parte terá de buscar-se a salvação na existência de Governos estáveis e fortes, que, livres do partidatismo e parlamentarismo desordenados, norteados pelas ideias superiores de justiça e de elevação patriótica, apoiados na consciencia dos bons cidadãos e na disciplina e honra da força armada, exerçam acção vigilante, vigorosa, profundamente reformadora.

Há no nosso Portugal males antigos de organização económica e social que devem ser atacados. Ha para trás vicios e erros politicos e administrativos que não devem reaparecer. Ha diante de nós perigos graves que têm de ser vencidos, e a prosperidade e prestígio do País que devem ser procurados ainda com mais ardor.

Perante as deficiências e contingências actuais, é cada um de nós obrigado a perguntar no intimo da sua consciencia aonde teriam chegado a calamidade e desgraças de Portugal, se não houvessem sido mandadas calar as desordenadas e estereis paixões partidarias e se a Ditadura não tivesse feito o que até agora pôde fazer. Cada um de nós deve considerar o abismo para onde iriamos ainda, se fôsse possível que os revolucionarios profissionais e os seus sequazes de destruição voltassem a ter nas mãos o governo do País. No fim, cada um de nós deve calcular quanto farão, apesar de todas as contrariedades, para a regeneração de Portugal, aqueles que o têm sustentado, engrandecido, prestigiado pela Ditadura, e o podem dirigir e melhorar ainda mais, com o mesmo espirito, se o concurso da Nação os acompanhar. A esta compete dar na resposta á consulta plebiscitaria o impulso de primeira grandeza que o pensamento do Estado Novo lhe reclama nesta vertente da Historia Pátria.

Cada voto favoravel revelará um entendimento e um coração que repudiam a cumplicidade com todos os agentes da desordem, da revolução e da ruina portuguesa, e afirmam querer todos os esforços que ten-

dam à reorganização, estabilidade e progresso do seu País. Cada voto favorável reconhecerá que o ilustre Chefe do Estado, conduzindo Portugal no mais alto posto desde 1926, assegurou pelas suas qualidades excepcionais a continuidade e equilíbrio governativo e o êxito da obra que a Ditadura se propôs.

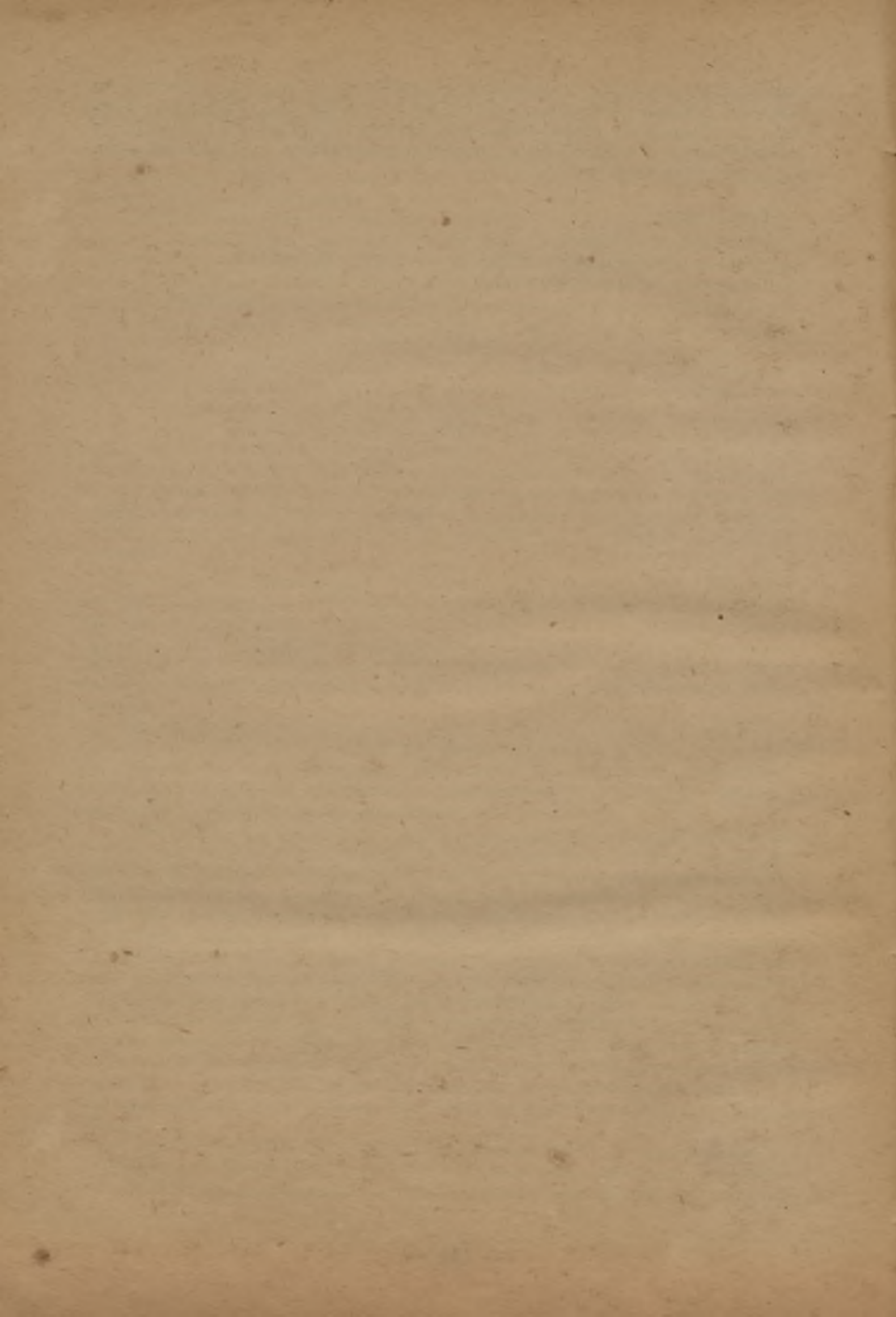
Portugueses:

Votai a Constituição!

Votai a prorrogação do mandato do Chefe do Estado!

Votai pelo futuro de Portugal!

O GOVERNO»



CAPITULO XII

PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA GRANDE GUERRA

A Grande Guerra, que durou de 1914 a 1918, foi originada no «ultimatum» enviado pela Austria á Sérvia, em 28 de Julho de 1914, após o assassinio do arquiduque herdeiro do trono austriaco, cometido por um estudante sérvio na cidade de Seravejo.

O «ultimatum» continha as mais humilhantes imposições para a Sérvia. Não obstante a resposta conciliatória dada por este país, a Áustria declarou-lhe guerra em 28 do mesmo mês.

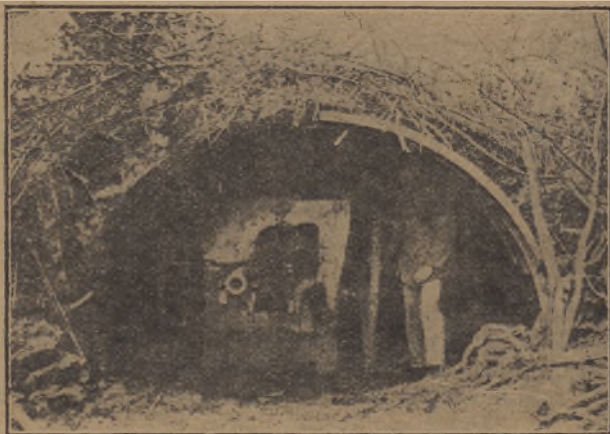
A êste acto seguiu-se uma série de complicações diplomáticas entre as chancelarias das potências, as quais formaram dois blocos, o dos impérios centrais e o dos aliados.

No primeiro de Agosto a Alemanha declarava guerra á Rússia, e a 2 dêsse mesmo mês, penetrava no território do Luxemburgo. A 3 declarava guerra á França; a 4 á Bélgica cujo território violava de surprêsa.

Deu-se então a intervenção da Inglaterra em defesa dêsse último país, ficando, assim, de um lado, a Inglaterra, a França, a Russia, a Bélgica e a Sérvia, do outro a Alemanha, a Áustria e a Hungria, sendo arrastadas mais tarde para a contenda a Itália, a favor dos aliados, e a Turquia, em defesa dos impérios centrais.

Os restantes países declararam a sua neutralidade, com excepção de Portugal que nenhuma declaração fez nêsse sentido, mas que logo em 7 de Agôsto pela voz do seu parlamento, afirmou estar pronto a prestar todo o seu concurso á sua velha aliada, a Inglaterra.

Como conseqüência dessa declaração foi enviada a Londres, em Outubro de 1914, uma missão militar destinada a consertar com o govêrno britânico a melhor maneira de se levar a efeito uma acção comum entre as duas nações.



C. E. P. — Um abrigo para peças de campanha

Entretanto, o govêrno português enviava duas fôrças expedicionárias ás nossas colónias de Angola e Moçambique, como medida preventiva de defesa e vigilância dos nossos domínios, providencias essas que os factos posteriores se encarregaram de inteiramente justificar.

O ataque feito pelos alemães ao pòsto militar de Naulila na fronteira de Moçambique, em 24 de Agôsto de 1914, os incidentes de Naulila e do Guangar, o assassinio traiçoeiro e cobarde da guarnição dêste último pòsto, em Outubro do mesmo ano, a tomada de vários pòstos da fronteira sul de Angola (Sunja, Sambio, Dirico, Mucussa), em Novembro, demonstram à evidência, a oportunidade e o acêrto com que

se determinara guarnecer de forças militares aquelas nossas duas províncias.

O violento combate de Naulila, em 18 de Dezembro de 1914, em que as tropas portuguesas a-pesar-de se baterem enèrgicamente se viram forçadas a abandonar aquela posição, os violentos combates de Môngua (17 de Agôsto de 1918) e de N'giva (4 de Setembro) provaram mais uma vez a valentia, a disciplina e a resistência dos nossos soldados, dirigidos, em 1914, pelo coronel Alyes Roçadas, e nos anos seguintes pelo general Pereira de Eça, tendo-se os portugueses batido desesperadamente contra as forças alemãs da Damaralanda e contra os indígenas do Cuamato e do Cuanhama, que os alemães haviam conseguido levantar contra Portugal.

Por outro lado a ocupação da baía de Kionga, região muito rica e plantada de palmares extensos, e de que os alemães nos haviam desapossado, em 1894, a travessia do Rovuma em 1916, o combate de Nhamacurra, a ocupação de Newala, e 1917, assinalaram igualmente o espirito combativo e de sacrificio das tropas expedicionárias, que, sucessivamente e sob o comando do coronel Moura Mendes, general Ferreira Gil e coronel Sousa Rosa, haviam sido enviadas áquela nossa provincia ultramarina, em 1915, 1916 e 1917.

No que se refere à guerra travada na Europa, a instabilidade dos governos da metrópole, os dissídios internos dos portuguezes e a falta de recursos financeiros foram prorrogando os trabalhos para a constituição da Divisão Auxiliar, que pretendiamos levar ao teatro da guerra europeia, trabalhos que só vieram a entrar em plena actividade em Agôsto de 1915, sob a enèrgica, persistente e patriótica acção do general Norton de Matos, que era, ao tempo, o ministro da Guerra.

Na primavera de 1916, no campo de instrução de Tanços, estava constituida e perfeitamente ordenada uma Divisão de cerca de 12.000 homens cujo comando foi entregue ao general Tamagnini de Abreu, divisão que serviu de base ao Corpo Expedicionário posteriormente enviado para o campo de batalha da Europa.

Em 28 de Fevereiro de 1916, a pedido do governo inglês, o nosso governo ordenava o apresamento de todos os navios

alemães surtos nos portos portugueses, o que trouxe como consequência a declaração de guerra a Portugal feita pela Alemanha, em 9 de Março, e o rompimento das relações diplomáticas com o nosso país por parte da Áustria, em 15 do mesmo mês.

Em 28 de Fevereiro de 1917 começaram a chegar á zona do Théroanne na Flandres, as primeiras fôrças do Corpo Expedicionario Português o qual ficou constituído em 20 de Abril, num Corpo do Exército, composto de duas Divisões, a primeira comandada pelo general Gomes da Costa, com



C. E. P. — serviço de maqueiros no campo de batalha, na Flandres

o Quartel General em Théroanne; a segunda sob o comando do general Simas Machado, com o Quartel General, instalado em 30 do mesmo mês em Frenquembergues. O efectivo dessas duas divisões elevou-se, segundo a estatística oficial, a 55.165 homens.

Nos sectores que lhes foram confiados, nas margens de La Lys, as tropas portuguesas, atacadas rudemente e sem descanso pelos alemães, souberam manter-se sempre no seu pôsto com denodo e galhardia, tomando parte importante e decisiva em muitos combates e havendo renovado em deze-

nas de lances, as heróicas façanhas dos seus antepassados, detendo sempre com incomparavel bravura o embate dos inimigos tantas vezes em número muito superior.

O sector português foi mais particularmente visado pelos alemães a partir de Dezembro de 1917, chegando ao máximo de intensidade em Março de 1918, data em que os nossos adversários desencadearam sobre as nossas reduzidas forças a mais temível e violenta das suas ofensivas.

Em 7 de Abril achavam-se as tropas portuguesas occupadas em operações de deslocação e de reagrupamento ordenadas pelo comando inglês. Foi justamente essa a ocasião esco-



C. E. P. — Morteiros ligeiros

lhida pelos alemães para um ataque decisivo e que há muito haviam preparado.

Na madrugada de 9 de Abril caía sobre o sector português uma verdadeira avalanche de fogo. A batalha, conhecida por batalha de La Lys ou de Armentières, foi a mais rude e desesperada de todas as que sustentámos na Flandres. As forças anglo-portuguesas, que defendiam os sectores de Armentières, -La Bassée, foram surpreendidas sobre um «front» de cerca de 20 quilometros.

O bombardeamento da artilharia alemã foi ininterrupto e de tal natureza violento que cortou tôdas as comunicações telefônicas e telegráficas e inutilizou a maior parte dos postos de T. S. F., ao mesmo tempo que o fogo de barragem tornava quasi impossível o emprêgo de quaisquer agentes de ligação.

Após quatro horas e meia dessa violenta e incessante preparação da artilharia inimiga, as tropas de infantaria das divisões do general Von Quaast irrompiam em massas compactas pelas trincheiras portuguesas e inglêsas levando tudo de vencida a ferro e fogo.

A nossa artilharia, não obstante a falta de ligações e de informações e a impossibilidade de se reabastecer de munições, manteve-se firme na sua posição até não ter com que combater.

As fôrças de Von Quaast eram formadas por oito divisões de primeira linha e duas de reserva, podendo assim bater prontamente o já então bastante reduzido corpo português. Não o conseguiu, porém com facilidade e ainda porque, como o afirmou o marechal Hindenburgo, ocupávamos uma posição insustentável fôrse para quem fôrse. Os portugueses nessa crítica situação bateram-se desesperadamente e só se renderam perante a brutal e esmagadora superioridade das fôrças inimigas. Para se avaliar bem o que foi essa heróica e porfiada defesa dos bravos soldados de Portugal, basta que se consultem as estatísticas oficiais. Nessa batalha sangrenta fôram feitos prisioneiros 6.570 soldados nossos e mortos 2.298!

Na tarde de 9 de Abril, o comando britânico ordenava a instalação da quasi totalidade das fôrças dispersas na zona de Saint-Venan, que o nosso Quartel General ali instalado, fôra impellido a abandonar perante o terrível bombardeamento dos nossos inimigos.

Contudo um punhado de bravos pertencentes aos batalhões do 13.º e 15.º regimentos, famintos e extenuados por completo, defendeu desesperada e heróicamente e até se lhes esgotarem os últimos cartuchos, em 9 e 10 de Abril, o reduto de La Couture, onde hoje se ergue como padrão para a posteridade, o monumento de Portugal.

Reconstituído, a partir de 13 de Abril, na zona do Samer o pouco que restava das nossas fôrças e não obstante o esforço ininterrupto e aniquilador de quasi um ano de guerra, já em 16 de Junho os portugueses se encontravam ao lado dos inglêses, nas linhas avançadas e prestando-lhes os mais relevantes serviços.

Em 24 de Agosto de 1918, era o general Tamagnini substituído pelo general Garcia Rosado, sem que todavia se conseguissem reenviar os necessários reforços, a fim de que a heróica Divisão Portuguesa repousasse da pesada e dura campanha que tão corajosamente e tão bravamente havia suportado.

Em 11 de Novembro dava-se o Armistício que vinha pôr termo á tremenda carnificina dando a mais completa e retumbante vitória aos aliados. Justamente nessa data encontravam-se nas linhas avançadas três batalhões de infantaria, dez baterias de artilharia pesada e nove de artilharia ligeira compostos por portugueses de raça, dispostos a mais uma vez vender caro as vidas em defesa da Liberdade, da Justiça e do Direito dos povos, honrando, assim, os compromissos tomados, dignificando o exército e prestigiando a Pátria.

*

Na longa campanha de mais de dezoito meses não foi menos importante e esforçada a acção da nossa Marinha de Guerra.

Na vigilância das costas, na defesa dos transportes de guerra e de comércio, na caça e perseguição aos navios inimigos, nas campanhas de Africa, os marinheiros de Portugal honraram as suas velhas e gloriosas tradições, portando-se com uma coragem, um denodo e uma tenacidade inegaláveis.

De entre os actos de bravura praticados pela nossa Marinha de Guerra destaca-se e perdurará para sempre na historia da Grande Guerra o glorioso feito do comandante Carvalho de Araujo, que sustentou, dentro do seu frágil caça-minas um heróico combate de duas horas contra um possante submarino alemão que tentava a todo o custo atingir o paquete português «S. Miguel» comboiado pelo nosso pequeno barco de guerra. Carvalho Araujo, vendo-se impotente para derrubar o inimigo, avança intrépidamente para êle obrigando-o assim a deixar a perseguição ao vapor português, que consegue safar-se a todo o vapor e arribar com os seus duzentos passageiros a Ponta Delgada. Entretanto o pequeno caça-minas, continuara desesperadamente o combate em que veio a perecer serena e impávidamente o seu bravo capitão, ferido por uma bala traiçoeira e já quando fôra içada a bandeira branca!

Igualmente se deve mencionar a esforçada e valorosa acção



<i>CAPITULO IV</i>	Págs.
A Dominação Castelhana	105
<i>CAPITULO V</i>	
Restauração da Independência de Portugal	113
<i>CAPITULO VI</i>	
Guerras de Restauração.. .. .	117
<i>CAPITULO VII</i>	
A guerra de Sucessão	123
<i>CAPITULO VIII</i>	
Portugal na guerra dos sete anos	129
<i>CAPITULO IX</i>	
Invasões Francesas	133
<i>CAPITULO X</i>	
Constituição de 1820-22	145
1 — O desenvolvimento do liberalismo	145
2 — Independência do Brasil.	148
3 — Reacção absolutista — Vilafrancada e Abrilada	149
4 — Regência — A Carta Constitucional	149
5 — Governo de D. Miguel — O Terror	150
6 — As luctas entre liberais e absolutistas.	151
7 — A revolução de Setembro	154
8 — Revolta dos marechais	155
9 — Constituição de 1838	156
10 — Revolução da Patuleia ou da Maria da Fonte	156
11 — Regeneração (1851) — O acto adicional de 1852	157
12 — Características Constitucionais	157
<i>CAPITULO XI</i>	
Proclamação da República	161
<i>CAPITULO XII</i>	
Participação de Portugal na Grande Guerra	169

LEITURAS

PRIMEIRA PARTE

O Governo de D. Henrique	11
O Governo de D. Teresa.. .. .	12
A tomada de Lisboa.. .. .	18
Tomada de Silves	19
Batalha das Navas de Tolosa	20
As córtes	21
As Ordens Militares.. .. .	21
As Cruzadas.	22
D. Deniz e o desenvolvimento da agricultura	28
A Sociedade Portuguesa no século XIII — O Povo	28
Organização e autoridades municipais.	29
Conquista de Ceuta	44
Batalha de Aljubarrota	45

	Págs.
Resposta de Afonso de Albuquerque aos embaixadores do schah da Pérsia em Ormuz	46
O Prior do Crato	50
O espírito de independência dos portugueses	72
Um aniversário de Aljubarrota	74

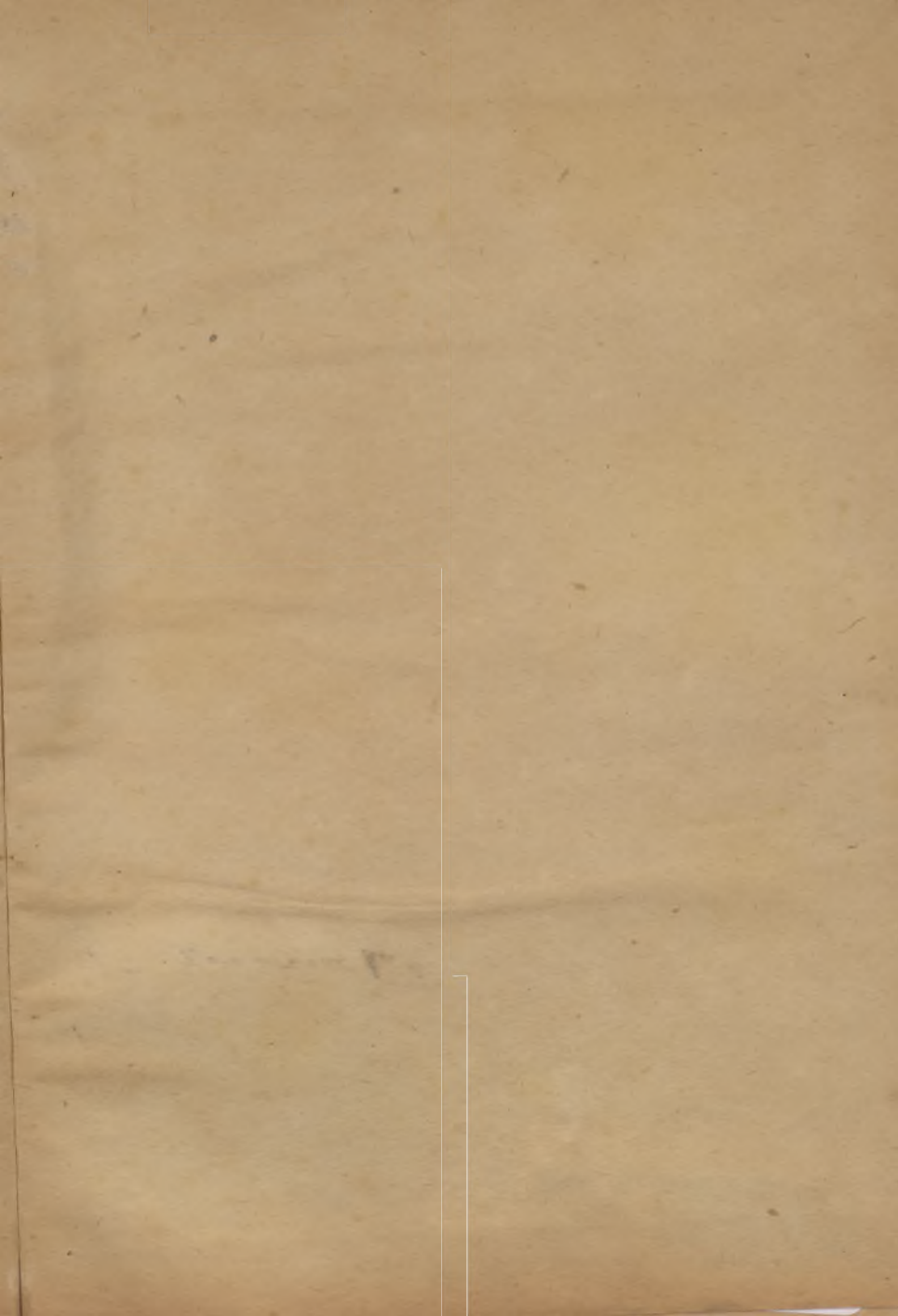
SEGUNDA PARTE

Natureza do assunto	
Os árabes	84
Ordem Militar de S. Tiago	87
A rudeza dos costumes nos séculos XI e XIII.	87
As côrtes de 1254	88
Martim de Freitas	89
A Batalha de Aljubarrota	90
A passagem do Cabo Bojador	102
A primeira viagem à Índia	103
A sociedade portuguesa depois dos grandes descobrimentos .	104
A Revolução do 1.º de Dezembro de 1640	111
A sociedade portuguesa após a Restauração	112
Cronologia da história do Brasil.. .. .	122
Conflito entre o governo português e o hespanhol no reinado de D. José	131
Batalhas memoráveis em que entraram os portugueses . . .	143
O regime do Terror	158

ERRATAS

Pág.	Linha	Erro	Correcção
15	20	Colutos	Contos
17	34	excominhão	excomunhão
35	32	1433	1443
35	34	1640	1460
49	13	indepência	independência
83	18	veitória	victória
95	29	serco	serviço
95	36	desobriu	descobriu
113	17	válidos	validos
122	20	Mena	Mem
130	2 (gravura)	Pôde	Soube
130	4 (gravura)	inérgica	enérgica
133	21	notabilisou-se	Notabilizou-se
137	27	Tôdos	Todos
154	34	déssem	dessem
161	7	moral	social
170	15	Naulila	Mazina
171	6	1918	1915
172	9	do Exército	de Exército

Além destas gralhas tipográficas devem mencionar-se ainda alguns erros de acentuação gráfica, facilimos de corrigir. Tais são as palavras coroa, eles, deles, neles, reïne, desde, aniquillar, Evora, Austria, espanhol, que, num ou noutro ponto, apparecem indevida ou incorrectamente acen-tuadas.





RÓ
MU
LO

CENTRO CIÊNCIA VIVA
UNIVERSIDADE COIMBRA



132972742X

